

Afirmar a participação da Juventude

A vontade de fazer coisas

«A vida não é
meramente
vivê-la, mas
sim construí-
-la.» Uma
afirmação
entre as
muitas
intervenções
nos trabalhos
do Fórum



Participação
Juvenil –
construção na
democracia,
iniciativa do
PCP em que
interveio
Carlos
Carvalhas.

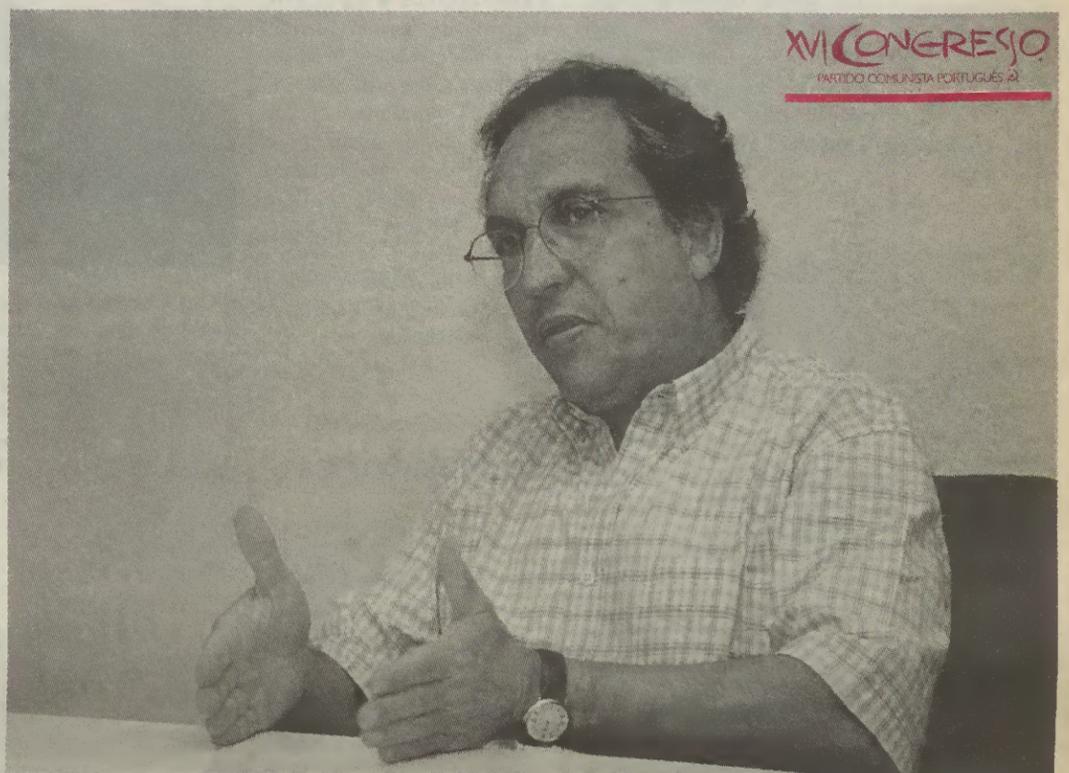
Págs. 5 e 6

Carlos Carvalhas ao «Avante!»

Um debate interessado e vivo

«Em muitas organizações, embora com diferenças, tem havido um significativo e importante envolvimento de camaradas, e tem havido um debate interessado, vivo quer em relação à política nacional, quer em relação à evolução da situação internacional, quer em relação ao reforço da influência do Partido e à sua ligação aos trabalhadores e à sociedade em geral...»

Pág. 13



Orçamento do Estado

PCP vota contra

O PCP votará contra a proposta de Orçamento do Estado para 2001, anunciou Carlos Carvalhas. Trata-se de um «mau Orçamento», com as mesmas orientações políticas de fundo.

Pág. 21

Marcha em Nova Iorque

Mulheres apontam caminho

Nova Iorque acolheu a Marcha Mundial das Mulheres com alegria e solidariedade. Ali fez-se história, na certeza de que o caminho faz-se caminhando. Para erradicar a pobreza e a violência.

Pág. 24

Campanha em marcha

PCP com os trabalhadores

O PCP está com os trabalhadores mesmo quando não há eleições. No dia 9 tem lugar a iniciativa de encerramento da campanha «Os trabalhadores têm direito a uma vida melhor».

Pág. 9

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Professores contratados protestam em Lisboa

Resumo

25 Quarta-feira

O Presidente da República inicia uma série de reuniões com os partidos políticos, sobre o Orçamento de Estado para 2001

- O Presidente sérvio, Milan Milutinovic, dissolve o parlamento e convoca eleições legislativas antecipadas
- Num comunicado em Belfast, o IRA anuncia estar disposto a deixar inspeccionar os seus depósitos de armas
- Mais um novo caso de BSE é detectado em Haute-Loire (França)
- Pouco depois de terem iniciado as explorações no Kursk, os mergulhadores russos descobrem os corpos de três marinheiros.

26 Quinta-feira

Manuel Monteiro, ex-presidente do PP, apoia a candidatura presidencial de Ferreira do Amaral

- No Parlamento Europeu é deixada em aberto até Dezembro a possibilidade de chumbar o orçamento da UE caso o Conselho Ecofin não aceite a proposta dos eurodeputados sobre as ajudas à Sérvia e ao Kosovo
- O atentado suicida na Faixa de Gaza, do qual resultaram ferimentos ligeiros a um israelita, é reivindicado pela Jihad Islâmica
- A Comissão Nacional Eleitoral reconhece a vitória de Laurent Gbagbo nas eleições presidenciais da Costa do Marfim
- Os ministros do Interior dos Estados federados alemães renunciaram-se a favor de um recurso junto do Tribunal Constitucional e pedem a proibição do Partido Nacional Democrata (NPD, neonazi).

27 Sexta-feira

Numa concentração em Lisboa a Fenprof e centenas de professores exigem do Ministério da Educação a vinculação dos docentes ao fim de três anos de trabalho

- O ministro do Trabalho e Solidariedade Social, Ferro Rodrigues, afirma que o rendimento mínimo garantido vai contar com 60 milhões de contos e será retirado aos beneficiários em idade activa que se recusam a ser inseridos profissionalmente
- O Hospital Geral de Santo António no Porto, comemora o milésimo transplante renal; esta unidade de saúde foi a primeira no País a efectuar esta operação
- Mais três palestinianos são mortos na Cisjordânia e um em Erez, fronteira entre Israel e a Faixa de Gaza
- De acordo com a agência oficial Petra, 1500 pessoas desfilam na cidade velha de Amã gritando palavras de ordem de apoio à Intifada.

28 Sábado

Acompanhado de outros dirigentes timorenses, chega a Lisboa o presidente do Conselho Nacional de Timor-Leste, Xanana Gusmão, para uma visita oficial

- Mais de duas mil pessoas manifestam-se na Áustria contra o líder da extrema-direita, Joerg Haider, e a sua participação no actual executivo
- Yasser Arafat pede à comunidade internacional maior protecção para o seu povo, vítima da repressão israelita
- Com a descoberta de 50 corpos numa vala comum, o responsável pela pasta do Interior do novo governo da Costa do Marfim, Boga Doudou, ordena o início de uma investigação
- Uma adolescente de 14 anos morre perto de Manchester, vítima da nova variante humana da BSE
- Vale e Azevedo perde a favor de Manuel Vilarinho naquelas que são as eleições mais concorridas de sempre na história do Benfica e do futebol português.

29 Domingo

Numa visita a um lar de terceira idade, António Guterres garante que os aumentos das pensões são intocáveis

- Na fronteira israelo-libanesa, centenas de pessoas respondem a um apelo da Hezbollah e manifestam o seu apoio aos palestinianos
- Enquanto milhares de pessoas participam numa cerimónia de homenagem às quatro primeiras vítimas do Kursk, outros corpos são retirados do submarino
- Denise Fergus, mãe de James Burges, assassinado em 1993 por dois rapazes de 10 anos, diz que lutará «até à morte» contra a libertação de Robert Thompson e John Venables, agora com 18 anos.

30 Segunda-feira

No decorrer da comissão parlamentar da Economia e Finanças, o PCP confronta a ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, com erros nas contas do Orçamento para 2001

- Xanana Gusmão encontra-se com várias personalidades portuguesas na Assembleia da República
- Um novo atentado da ETA faz três vítimas mortais e 66 feridos, seis dos quais em estado grave
- O Presidente russo Vladimir Putin desloca-se a Paris para uma cimeira entre a União Europeia e o seu país
- Chuvas torrenciais e ventos ciclónicos fustigam o noroeste da Europa e provocam seis mortos.

Aconteceu

Aquecimento do planeta com previsões pessimistas

A previsão de que a temperatura média global do planeta será, em 2100, seis graus mais elevada do que a registada em 1990 é o principal alerta do novo relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), que reúne cerca de

2500 investigadores da área das ciências climáticas, cujo trabalho é apoiado pela ONU. A responsabilidade por este aumento brutal da temperatura global é claramente atribuída ao homem, pela emissão crescente e desenfreada de gases destruidores da

camada protectora de ozono. A nível mundial, e no presente, os maiores poluidores da atmosfera terrestre são os EUA e a China. O aquecimento global de seis graus acarretará, necessariamente, variações muito intensas a nível local, com conse-

quências catastróficas para numerosas regiões do planeta. Os cientistas baseiam esta sua nova e ainda mais pessimista previsão no facto de os últimos anos da década de 90 - apesar das promessas da generalidade dos Estados em diminuir as suas emissões de

gases - terem sido «certamente os mais quentes nos últimos mil anos», como afirmou uma fonte não identificada do comité. Este relatório do IPCC deverá ser publicado oficialmente em Janeiro próximo, cinco anos depois da publicação do anterior.



Perigo de epidemia na doença da BSE



A confirmação de que a morte de um homem de 74 anos, ocorrida o ano passado em Inglaterra, foi provocada pela variante humana da doença de Creutzfeldt Jakob (vulgo «doença das vacas loucas») lançou sérias dúvidas sobre duas suposições dadas por adquiridas: a de que a doença afectava essencialmente pessoas mais jovens e a de que o seu período de incubação teria um máximo de oito anos. Com esta morte de uma pessoa já idosa passou a admitir-se que a doença pode ter um período de incubação até aos 20 ou mesmo 30 anos, o que transformará a doença numa

autêntica epidemia. Até agora, as previsões da equipa governamental que acompanha a doença e chefiada por Roy Anderson admitia que existissem em Inglaterra 6000 pessoas infectadas pela doença entre 1980 e 1996, o que, no cenário de incubação até oito anos, significaria que estaríamos neste momento a atingir o pico das manifestações. Com esta hipótese de o período de incubação ser muito mais vasto, as projecções das vítimas, só em Inglaterra, saltam para 130 mil pessoas. Recorde-se que, até ao momento, já morreram 81 pessoas em Inglaterra comprovadamente vítimas da BSE.

Bancos anunciam lucros de 123 milhões de contos

No final do terceiro trimestre do ano, os principais bancos portugueses apresentaram os seus resultados consoli-

20% e os 64% relativamente a período homólogo no ano passado, consoante os bancos e os sectores de actividade.

mestre. São eles o Banco Português de Investimento (BPI), o Banco Comercial Português (BCI) e o Banco Espírito Santo (BES), faltando saber o resultado de todos os outros bancos que operam no nosso país.



dados e revelaram que já obtiveram um lucro global de 123,1 milhões de contos, com o por menor de estes ganhos corresponderem a aumentos percentuais que oscilam entre os

Assinale-se que estes lucros de 123 milhões de contos referem-se apenas aos três únicos bancos que tornaram públicos, até agora, os resultados das suas actividades neste final do 3.º tri-

Eleições no Sport Lisboa e Benfica

Registando uma afluência recorde, realizaram-se eleições para a direcção do Sport Lisboa e Benfica a que concorreram duas listas, uma liderada por Vale e Azevedo, presidente do clube nos últimos três anos, e a outra por Manuel Vilari-



nho, que já integrara a direcção anterior a de Vale e Azevedo e chefiada por Manuel Da-

másio. A lista de Manuel Vilarinho venceu com larga maioria (cerca de 60% dos votos), entrando já esta semana em funções. Este acto eleitoral do Benfica ganhou foros de acontecimento nacional, com as duas televisões privadas a envolverem-se directamente na disputa: a SIC apoiando Vale e Azevedo e a TVI fazendo campanha por Manuel Vilarinho. Assinale-se que, nestas eleições do Benfica, pesou substancialmente a questão do modelo da SAD entretanto constituída, o que mobilizou maciçamente os sócios.

Portugal com 15 medalhas nos Jogos Paralímpicos

A representação de atletas portugueses nos XI Jogos Paralímpicos de Verão de Sydney, que terminaram esta semana, obteve a sua melhor classificação de sempre ao conquistar um total de 15 medalhas, entre ouro, prata e bronze, mais uma que o total conseguido em Atlanta, há quatro anos. Os Jogos Paralímpicos realizam-se após os Jogos Olímpicos tradicionais, são exclusivamente dedicados a atletas portadores

de deficiências físicas e constituem a segunda maior realização desportiva mundial a seguir aos Jogos Olímpicos tradicionais. A 15.ª medalha portuguesa foi conquistada na maratona da categoria T11 (cegos totais) por Carlos Amaral Ferreira, que terminou a sua espectacular prova com um avanço de nove minutos sobre o segundo classificado, arrebatando a medalha de ouro.

Crónica Internacional

• Domingos Lopes

Solidariedade

O conflito israel-palestiniano é um bom exemplo para aferir do modo como as grandes potências capitalistas encaram o respeito pelo direito dos povos à autodeterminação, pelo direito internacional e pelas resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

Israel ocupou, depois da guerra de 1967, territórios árabes da Palestina, da Síria e do Líbano. A Resolução 242 do Conselho de Segurança exigiu a retirada desses territórios. E desde a ocupação o povo palestino jamais cruzou os braços, sempre lutou pelos diversos modos contra o sionismo israelita.

A opinião pública portuguesa deve mobilizar-se e denunciar os crimes

É a todos os títulos paradigmático que no que concerne à ocupação quer a direita, a extrema-direita e o Partido Trabalhista, membro da Internacional Socialista, sempre a defenderam e para a manterem todos lan-

çaram mão da mais brutal repressão, incluindo prisões, torturas e assassinatos em série. Israel tem as mãos sujas de sangue.

O que está em causa é a retirada de todos os territórios árabes ocupados, (já foi forçado a sair do Líbano) isto é, o respeito pela integridade territorial da Síria e pela autodeterminação do povo palestino. É tão-somente isto que Israel não respeita e se coloca fora da lei.

Mas sendo certo que é isto que está em causa é bom que se tenha presente que isto mexe com muitas outras coisas. O Médio Oriente é uma zona nevrálgica de confluências entre três continentes: Europa, África e Ásia. Além disso é aquela região que se encontram as jazidas de petróleo do qual depende o chamado mundo ocidental e no qual está incluído o país mais oriental, o Japão. Ainda por cima naquela região nasceram três grandes religiões monoteístas: cristianismo, judaísmo e o islão. Em Jerusalém encontram-se importantes locais sagrados destas três grandes religiões.

Ora, o que move Israel é a sua ambição de a partir do apoio incondicional dos EUA de alargar as suas fronteiras e perseguir os países árabes. O sionismo tem como inimigo os árabes.

E os EUA com a sua visão imperial do mundo colocam a região, apesar da distância, na zona dos seus «interesses vitais». E aqui também não há diferenças entre Republicanos e Democratas. O que conta são os interesses do Império. E o Império move-se também pelo cheiro a petróleo, o qual se sobrepõe ao respeito pelos direitos dos povos. Quando Clinton

e os seus pares falam de direitos humanos e no direito internacional, não são sérios: pois fecharam os olhos às ocupações feitas pelos seus lacaios, em Timor-Leste, no Sahara Ocidental ou na Palestina. Por isso os EUA andaram de mãos dadas com Pinochet, os racistas sul-africanos, com os fascistas portugueses, turcos, gregos, espanhóis.

O que é de estranhar é que a União Europeia alinhe com a tese dos EUA, ou seja, de que o conflito se reacendeu por causa das hostilidades palestinianas, ou pelo nivelamento das responsabilidades; o que é absolutamente inaceitável.

A União Europeia tinha uma oportunidade histórica para se colocar resolutamente de um modo diferente dos EUA, tanto mais que é ela quem se encontra ao rés da região e quem mais sofrerá em caso de conflito, pois não tem petróleo, ao contrário dos EUA.

Ora sendo totalmente justa, legal, legítima a luta do povo palestino ela só pode merecer o apoio de todos os cidadãos. A repressão não pára. As vítimas aumentam. São quase já duas centenas de mortos, milhares de feridos e mais de mil e seiscentos presos. Israel os EUA e todos os apoiantes de Israel têm de sentir a indignação por tal apoio. Em Portugal, o Governo português, apesar da irmandade dos seus líderes na Internacional Socialista, tem de colocar em primeiro lugar o respeito pelo direito internacional, os interesses de Portugal e só depois as afinidades ideológicas do PS com o Partido Trabalhista.

A opinião pública portuguesa deve mobilizar-se e denunciar os crimes cometidos contra a luta do povo palestino pelos seus direitos nacionais, um Estado independente, com capital em Jerusalém Leste e a libertação dos presos políticos e o regresso ou compensação dos refugiados.

Editorial

UM AMPLO ESPAÇO DE DEBATE

O balanço das três primeiras semanas de debate em torno das Teses, embora com aspectos diferenciados, tem tido uma dinâmica francamente positiva. Um número significativo de militantes comunistas, tem participado neste debate pré-congressual com uma vivacidade e uma riqueza assinaláveis, conscientemente interessados, dando um contributo precioso para o enriquecimento das Teses e uma dimensão relevante ao debate partidário interno. Fazem-no sabendo que, com as suas opiniões, ideias e propostas, estão a ter uma intervenção decisiva na definição das orientações e linhas de intervenção do Partido; fazem-no sabendo que as conclusões essenciais a que o XVI Congresso vai chegar será a soma e a síntese da multiplicidade e diversidade de opiniões expressas neste debate amplamente democrático; fazem-no sabendo que estão a ser protagonistas de um processo de aplicação concreta de métodos de funcionamento interno democrático e participado sem paralelo em qualquer outro partido nacional.

As grandes questões da complexa situação internacional hoje existente; a análise da situação nacional e a procura de caminhos e formas de luta capazes de conduzir a uma alternativa de esquerda; a avaliação do estado do Partido e das medidas

“O Partido, hoje como sempre, é um amplo espaço de debate democrático no qual cabem todas as opiniões e críticas”

visando combater as suas debilidades e insuficiências e procurando o aumento da militância, da sua influência, da sua capacidade interventiva, da sua ligação às massas – são questões que têm estado no centro do vivo debate que, com níveis e graus de participação diversificados, tem vindo a ser travado em todo o colectivo partidário.

Errará quem interpretar esta avaliação positiva como uma manifestação de auto-satisfação triunfalista. Na realidade, é generalizada no Partido a noção de que muito mais é necessário fazer e de que a resposta necessária às exigências que se nos colocam implica uma cada vez mais ampla e intensa intervenção militante. E essa é uma preocupação que percorre todo o imenso e rico debate congressual em curso. Mas esta realidade não pode servir para desmerecer ou minorizar nem a real capacidade interventiva dos comunistas – conseguida na base do esforço, da dedicação, da militância assumida de muitos milhares de camaradas – nem a relevante intervenção do colectivo partidário na importante tarefa de dar o seu contributo decisivo para a definição das orientações do Partido.

O Partido, hoje como sempre, é um amplo espaço de debate democrático no qual cabem todas as opiniões e críticas, um amplo espaço de intervenção militante onde todos os comunistas que o quiserem têm lugar marcado, um amplo espaço de camaradagem aberto ao debate e à acção colectiva e fraterna. O Partido é, hoje como sempre, o privilegiado espaço do debate de ideias entre comunistas, espaço singular para todos os militantes que consideram que a sua opinião individual é, à partida, nem mais nem menos valiosa do que a de qualquer outro militante, espaço comunista no qual o colectivo, sempre no profundo respeito pelo individual, é quem mais ordena.

Em torno das Teses muito tem sido dito e escrito na comunicação social dominante. Naturalmente, e como sempre acontece nestas situações, as intencionais deturpações e adulterações do texto em debate são, salvo honrosas excepções, o pão nosso de cada dia. Com efeito, nada melhor para combater um projecto do que proceder à sua adulteração e depois combater e criticar essa adulteração. Lemos em vários jornais descrições das Teses que não só não correspondem minimamente ao que elas são mas que constituem perversas manipulações e mistificações. O que lá não está escrito é apresentado e criticado como se lá estivesse e o que de facto lá está é apagado pelo implacável lápis azul da nova ordem comunicacional. Percebe-se que assim seja: essa comunicação social, serventária de grandes grupos económicos que são os seus donos e cujos interesses defende, tem como alvo preferencial dos seus ataques o único grande partido nacional que, coerentemente, em todos os momentos e em todas as situações se posiciona na defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores, de todos os explorados, de todos os humilhados e ofendidos. Daí os ataques às Teses, daí esse vale-tudo que expressa luminariamente a raiva de o documento em debate no PCP não ser o documento da resignação e do baixar os braços que eles queriam que fosse.

Ampla intervenção militante no debate que se trava em todo o Partido nesta terceira fase preparatória do XVI Congresso e o conteúdo das questões em discussão confirmam o PCP como o partido da classe operária e de todos os trabalhadores, com uma matriz ideológica assumida, com normas de funcionamento interno profundamente democráticas, com uma postura solidária e internacionalista, com um projecto transformador que consubstancia o sonho milenar de justiça, igualdade e liberdade que acompanha toda a história da Humanidade; confirmam-no como um partido com raízes solidamente implantadas nos problemas, anseios e aspirações dos trabalhadores e do povo português; confirmam-no como o partido no qual os portugueses e portuguesas têm todas as razões para confiar – um partido com a consciência plena da dimensão e da complexidade das dificuldades que se colocam à sua luta e aos seus objectivos e, por isso, com a determinação de dar continuidade à sua intervenção revolucionária, honrando a sua história de 80 anos de luta, de coragem, de determinação, de coerência, de dignidade.

Actual

O modelo

• José Casanova

Está quase a chegar ao fim a campanha eleitoral nos Estados Unidos da América – país que é, como todos os dias damos conta, o expoente máximo do modelo de democracia dominante. É verdade que só por ironia se pode designar por campanha eleitoral a mascarada que são as eleições no «berço da democracia, da liberdade e dos direitos humanos»: trata-se, de facto e em rigor, de uma deprimente cegada, de um carnaval grotesco que nos deixa na dúvida sobre o que mais aplaudir: se as imbecilidades dos «elefantes» republicanos se as dos «burros» democratas. A verdade é que, no zoo em que ambos se movem, o ridículo não conhece margens nem barreiras.

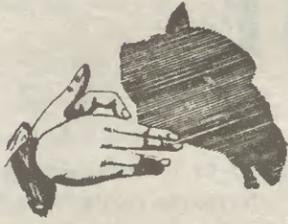
Um deles será o vencedor, inevitavelmente. E seja qual for o feliz contemplado tudo continuará na mesma.

De facto, nenhum dos partidos representados pelos dois candidatos põe minimamente em causa o sistema e tanto Bush como Gore não passam de homens de mão de grandes grupos económicos que os escolheram por neles verem as qualidades necessárias para bem defenderem os superiores interesses desses grupos. Aliás, em matéria de presidentes, nos EUA, qualquer dos candidatos serve – na medida em que,

no país da «liberdade» só um e apenas um de dois candidatos iguais pode ser eleito presidente – e o que for eleito será igual ao actual, da mesma forma que o actual é cópia fiel do que o antecedeu. Noam Chomsky, em entrevista concedida a Heinz Dieterich, abordando a questão das eleições nos EUA, diz a dado momento: «Neste país há, de facto, um só partido o qual se divide em

duas fracções, a democrata e a republicana, que podem definir-se adequadamente como grupos de investidores que juntam os seus esforços para controlar o Estado. Assim, o povo pode escolher entre dois grupos privilegiados de investidores». E sobre os candidatos diz Chomsky: «Os presidentes são em geral figuras que são vendidas à população por grupos poderosos que têm como objectivo tomar o poder do Estado. Lançam um indivíduo que consideram capaz de defender os seus interesses em caso de ser eleito. Por isso as campanhas presidenciais são uma espécie de show de Hollywood e a questão está em fazer com que os eleitores optem por um ou outro dos grupos de investidores que vendem o seu candidato».

É assim a democracia política em vigor no país mais poderoso do Mundo. E é este modelo que ameaça universalizar-se através de pressões diplomáticas ou, se necessário, pela força das armas.



Pensões e financiamento

• Edgar Correia

O último fim-de-semana político, marcado pela realização de um Conselho Nacional do PS em registo claramente pré-eleitoral, foi a ocasião escolhida pelo Governo para anunciar os valores da evolução anual das pensões.

Comece-se pelo sublinhado, de acordo com os dados divulgados pela comunicação social, de que os aumentos mais significativos correspondem aos compromissos a que o Governo já anteriormente havia ficado obrigado. É o caso da pensão mínima dos beneficiários com menos de quinze anos de contribuições que, em consonância com o acordado na nova Lei de Bases da Segurança Social (viabilizada, como se sabe, pelo voto do PCP), inicia um processo de actualização que a levará a atingir os 40 contos no ano de 2003. E das pensões do regime especial dos agrícolas, que vão evoluir de acordo com o estabelecido no Orçamento do Estado do ano passado.

Em relação às restantes pensões do regime geral, a evolução anunciada limita-se ao essencial a compensar o efeito da inflação, sendo que o crescimento mais rápido (5%) previsto para as pensões mínimas dos beneficiários com quinze ou mais anos de contribuições se afigura apesar disso insuficiente.

Para os comunistas, o valor das pensões e o seu aumento anual não podem, evidentemente, ser desligados da questão da sustentabilidade financeira do sistema público de Segurança Social. Apenas os partidos da direita não

pensam assim, como se evidencia pelas propostas mirabolantes que apresentam, porque têm o propósito de conduzir o sistema público a uma situação insustentável e de precipitar o processo da sua privatização.

Isto não significa, porém, da parte dos comunistas, qualquer atitude passiva face a um problema não resolvido na nossa sociedade, que é a dos mínimos das pensões ser ainda muito baixo e de para muitas centenas de milhar de portugueses esses mínimos se situarem claramente abaixo do próprio limiar da pobreza.

À aparente contradição entre o problema da sustentabilidade do sistema público e a necessidade do rápido e significativo aumento das pensões mínimas, respondeu o PCP com propostas concretas com vista ao alargamento dos recursos financeiros da Segurança Social, sem penalização do trabalho e da situação das pequenas empresas, através da taxaço dos movimentos de capitais e da entrada em linha de conta com o Valor Acrescentado Bruto das médias e grandes empresas para o cálculo das contribuições sociais.

A insatisfação perante as propostas do Governo no que respeita às pensões mínimas e a necessidade de atender à questão da sustentabilidade financeira do sistema público, não evidencia que a questão do alargamento da base de financiamento da Segurança Social é uma questão que está colocada na ordem do dia?



Uns e outros

• Anabela Fino

Ainda o clamor dos inflamados discursos sobre a legalidade democrática na Jugoslávia ressoam nos nossos ouvidos e já essa abstracção a que se convencionou chamar comunidade internacional está perante mais uma série de casos flagrantes da velha técnica, tão actual, dos dois pesos e das duas medidas. Poderíamos chamar-lhe também de democracia ao sabor das conveniências, dos interesses, ou democracia do faz-de-conta, ou a grande burla da democracia, que para o caso tanto faz. O facto é que, de Israel à Jugoslávia, de Cuba ao Peru, do Iraque à Turquia, só para citar meia dúzia de exemplos, há distâncias que não têm nada a ver com o espaço físico, com a religião, com a cor da pele, com a própria política interna seguida por cada um desses países.

No léxico desta aldeia global cada vez mais sob a batuta do império ame-

ricano, uns são democráticos e outros não, uns merecem apoio e outros castigo, uns são amigos e outros inimigos. A classificação e os actos que lhe estão subjacentes dependem sempre do posicionamento que cada um tem na arena política internacional.

O que na Jugoslávia era uso excessivo da força ou meios desproporcionados contra os independentistas no Kosovo, é em Israel legítima defesa; o que em Cuba é falta de liberdade, é no Peru democracia musculada; o que no Iraque é atentado contra os direitos humanos, é na Turquia um problema de somenos.

No Kosovo, os nacionalistas albaneses são combatentes da liberdade; em Espanha, os nacionalistas bascos são assassinos. No Iraque, os curdos são vítimas; na Turquia, os curdos são criminosos. No Peru, a fraude eleitoral é um acidente de percurso; em Cuba, a

opção de um povo pela revolução vale décadas de bloqueio e agressões.

Na história da humanidade, apenas um país, os EUA, usou a bomba nuclear contra alvos humanos, mas são os EUA – que nunca se retractaram desse genocídio – quem comanda os tribunais internacionais de crimes contra a humanidade, lá onde se decide que eles acontecem. Suharto, da Indonésia, pode gozar a sua reforma dourada porque o genocídio do povo timorense não consta na agenda norte-americana; Pinochet, no Chile, é um velhinho senil que não recorda o passado; Ariel Sharon é um político com quem é necessário negociar para acabar de vez com as pedras da Palestina...

O rol é extenso mas o padrão é sempre o mesmo: diz-me quem é o teu amigo e dir-te-ei o que és. Depois é só passar a mensagem, repetidamente, até ela se transformar na verdade oficial. E ainda há quem estranhe que um homem fique famoso por dar um pontapé numa mulher!!!



Frases

“A política das canonizações não leva muita alegria aos altares. Os “santos” acabam sempre por ser um produto de luxo que poucos podem pagar. É por isso que gosto muito da festa de Todos-os-Santos a celebrar na próxima quarta-feira. É a grande vingança dos pobres e dos anónimos.”

(Frei Bento Domingues, O.P., *Público*, 29.10.00)

“Há ou não corrupção? Há ou não favoritismo? Há ou não decisões que beneficiam uns em detrimento de outros? Há ou não relações especiais entre os políticos e agentes económicos? Há ou não vínculos entre dirigentes políticos, gestores de empresas públicas privatizáveis e empresas reprivatizadas? Era bom que o Governo soubesse que toda a gente faz estas perguntas e que aumenta a legítima suspeita.”

(António Barreto, *idem*)

“O país não conta, a situação dos trabalhadores não conta, o que conta é destruir o PS.”

(António Guterres, *idem*)

“A actual fase, que nada leva a crer tratar-se de um novo ciclo, é um messianismo vazio. O guterrismo resume-se a isto.”

(Manuel Maria Carrilho, *Diário de Notícias*, 28.10.00)

“A mensagem que as rodas da fortuna, os “big brothers” e quejandos estão a passar é que o trabalho e o mérito não valem nada, comparados com o que se pode ganhar com a pura sorte ou, pior, com a exibição alarve dos mais baixos sentimentos.”

(Augusto Santos Silva, *Expresso*, 28.10.00)

“Nem eu sou uma pessoa descartável nem o dr. Paulo Portas costuma descartar os amigos. Pelo menos não é essa, ainda, a ideia que eu tenho dele.”

(Basílio Horta, *idem*)

“O OE não se distingue dos anteriores. É a direita que tem de explicar a mudança de posição.”

(Carlos Carvalhas, *Diário Económico*, 27.10.00)

“Por que é que ainda não se montou outra via para aprender a estudar que não seja o salve-se quem puder por tentativa e erro?”

(Clara Pinto Correia, *Visão* n.º 398)

“São necessários jornalistas mais activos no interior das redacções chamando a atenção aos seus companheiros para o facto que, ao exercerem mal a profissão, estão a prejudicar-se não só a eles como também aos outros.”

(Óscar Mascarenhas, *Notícias Magazine*, 29.10.00)

“Cavaco Silva afirmou (...) considerar-se “reformado da vida política activa”. Compreende-se. Por pontos de vista semelhantes àqueles [a disposição de Cavaco em aceitar que “a adesão europeia determinou limitações à soberania dos portugueses”], foi o senhor Miguel de Vasconcelos – de forma algo expedita, reconheça-se – despedido do Terreiro do Paço.”

(Ruben de Carvalho, *Diário de Notícias*, 27.10.00)



Participação juvenil em debate

A vontade de *fazer coisas*

«**A** vida não é meramente vivê-la, mas sim construí-la.» Uma afirmação surgida entre múltiplas intervenções e que na verdade esteve sempre presente no decurso dos trabalhos do Fórum Participação juvenil - construção na democracia.

Iniciativa da Comissão junto do Comité Central do PCP para o Trabalho da Juventude, o Fórum reuniu, sábado passado, nas instalações da Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, de cerca de uma centena de

pessoas, na sua maioria jovens. Com três objectivos essenciais - como foi destacado por Luísa Araújo na intervenção de abertura - «valorizar e afirmar a participação da juventude na sociedade portuguesa; rea-

firmar a juventude como força social indispensável ao progresso e ao desenvolvimento do país; reflectir e debater diferentes experiências da participação juvenil e de acções dirigidas à motivação da juventude».

Os trabalhos do Fórum desdobraram-se em dois painéis - «A participação da juventude, o movimento juvenil - construção na democracia» e «O valor da participação, a participação por valores - construção da democracia avançada».

No quadro da intervenção dos comunistas em defesa dos direitos juvenis foi ainda anunciado que está em preparação um projecto lei para a criação da Lei Quadro do Associativismo Juvenil que pretende, nas palavras de Luísa Araújo, «definir um conjunto de princípios do relacionamento do Estado com o movimento juvenil, do respeito que este deve merecer, considerando o associativismo como uma

O associativismo existe porque existe vontade de fazer coisas

prioridade do Estado e reforçar a efectiva participação juvenil na política da juventude».

O que é participar?

«O que é participar, participar para quê, afinal o que é isto de participação juvenil, que importância tem esta participação na sociedade, existem ou não espaços para os jovens participarem, quais?»

Será que a juventude exerce todas as possibilidades de participação, como é que os jovens e a sociedade no geral olham para esta participação?» Estas as muitas questões colocadas por Vanessa Silva. A que não faltaram respostas.

Ao longo de todo o debate ficou claro que a juventude está longe de ser uma massa amorfa, como há quem pense e certamente quem o deseje. Na verdade, essa participa-

Participar é construir

«A participação por si mesma, é um valor, um valor de valor acrescentado, quando as causas pelas quais se intervém são causas justas, causas de valor», afirmou Carlos Humberto na introdução do segundo painel do Fórum.

Com uma temática mais centrada no valor da participação e participação por valores, as intervenções desdobraram-se, nas suas grandes linhas, em duas vertentes: a participação da juventude, o movimento associativo formal e informal e a situação económica e social da juventude, os obstáculos à participação juvenil.

Do debate múltiplo ressaltaram questões como a importância da participação nas pequenas como nas grandes acções, a

importância da sede de conhecer e da vontade de partilhar, a íntima ligação entre participação e associativismo.

No quadro de um mundo que «sofreu e continua a sofrer profundas mutações», de uma sociedade que é «cada vez mais complexa, exige mais dos seres humanos, em particular dos mais jovens», Carlos Humberto sublinhou que «são os jovens quem mais participa nos vários aspectos da vida social».

Uma realidade que não pode fazer esquecer os «imensos e complexos problemas negativos que trespassam as camadas juvenis». Pelo que se impõe tentar resolver os problemas que estão na sua origem. Quer inventando soluções para os estu-

dantes terem tempo e condições para «assumirem responsabilidades para com a escola e os outros estudantes». Quer exigindo emprego e condições para que os jovens trabalhadores possam defender os seus direitos. Ou ainda com a criação de equipamentos que permitam aos jovens desenvolver a sua criatividade, com o apoio ao associativismo nas suas diferentes formas.

Para o PCP - que, ainda nas palavras de Carlos Humberto, «defende e quer construir uma sociedade de participação» - a participação em si mesma é «um acto de construção», um percurso de autoconstrução.



Participação juvenil em debate

A vontade de *fazer coisas*

ção assume múltiplas e diversificadas formas, e reveste-se de diferentes formas de associativismo que muito simplesmente existe «porque existe vontade de fazer coisas».

Essa é uma realidade em Coimbra, por exemplo, onde a Associação Académica contribui de forma particular para a implementação das mais diversas iniciativas culturais, do teatro à rádio, passando pela recolha etnográfica e o desporto. Iniciativas em que, em cada ano, há sempre novas pessoas. Em Almada o poder local tenta inventar formas de apoio ao associativismo informal, que prevalece entre a juventude e que, em termos legais, ficaria de fora de possíveis esquemas de ajuda. Em Setúbal os jovens apostam forte no teatro e levaram mesmo ao Fórum o grupo «Vozes da rua», como uma breve iniciativa de animação, um apelo a «fazer a festa de todos os dias».

Também no sindicalismo se afirma a presença dos jovens, que se têm vindo a envolver em múltiplas iniciativas, com destaque para actividades contra o racismo, de solidariedade e protesto, contra a droga, por uma outra política de habitação.

No Alentejo, em regiões particularmente envelhecidas como a de Beja, os jovens empenham-se em mudar um quadro difícil, de elevada taxa de insucesso escolar, proliferação da droga e violência, empenhando-se num trabalho de animação e participação cívica, em parceria com o poder autárquico.

Na Figueira da Foz, o associativismo juvenil em torno do teatro e dança assume-se como «forma de resistência e luta» e exige o reconhecimento do papel do teatro escolar.

Cultura versus política

A necessidade de «formação de consciências» contra uma realidade «que explora,

destrói e manipula», a afirmação da cultura como «parte das necessidades básicas» e do associativismo como contributo insubstituível para a «capacidade de pensar» foram algumas das múltiplas questões levantadas ao longo de um debate em que se afirmou e reafirmou que «qualquer forma de organização dos cidadãos é uma forma de organização política». E que se pode intervir politicamente tanto na cultura como na arte, no desporto ou na defesa do ambiente. Áreas em que a presença juvenil é particularmente evidente.

E porque de política se trata, e portanto de acção. E

no debate em causa de acção para e com a juventude, de política de juventude – várias foram as intervenções a falar de problemas concretos neste domínio, várias foram as vozes a propor outras abordagens e outras iniciativas.

De entre as críticas o destaque foi para a – por vezes incompreendida – necessidade de renovação de quadros a nível sindical, a necessidade de uma política de juventude também a nível autárquico, o *paternalismo* de que enfermam muitas iniciativas dirigidas aos jovens.

Em contraponto a estes factos, impõe-se dar «o pulo da qualidade». Apostando em «espaços de partilha» de

o próprio Fórum é exemplo. Aprofundando o estudo destas matérias numa perspectiva sociológica. Criando espaços de encontro de técnicos e associações juvenis. E, sobretudo, apostando forte nos jovens, apoiando as suas múltiplas iniciativas, as suas muitas e diversíssimas associações. Dando um grande impulso à participação de jovens, em todas as áreas, e também nos sindicatos.

No fundo, trata-se de apostar no *bichinho* do associativismo juvenil, de «estarmos com os outros e fazer coisas, participar com os outros, abnegadamente».

Um *bichinho* que fica para a vida.



Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

Preparação do Congresso exige sentido de responsabilidade

«É necessária uma viragem à esquerda, é necessária uma outra política.» Palavras de Carlos Carvalhas que de alguma forma surgem como a conclusão lógica da breve análise da situação política e socioeconómica que o secretário-geral fez na sua intervenção no Fórum e de que aqui reproduzimos alguns extractos.

Valorizando o trabalho desenvolvido no quadro do Fórum, Carvalhas sublinhou que «fiçou aqui muita informação, posições a aprofundar e a examinar, linhas de trabalho que nos ajudarão a abrir perspectivas e a alargar os horizontes da intervenção sobre a juventude e com a juventude».



«Apesar de este ser um Fórum sobre a participação juvenil permitam-me os amigos que aqui deixe duas palavras dirigidas aos comunistas presentes sobre a preparação do nosso Congresso em que, como é evidente, não me vou pronunciar publicamente sobre a vida interna do PCP mas tão-somente insistir em que as diversas organizações do Partido se devem empenhar para que o debate, com respeito mútuo, envolva o maior número de militantes possível.

«É necessário e indispensável que na vida do Partido, da JCP e das suas organizações e, com mais razão, nos períodos de preparação dos Congressos o normal exercício do direito de todos os militantes expressarem livremente a sua opinião, a vivacidade e até o calor do debate com respeito pela opinião dos outros, a diversidade de posições, a existência de diferenças de opinião, não só sejam encaradas com naturalidade, como sejam consideradas como um importante factor para o aprofundamento das análises e para o acerto das orientações, no regular funcionamento do Partido.

«Mas é ainda necessário que o debate seja pautado pela responsabilidade política; pelo respeito pela verdade na referência às posições dos outros; pela rejeição clara da agudização de conflitos e afrontamentos na lógica das rotulagens tão ao gosto de certa imprensa. Um debate pautado pelo respeito pelas opiniões diversificadas ou diferenciadas, combatendo tudo o que possa levar à ruptura de laços essenciais de fraternidade, de solidariedade, de interajuda e de respeito democrático pela vontade colectiva democraticamente expressa.

«As gralhas de leitura inquinadas, previamente passadas para a comunicação social sobre o decidido e sobre a vida interna do Partido, o desrespeito pelos outros ou a criação de grupos, abriria o caminho ao confronto sistemático de tendências, à agudização de conflitos, à ruptura de laços de camaradagem e de fraternidade e a uma clara diminuição da capacidade de intervenção do Partido.

«Rejeitámos tais caminhos nos XIII, XIV e XV congressos e estou convencido que o Partido os continua a rejeitar. A renovação e o necessário e constante aprofundamento da nossa democracia interna não passam por tais caminhos, nem pela rotina ou pela mecânica repetição de fórmulas na resposta a uma realidade nova, complexa e em mudança.

«O PCP tem de estar sempre atento às mutações e às novas realidades e aberto para a vida, com a sua identidade e com os seus valores.

«O património de luta deste Partido, a sua decisiva importância para a transformação da sociedade, as esperanças e confiança que os trabalhadores o povo e a juventude nele depositam exigem de todos e de cada um de nós um grande sentido de responsabilidade.»



Carvalhas com os jovens da associação Mentos Conscientes à Procura de um Lugar (MCPL)

CONDEIXA PIDDAC com baixo grau de execução

A algumas semanas da apresentação dos dados regionalizados por distrito e por concelho do novo Orçamento de Estado, a Comissão Concelhia de Condeixa do PCP alerta a população para o «baixíssimo» grau de execução das obras já com verbas atribuídas, manifestando-se, desde já contra cortes orçamentais e pela acumulação das verbas não utilizadas no PIDDAC do próximo ano. O PCP considera, ainda, a necessidade de a população, ao longo deste período, exigir o lançamento dos empreendimentos em falta.

De facto, o Tribunal de Condeixa, orçamentado há vários anos, só «arrancou» neste segundo semestre; o Centro de Saúde, obra com uma verba de 100 mil contos, arrasta-se há anos e ainda não começou; e em relação aos caminhos paralelos ao IC2 em Condeixa, apesar dos 300 mil contos que lhe foram atribuídos, não se conhece qualquer desenvolvimento, depois de os moradores da Barreira se manifestarem no sentido de fazer passar por ali um projecto variante alternativo ao da JAF.

MONTIJO Localização que «não lembra ao diabo»

Mais de 400 habitantes de Santo Isidro, reiteraram à presidente da Câmara do Montijo e ao Presidente do Conselho de Administração da AMARSUL, na Assembleia de Freguesia Extraordinária que se realizou a 9 de Outubro, a sua oposição à localização da Estação de Transferência de Resíduos Sólidos nas Faias.

A Comissão de Freguesia de Santo Isidro de Pegões do PCP entende que cabe agora à Câmara Municipal do Montijo e à AMARSUL apresentar novos locais e hipóteses, «não chutando» essa responsabilidade para a população, já que a localização apontada «não lembra ao diabo».

Estranham, ainda, os comunistas o comportamento do Presidente da Administração da AMARSUL, que, qual militante do PS em defesa da Câmara, apareceu na Assembleia de Freguesia sem projectos, mostrando mesmo desconhecer o local. O PCP não contesta o tipo de equipamento nem a sua necessidade mas entende que é preciso aprofundar os estudos, nada devendo ser feito nas costas da população.

PEGÕES Semáforos no Cruzamento dos Afonsos

«Valeu a pena a luta da população por medidas de segurança no Cruzamento dos Afonsos», assim como os comunicados do PCP sobre a falta de segurança na EN4 e o abaixo-assinado com 500 assinaturas dos moradores e utentes da zona: para além de um grupo de moradores ter sido recebido pela Câmara Municipal do Montijo, procedeu-se à instalação de semáforos nos Afonsos. Na opinião da Comissão de Freguesia de Pegões do PCP, uma conquista importante mas que não chega. O problema da segurança no cruzamento continua por resolver e, apesar das medidas tomadas para resolver o problema da velocidade, a forma como os semáforos estão leva a que um peão que lá passe, tenha de andar às voltas ou saltar uma barreira metálica lá instalada. Ou seja, «quem quiser entrar na EN4, no Cruzamento dos Afonsos, continua inseguro», perante algum alheamento que o Presidente da Junta de Pegões parece manter em relação ao problema.

Cinco anos

Acaba de se assinalar a passagem de cinco anos de governos PS. São cinco anos de continuação da política de direita, e o Governo PS aí está, a sofrer o desgaste dessa política, a ser obrigado a cedências perante a pressão dos trabalhadores e do povo português, a introduzir novos elementos de demagogia, mas também a prosseguir e a intensificar a sua política de classe ao serviço dos grupos económicos e financeiros, contra os trabalhadores e os interesses nacionais.



Francisco Lopes
Membro da Comissão Política

Os governos PS de António Guterres ficarão registados como dos que mais se destacaram na destruição do sector público com a privatizações de empresas e sectores estratégicos. O rol não tem fim. Nos tempos mais recentes foi concretizada a privatização da EDP com a perda da maioria do capital do Estado, o negócio da Galp que abre para o controlo do sector dos petróleos e do gás pela multinacional ENI e a negociação com a Swissair que lhe assegura o controlo da TAP. Está em curso a prática eliminação da participação do Estado no capital da Portugal Telecom e da Cimpor. Anuncia-se a privatização dos aeroportos, do sector das celulosas e papel, de parte do sector segurador do grupo público Caixa Geral de Depósitos, de algumas das mais importantes linhas de caminhos-de-ferro e de sectores da administração pública.

para a concretização de uma política nacional de desenvolvimento económico e social.

Quem perde é o País

Acresce que as privatizações permitindo encaixe imediato, em geral abaixo do valor real das empresas privatizadas, significam que o Estado deixa de receber anualmente milhões de contos que lhe caberiam dos lucros dessas empresas se não tivessem sido privatizadas e perde também muitos milhões de contos de impostos que estas empresas deixam de pagar após a privatização pelo recurso às mais diversas engenharias de fuga aos impostos. Isto é, o financiamento do Orçamento do Estado, do desenvolvimento económico e social do país, é seriamente comprometido no futuro.

// Com as privatizações o Estado deixa de receber milhões de contos por ano //

O processo de privatizações, num quadro de perda de capacidade de decisão no plano político, com a transferência de poderes para as instituições da União Europeia, constitui só por si um grave factor de eliminação de soberania nacional, uma vez que conduz à perda do controlo nacional de sectores básicos e estratégicos, alavancas fundamentais

envolvimento e o progresso do país. É natural por isso que o Orçamento de Estado instrumento desta política mereça decididamente o voto contra do PCP.

Fruto do processo de globalização capitalista, da política de integração europeia e da política de direita e de abdicação nacional realizada por Governos do PSD e PS acompanhados pelo

CDS/PP, Portugal está, neste tempo de viragem de século, confrontado com graves problemas.

A situação a que se chegou a profundidade dos problemas que o País enfrenta, exigem uma resposta urgente. Mas não são suficientes meras correcções à política que tem sido praticada, é necessária a ruptura com a política de direita. Demore o tempo que demorar é precisa uma outra política, uma política de esquerda.

O PCP opõe-se

O PCP é a grande força política que se ergue contra este caminho de comprometimento do futuro do país. Não admira, pois, que mais uma vez esteja confrontado com uma enorme campanha, atacando-o a fundo, explorando problemas, procurando desestabilizar, caluniando, deturpando as suas posições, o seu funcionamento e o seu projecto, numa brutal pressão para o afastar daquilo que é e que os trabalhadores e o povo português precisam que continue a ser.

Afinal, o PCP é o grande partido que tem como marca distintiva a defesa dos interesses dos trabalhadores, de todas as classes e camadas antimonopolistas e o combate aos interesses do grande capital, afinal é o grande partido que se opõe a esta política e que propõe uma verdadeira política alternativa, uma política de esquerda, afinal é o grande partido que articula esta luta com o seu projecto de uma democracia avançada e do Socialismo como futuro de Portugal.

O grande capital e a comunicação social que comanda não podem ser indiferentes a um partido assim. Eles não toleram que o PCP tenha as características, a força e a influência que tem, e por isso hoje como no passado tudo fazem para o tentar liquidar, ou pelo menos para o neutralizar e enfraquecer.

Mas também hoje como no passado os comunistas portugueses saberão ultrapassar as dificuldades e obstáculos que se colocam, e assegurar o caminho do reforço do PCP, como partido indispensável e insubstituível para ao trabalhadores o povo e o País, como grande partido comunista para o século XXI.



Debate em Lisboa
com críticas severas

PS em "falsa partida"

Continua a faltar uma política para promover a prática desportiva como parte da formação do indivíduo, articulando o «desporto para todos» e a alta competição.

Estas ideias foram repetidamente salientadas no debate «O desporto para todos e a alta competição na cidade de Lisboa». Promovido pela direcção da organização do PCP na capital, o debate reuniu na noite de quinta-feira, num hotel de Lisboa, várias dezenas de autarcas, dirigentes associativos e de federações desportivas, professores de educação física e outros interessados e intervenientes na matéria.

Martinho Baptista, do Comité Central do PCP e da direcção da organização do Partido na cidade, apresentou o debate como um contributo para a política de Desporto dos comunistas. **António Vilela**, da Comissão de Desporto junto do CC, lembrou as origens do conceito «desporto para todos» e salientou que o direito da população à cultura física e ao desporto está consagrado na Constituição, cujo artigo 79.º

define os deveres do Estado nesta área.

Afirmações e prática

Em várias intervenções foi apontada a contradição entre as obrigações do Estado e a prática política que é seguida pelo Governo do PS, tal como fora antes pelos do PSD.

Alfredo Flores, presidente da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e membro da direcção regional de Lisboa do PCP, sublinhou o importante papel desempenhado pelas estruturas do associativismo popular e, com particular ênfase, pelos seus dirigentes, que proporcionam o acesso à prática desportiva por parte de vastas camadas sociais que, a vencer a lógica «mercantilista» estimulada pelo actual poder central, seriam vítimas de ainda mais acentuada exclusão.

Bernardo Manuel, treinador de atletismo que integrou a delegação portuguesa a Sidney, realçou que, sem os pequenos clubes, seria muito mais difícil ter alta competição no desporto. Criticou a falta de uma política que integre o desporto no processo educativo e comentou com grandes reservas a falada candidatura de Portugal à organização de Jogos Olímpicos, apontando algumas graves deficiências que já se notam na organização do Campeonato Europeu de Futebol, em 2004.

Dirigentes do **Clube Futebol Benfica**, das federações de **Andebol** e de **Desportos Acrobáticos**, das juntas de freguesia da **Ameixoeira**, **Ajuda** e **S. Paulo**, concordando com o fundamental das intervenções iniciais, somaram-lhes informações e opiniões, baseadas em sólidas experiências. Um dirigente **columbófilo** de Alvalade aproveitou a ocasião para voltar a exigir apoio municipal que evite a degradação crescente dos pombais, mas não contrariou as apreciações muito positivas que foram feitas acerca do trabalho das autarquias e da Câmara de Lisboa.



As medalhas olímpicas exigem educação para o desporto, participação massiva e investimento planificado (foto de arquivo)

Podereis e sinais

Rita Magrinho, vereadora do Desporto na CML e membro da DORL do Partido, reclamou que sejam delimitadas as responsabilidades das diversas entidades e poderes intervenientes na política desportiva e considerou que o esforço das autarquias «tem que ser visto como um sinal de que estão dispostas a assumir a sua quota-parte» e nunca como aceitação do princípio de que o poder local deve substituir outros agentes.

Bernardino Soares, deputado do PCP na Assembleia da República, onde integra a Comissão de Juventude e Desporto, lembrou as diversas iniciativas dos comunistas no Parlamento, que têm por objectivo ultrapassar graves problemas referidos durante o debate de dia 26: a programação da alta competição a longo prazo, o Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, o Estatuto do Atleta de Alta Competição, projectos sobre medicina desportiva e desporto escolar, a Lei-Quadro do Associativismo.

Criticou o PS – que tem «chumbado» aqueles diplomas – por não corrigir e continuar as opções políticas do PSD, nomeadamente na falta de infra-estruturas desportivas nas novas escolas.

Foi especialmente veemente na denúncia da «gestão muito política e mediática» da intervenção do Governo e do ministro Armando Vará, que corre a investir no Euro 2004, sem transparência na utilização dos dinheiros públicos e sem fazer do evento mais um motor do desenvolvimento desportivo no País, enquanto pretende voltar a reduzir, no OE para o próximo ano, as verbas para o Instituto Nacional do Desporto e para as estruturas desportivas.

A obtenção de dividendos políticos e eleitorais foi o objectivo denunciado também no que toca à construção de infra-estruturas locais, tendo em conta o que então já era conhecido do Orçamento.

PRESIDENCIAIS ■ 2001

ANTÓNIO ABREU Iniciativas com o candidato do PCP

Quinta-feira, 2 – Setúbal, pelas 10.30 horas, acções no âmbito da pesca; às 15 horas, na **Mitrena**, em **Setúbal**, visita aos estaleiros navais da Lisnave e contacto com os trabalhadores.

Sexta-feira, 3 – Santo Tirso, pelas 14.30 horas, encontro com trabalhadores despedidos da Arco Têxteis; às 18.30 horas, no **Porto**, na Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, encontro com dirigentes e delegados sindicais membros de Comissões de Trabalhadores e outros activistas: «Dar valor a quem trabalha – Razões de esquerda para Portugal».

Sábado, 4 – Argozelo, Bragança, pelas 9 horas. Visita à Freguesia de Argozelo e às minas e encontro com o executivo da Junta de Freguesia; pelas 10 horas, em **Quintanilha**, encontro com o executivo da Junta de Freguesia e visita à Ponte Internacional do IP-4; 10.45 horas, em **Bragança**, encontro das organizações da lavoura ADAB, Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes, Associação de Pastores de Trás-os-Montes e Concelho Agrícola de Vila Real; 12.30 horas, almoço com quadros e activistas do Partido em **Mirandela**; às 15.30 horas, no Arquivo Distrital em **Vila Real**, encontro-debate «Trás-os-Montes – unidade nacional, coesão económica e social».

Domingo, 5 – 13 horas, nas **Caldas da Rainha**, almoço com apoiantes no restaurante «Os Queridos».

Terça-feira, 7 – às 18 horas, em **Évora**, apresentação da candidatura no Hotel D. Fernando.

Quarta-feira, 8 – às 12.30 horas, em **Ponte de Sor**. Almoço com a comunicação social regional; em **Avis**, às 15 horas, visita à Câmara Municipal; às 18.30, jantar com apoiantes na Freguesia de **Alcórrego**; às 20 encontro com a população de **Avis**, na Junta de Freguesia.

Agenda do secretário-geral do PCP

Carlos Carvalhas participa, no domingo, 5 de Novembro, na campanha eleitoral para a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul.

Entre as 10.30 e as 12.30 horas, o secretário-geral do PCP, acompanhado do cabeça de lista da CDU, João Carlos Galheiro, visita Santa Cruz da Trapa, Baiões, Termas e Figueiredo de Alva. Às 12.30, participa num almoço de candidatos e apoiantes em S. Félix, no Restaurante «Retiro da Fonte», onde intervirá pelas 14 horas.

*

83.º Aniversário da Revolução de Outubro A Revolução de Outubro e a actualidade do socialismo

O debate é organizado pela Comissão Concelhia de **Setúbal** e terá lugar na terça-feira, 7 de Novembro, às 21.30 horas, na Biblioteca Municipal da cidade e contará com a participação de **Albano Nunes**, do Secretariado do Comité Central do PCP.

Jantar comemorativo do aniversário da Revolução Socialista de Outubro

10 de Novembro, às 19.30 horas, no **C.T. Vitória**, organizado pelo Sector dos Transportes. O jantar contará com a presença de **José Casanova**, da Comissão Política do PCP e director do «Avante!».

Iniciativa de convívio, no dia 7 de Novembro, pelas 15 horas, no **C.T. Vitória**, com a participação de **José Casanova**.

Na **Moita**, no dia 7 de Novembro pelas 21 horas, haverá uma iniciativa de comemoração da Revolução de Outubro, na Biblioteca da Moita, com a presença de **Ángelo Alves**, da Secção Internacional.

*



Castelo Branco

VII Encontro Regional, sábado, 4 de Novembro, no **Grupo Desportivo da Mata**, às 14.30 horas.

Almada

Debate sobre toxicod dependência. Sábado, dia 4, 21.30 horas, no Bar Vermelho, do Centro de Trabalho do Pragal.

Vialonga

À conversa com **Sérgio Vilarigues** sobre a Grande Revolução Socialista de Outubro

4 de Novembro, às 15 horas, no **C.T. de Vialonga**. No final haverá um magusto.

Lisboa

Ciclo de Cinema «Cenas dos Subúrbios»

Dia 2 de Novembro «Beleza Americana», de Sam Mendes; no dia 3 «O Ódio», de Mathieu Kassovitz, e no dia 4 «Os Mutantes», de Teresa Vilaverde. Os filmes serão projectados no **C.T. Vitória**, em Lisboa, pelas 21 horas.



O contacto com os trabalhadores foi feito nos intervalos para almoço e dentro das próprias obras

Jornada em Aveiro

As campanhas nacionais e regionais do Partido junto dos trabalhadores proporcionam uma maior ligação e identificação com os seus problemas e anseios. O seu saldo global é, sem qualquer dúvida, positivo, até porque reflecte diversas experiências e realidades vividas por cada uma das organizações, que é enriquecedor conhecer e divulgar melhor.

Razão, pois, deste artigo, onde se pretende dar conta, de uma forma breve, da recente jornada que o organismo de empresas da DORAV levou a cabo no distrito de Aveiro, dedicada ao sector da construção civil. O facto de ser a primeira iniciativa nesta área, bem como os poucos dados disponíveis (muitos deles desactualizados) além, claro, da nossa fraca expressão orgânica na classe, colocaram-nos, de início, naturais interrogações e dificuldades, mas que acabámos por superar no decorrer da própria campanha.

Estima-se, na região, cerca de 20 mil trabalhadores do sector – ainda que as estatísticas oficiais registem pouco mais de metade desse número, distribuídos por 1500 empresas, na sua esmagadora maioria de pequena dimensão. Ora, é precisamente este desfasamento de dados que caracteriza a sua situação laboral. Uma boa parte encontra-se a trabalhar (ao metro e à peça) sem qualquer vínculo ou direitos, com todas as consequências negativas que daí advêm. Muitos deles são clandestinos, oriundos de África ou do Leste, explorados até à medula por subempregadores e redes organizadas de empregadores; a sua precariedade, além dos baixos salários, assenta em condições e ritmos de trabalho desumanos, o que se reflecte, de uma forma dramática, no aumento dos acidentes de trabalho.

Como pudemos comprovar, em muitas obras do distrito não há o mínimo das condições de segurança. Ainda se vêem andaimes e escadas de madeira, ao sabor do improvisado e do menor custo (numa delas acabei por ser vítima disso mesmo, com uma queda felizmente sem gravidade). E, o que é mais escandaloso – como foi amplamente denunciado nos contactos e reuniões que a camarada Odete Santos teve em Aveiro, no âmbito desta jornada, e que culminou com uma concorrida conferência de imprensa – é a total ineficácia e morosidade da Inspeção-Geral do Trabalho, que faz *vista grossa* a todo este panorama, infelizmente assinalado, nestes dias, por mais uma morte de um cidadão ucraniano, numa obra no concelho de Vale de Cambra.

Ao longo da jornada distribuíram-se alguns milhares de documentos do Partido, com a nossa análise e propostas para o sector – sobretudo na corda litoral do distrito, onde há um maior volume de construção. Falou-se directamente com muitos trabalhadores, tanto no intervalo do almoço como dentro das próprias obras. Em muitos casos, com maior facilidade até do que é habitual à porta de uma fábrica, onde se nos depara toda uma série de barreiras e constrangimentos.

Sentimos nestes contactos um apoio generalizado às posições do PCP. Melhorou substancialmente, por outro lado, o nosso conhecimento e a nossa ligação com este importante sector social da região. Os resultados de tudo isto não serão imediatos. Mas estamos em crer que acabarão por se reflectir, seja na nossa influência política e social, como no necessário reforço do Partido no seu seio.

• Luís Quintino

Basta de apertar o cinto!

Campanha em marcha



No dia 9 tem lugar a iniciativa de encerramento da campanha «Os trabalhadores têm direito a uma vida melhor».

O encontro decorrerá no Hotel Altis, a partir das 18 horas, com a participação de Carlos Carvalhas e de António Abreu, bem como de sindicalistas, membros de comissões de trabalhadores, dirigentes e militantes comunistas com intervenção na área laboral e personalidades do mundo do trabalho.

A iniciativa culminará quase um mês de uma campanha com que o PCP procurou valorizar a sua acção política e estimular as lutas pelos justos interesses dos trabalhadores. Por todo o País, junto a instalações de empresas e de serviços públicos, como em locais de concentração ou cir-

culação de assalariados de sectores muito diversos, foram distribuídos dezenas de milhares de exemplares do folheto central, em que se afirma que «Basta de apertar o cinto! Os trabalhadores têm direito a uma vida melhor», bem como de documentos específicos preparados por algumas organizações.

Os comunistas salientam que enquanto «o Governo faz propaganda», o PCP faz propostas – designadamente sobre matérias tão importantes como o combate ao abuso dos contratos a prazo, a valorização das carreiras operárias da Administração Pública, a garantia do pagamento célere

dos créditos dos trabalhadores de empresas encerradas, a reforma dos impostos sobre os rendimentos, o efectivo cumprimento das leis e dos direitos dos trabalhadores e suas estruturas representativas.

Para anteontem, no Porto, estava marcada uma acção que tinha por destinatários os trabalhadores da Função Pública da cidade. Entre outras iniciativas, constam ainda na agenda da campanha jornadas de propaganda e contacto com os trabalhadores em Vendas Novas e Montemor-o-Novo (hoje), em Évora (amanhã), em Estremoz (sábado) e, ainda no distrito de Évora, Borba e Rio de Moinhos (domingo); em Santa Iria da Azoia vai realizar-se um plenário de militantes do Partido nas empresas da freguesia, na próxima terça-feira, 7 de Novembro.

Mais de 6 milhões em créditos no Porto

Só no distrito do Porto, as situações de empresas encerradas ou falidas provocaram o arrastamento nos tribunais de dívidas aos trabalhadores, que somam já mais de 6 milhões de contos. A estimativa foi revelada sexta-feira, durante uma reunião pública com Odete Santos, no Centro de Trabalho da Boavista.

A iniciativa, realizada no quadro da campanha de contactos com os trabalhadores, foi focada no projecto de lei apresentado pelo PCP na Assembleia da República, onde se defende para os trabalhadores a preferência em relação aos restantes credores e a possibilidade de receberem adiantamentos, por conta dos seus créditos, através do Ministério da Justiça.

Na reunião participaram, refere uma nota do gabinete

de imprensa da DORP, dezenas de trabalhadores, dirigentes e delegados sindicais. Em várias intervenções, deram conta das situações que se vivem em sectores como a metalurgia, a construção civil, os têxteis, as indústrias eléctricas, o comércio e serviços.

Foi denunciada a morosidade da justiça em Portugal, que põe em causa a sobrevivência dos trabalhadores das empresas falidas ou em processo de falência (e respectivas famílias). A morosidade, como foi dito na reunião, deve-se principalmente à falta de meios técnicos e humanos nos tribunais, situação que vem sendo denunciada há largos anos, quer pelo PCP, quer pela CGTP e as estruturas sindicais representativas dos sectores mais atingidos, quer ainda pelos magistra-

dos e funcionários judiciais e pelos advogados.

O decreto-lei 219/99, que já prevê o pagamento de salários em atraso e até de indemnizações, foi uma grande promessa eleitoral do Governo do PS, mas nunca chegou a ser regulamentando, o que vem dar ainda mais razão à presente iniciativa legislativa do PCP. O Partido, como no debate foi lembrado, tem agido nesta área, procurando solução para um problema que, com grande injustiça, afecta muitos milhares de trabalhadores. É no seguimento dessa acção que surge o projecto de lei, propondo que também os créditos privilegiados anteriores à actual lei dos salários em atraso (17/86) deixem de ter preferência em relação aos créditos do pessoal.

Comunistas cumprem na Península de Setúbal

«Neste encontro se confirmaram as importantes responsabilidades do PCP nas autarquias da região. Nele se atestou, também, o cumprimento pelos autarcas comunistas dos compromissos eleitorais que assumiram há três anos» – sublinhou Jorge Cordeiro, da Comissão Política do Comité Central, ao fazer um breve balanço da reunião regional de eleitos comunistas nas autarquias da Península de Setúbal.

O conclave, realizado na manhã do passado sábado, na centenária Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, congregou cerca de 100 autarcas comunistas dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e freguesias, assim como responsáveis pelo trabalho autárquico nas várias estruturas orgânicas do PCP.

As linhas e o trunfo

Em debate estiveram as linhas políticas para a intervenção autárquica do Partido até finais de 2001, bem como o trabalho

realizado, o contexto político nacional e regional, e a preparação do XVI Congresso e das eleições para a Presidência da República.

Durante a reunião, dirigida por Manuela Pinto Ângelo, do executivo da DORS e do CC, foram analisadas outras questões de inegável actualidade, como a chantagem exercida pelo Governo sobre as autarquias, o Orçamento de Estado e as suas implicações negativas nos planos autárquicos ou a ingerência do Governo e a utilização do aparelho de Estado para condicionar as eleições de 2001.

Segundo Jorge Cordeiro, os autarcas comunistas «definiram uma linha de intervenção para o futuro mais imediato, que se pode traduzir na necessidade de prestar particular atenção a um conjunto de questões e problemas de cada concelho, visando o progresso e a melhoria das condições de vida das respectivas populações».

Aquele dirigente comunista chamou a atenção para a

«necessidade do reforço da participação popular, no eixo do projecto autárquico do PCP, e da luta reivindicativa», de forma a «melhor responder à estratégia do Governo, orientada descaradamente para a governamentalização das políticas autárquicas, e melhor resistir à chantagem do Governo, como modo de desresponsabilizar-se das suas competências, no quadro de compromissos anteriormente assumidos».

As eleições autárquicas, como não podia deixar de ser, estiveram igualmente no centro das atenções dos eleitos comunistas. Como sempre, também na luta eleitoral do próximo ano avançaremos, como nosso maior trunfo, o «valor do trabalho que os comunistas realizaram nas autarquias» e que é por todos reconhecido, embora se «exijam medidas específicas, como a indispensável prestação de contas aos eleitores». No entanto, disse Jorge Cordeiro, tudo isso deverá ser concebido «na acção geral do Partido e no âmbito da luta de massas».

OE com luta

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública convocou para 8 de Novembro, dia em que o Orçamento do Estado vai a plenário parlamentar, uma concentração de dirigentes, delegados e activistas sindicais, às 12 horas, junto da residência do primeiro-ministro. Outras acções estão a ser preparadas, em protesto contra a decisão do Governo de não negociar a correcção salarial de 2000 e a actualização para 2001 antes da aprovação do OE. Esta atitude foi considerada pela Frente Comum como «antidemocrática, violadora dos princípios da boa-fé negociada, visando utilizar os trabalhadores da Administração Pública como carne para canhão e arma de arremesso para uma manobra de chantagem sobre a AR». Na segunda-feira voltaram a reunir representantes dos sindicatos e do Governo, mas apenas foram discutidas matérias sem incidência salarial. Nova reunião ficou marcada para dia 10.

Enfermeiros

No próximo sábado, no Parque das Nações, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses leva a cabo uma iniciativa pública, com o objectivo de «sensibilizar a população para o grave problema que é a carência de enfermeiros em Portugal». Uma nota do SEP adianta que, das 10.30 às 18 horas, vai ali funcionar um «hospital de campanha», onde serão realizadas actividades de promoção da saúde, debates com representantes dos grupos parlamentares e uma mesa-redonda, com a CGTP e a Ordem dos Enfermeiros.

Metalúrgicos

Os novos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Norte tomaram posse no dia 26 de Outubro. As eleições, a que se apresentou apenas uma lista, realizaram-se de 10 a 14 e cerca de 64 por cento dos associados exerceram o seu direito de voto, em 132 mesas, colocadas na sede e delegações do sindicato e em empresas. Ao divulgar estes números, o departamento de informação do sindicato salienta que eles expressam «a dinâmica desta organização e a vontade dos trabalhadores em participarem num acto tão significativo para a actividade sindical» e que é entendido como uma confirmação de que «o trabalho desenvolvido tem cumprido os principais objectivos definidos e sentidos pelos trabalhadores». A composição da lista empossada quinta-feira «traduz o esforço que se efectuou para abranger o maior número de empresas, assim como o rejuvenescimento dos quadros».



Só os sindicatos é que apresentam as soluções para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores dos têxteis

Fesete desmascara patronato do Vale do Ave e responsabiliza-o pela escassez de mão-de-obra

Têxteis precários

A Federação dos sindicatos dos têxteis, do vestuário e do calçado levou a cabo um encontro para discutir e analisar as condições socioeconómicas da região.

As conclusões do encontro, realizado no dia 26 em Santo Tirso, estão patentes num documento elaborado por aquela federação, que representa, só na região, cerca de 98 mil trabalhadores.

O documento inicia com um desmentido das afirmações proferidas por muitos dos patrões da região que afirmam que há trabalho mas não há quem queira trabalhar. A Fesete contesta esta visão e afirma que «mesmo que fossem satisfeitas todas as ofertas de emprego, continuariam a existir 23.818 desempregados registados» na região. Ou seja, a oferta de emprego representa apenas 5% da procura. «Uma outra questão que se tem colocado, em certos casos, é o problema do recrutamento de trabalhadores», havendo empresas que só admitem homens, empresas que exigem um grau de escolaridade equivalente ao 12.º ano ou 9.º ano, quando o grau de ensino dos trabalhadores é, normalmente, muito

baixo, não estando os trabalhadores, muitas vezes, aptos para acederem a cursos de formação profissional.

Até ao momento, o patronato tem recusado negociar matérias a inserir nos contratos colectivos sobre formação profissional, acusa a Fesete afirmando que «não basta constatar que as empresas deixam de ser atractivas para os jovens». É, sim, preciso e

urgente «os patrões alterem o seu comportamento». O documento da federação denuncia outras situações, que apelida de «verdadeiramente escandalosas». A Fesete afirma que «conhecem-se situações de empresas que fazem acordos de rescisão de contratos com trabalhadores com idades iguais e superiores aos 55 anos e, entretanto, procuram contratar novos trabalhadores», ou ainda o caso da empresa que «deixa de pagar salários, encerra, e reabre com outro nome, indo depois pedir trabalhadores ao Cen-

tro de Emprego, sendo os mesmos encaminhados para a «nova» empresa.

Culpa dos identificados

A federação recusa a responsabilização dos trabalhadores desempregados por se recusarem a trabalhar, responsabilizando antes as «más condições de trabalho que lhes são oferecidas e os salários que lhes são propostos».

A Fesete lança o repto às empresas de garantirem emprego estável e justas remunerações para que os jovens sejam mais atraídos para trabalharem nas empresas do sector.

«Pratique o patronato uma política salarial e social diferente; crie melhores condições de trabalho; cumpra os direitos sociais e contratuais dos trabalhadores; dê emprego de qualidade e não precário; respeite a igualdade de oportunidades de emprego, entre homens e mulheres; tenha uma política de formação e qualificação dos trabalhadores respeite o direito ao trabalho daqueles trabalhadores, que, independentemente da idade, têm o saber e produzem como qualquer outro trabalhador mais jovem, por certo não terá razões de

queixa, se é que alguma vez as teve», desafia a representante dos trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado.

Que fazer?

Os sindicatos apresentam soluções para a elevação das condições de vida dos trabalhadores e a valorização do trabalho, que passam pelo emprego de qualidade e pela humanização do trabalho.

Essas soluções passam pela satisfação de uma série de reivindicações, como a elevação dos salários para valores mínimos na ordem dos 100 mil escudos em 2004, a correcta aplicação das 40 horas semanais e a redução progressiva para as 35, a redução do número de trabalhadores com contrato a termo, com respeito pelo princípio de que a um posto de trabalho efectivo deverá corresponder um contrato efectivo.

Outras das medidas reivindicadas pelos sindicatos prendem-se com as questões da formação profissional, que o Governo deverá assumir como um «vector estratégico para o aumento da qualificação dos trabalhadores e da valorização profissional, e por essa via, do aumento da produtividade e da competitividade».

Consulares

A greve marcada para hoje e amanhã foi desconvoada pelo Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas, depois de, na segunda-feira, o Ministério dos Negócios Estrangeiros ter assumido compromissos por escrito. Uma nota do sindicato recorda que «circulares que o MNE enviou aos postos e notícias postas a circular nos jornais não eram de molde a satisfazer os trabalhadores das embaixadas e consulados, que mantinham a disposição de aderir massivamente à greve, se não houvesse a garantia por parte do MNE - em documento escrito e contemplando todos os pontos que constavam do pré-aviso de greve - de que as reivindicações seriam satisfeitas com prazos estabelecidos». Ao fim da tarde de segunda-feira, uma comunicação do Gabinete do ministro Jaime Gama veio complementar outras respostas do Ministério, «constituindo-se assim um quadro global de compromissos que permitiam ao sindicato desconvoar a greve». Em causa estava saber-se quando é que os trabalhadores transitariam para os novos quadros decorrentes do seu estatuto profissional, assegurando agora o MNE que tal se fará a partir de 1 de Janeiro próximo. Outras questões, como os atrasos na chegada de verbas para salários ou a abertura de um processo negociado com o Instituto Camões sobre as condições de trabalho nos seus Centros Culturais no estrangeiro foram igualmente objecto de compromisso, informa ainda o sindicato.

Timor

Professores de Português em Timor Lorosae têm feito chegar aos sindicatos da Fenprof «inúmeros apelos», afirmando-se «enganados e discriminados».

A federação, num comunicado que distribuiu segunda-feira, aponta alguns problemas, enumerados num documento subscrito por 20 docentes que leccionam em Baucau. Os professores aceitaram trabalhar, de Setembro passado a Agosto do próximo ano, a troco de um subsídio mensal de mil dólares, que consideram «o suficiente» para fazer face ao elevado custo de vida, e assinaram um contrato com o Ministério da Educação, ao qual não puderam propor alterações. Já em Timor, verificaram que aquele vencimento é o mais baixo da Comissão Portuguesa, que lhes é descontado o subsídio de alimentação na remuneração paga em Portugal, que não têm acesso a benefícios fiscais, que os horários ultrapassam, por norma, as 30 horas semanais (em vez das 22 previstas no contrato).

Congresso da US Braga denuncia baixos salários

No distrito de Braga tem-se acentuado o modelo de crescimento baseado em baixos salários, baixas qualificações e más condições de trabalho, denunciou Adão Mendes, da Comissão Executiva da CGTP-IN e coordenador da União dos Sindicatos de Braga, ao intervir no congresso desta estrutura distrital, realizado, sexta-feira, no Parque de Exposições bracarense.

«Milhares de jovens afluem salários iguais ou inferiores ao salário mínimo, concluem a escolaridade obrigatória e não têm acesso a formação

profissional», afirmou. A recusa desta orientação, ainda segundo a Agência Lusa, foi completada com a exigência de que os salários têm de crescer no distrito de Braga.

O sindicalista considerou que «o patronato insiste nos baixos salários e na baixa qualificação, reclamando a necessidade de recorrer a imigração, e ameaça mesmo, abençoado pelo Governo, não negociar revisões salariais acima dos valores da inflação por ele calculada».

Os patrões, acusou Adão Mendes, «continuam a saga

dos baixos salários, agravam as desigualdades sociais, bloqueiam a contratação colectiva, encerram empresas para depois reabrirem no mesmo ou noutro local, roubam o património, promovem a exploração do trabalho infantil». E, «para tudo isto, contam com apoio do poder político, que recusa promover ou aprovar legislação para pôr termo aos baixos salários, aos ordenados em atraso e à morosidade da Justiça».

Segundo apurou a USB, «mais de quatro mil trabalhadores foram este ano vítimas

dos salários em atraso». Adão Mendes assinalou ainda que, nos sectores do têxtil, vestuário e calçado, na construção civil e madeiras, no comércio e na alimentação e bebidas, e na hotelaria e turismo os trabalhadores da região recebem na base do salário mínimo nacional.

Manifestou particular indignação pelo facto de o Governo chantagear os trabalhadores, ao recusar negociar novas tabelas salariais para a Administração Pública, enquanto não for aprovado o Orçamento de Estado.

EDP retirou propaganda contra a privatização

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte exigiu na semana passada à administração da EDP Distribuição esclarecimentos acerca de uma fotografia, publicada pelo «Jornal de Notícias», onde se vê uma viatura da empresa a ser utilizada para retirar propaganda contra a privatização da trave-mestra do sector eléctrico nacional.

Os pendões, tal como outros materiais, fizeram parte de uma campanha, levada a cabo durante a semana de 16 a 20 de Outubro pela FSTIEP/CGTP-IN, de que aquele sindicato faz parte. «Estupefacta», a direcção do STIEN, na nota que distribuiu à comunicação social, diz que «não sabe se está em presença de uma nova prática na empresa ainda com capitais públicos, mas já com laivos de prepotência usada em algumas empresas privadas».

Também na área da Distribuição, a EDP está a pressionar trabalhadores «para rescindirem os contratos de trabalho, aceitarem pré-reformas ou transferências de local de trabalho», alertou o sindicato do Sul e Ilhas. O SIESI aponta o caso concreto dos núcleos das áreas de gestão de redes, a quem aconselho a resistirem às pressões, enquanto também pediu explicações urgentes à administração sobre «uma movimentação anormal e um clima perturbador nos locais de trabalho». O sindicato afirma que «esta tentativa de redução do pessoal está directamente ligada com a 4.ª fase da privatização da EDP, a qual vai provocar ainda maior degradação do serviço prestado e novas tentativas de redução de pessoal».

Protestos em Moura

Uma centena de habitantes das povoações de Pias e Vale de Vargo manifestou-se sexta-feira à tarde, junto ao edifício da EDP em Moura, em protesto pelos sucessivos cortes de luz que afectam a zona. Os moradores daquelas freguesias de Serpa, refere a Agência Lusa, alegam que os cortes já se arrastam há mais de dois anos e duram várias horas, sem que a EDP tenha resolvido definitivamente o problema. «Queremos que resolvam a situação como deve ser, porque só a têm remediado e, alguns dias depois dos arranjos, voltamos a não ter luz durante uma eternidade de tempo», explicou o presidente da Junta de Freguesia de Pias, Francisco Moreira.

Foi ainda entregue aos responsáveis da EDP um abaixo-assinado, com duas mil assinaturas de Pias e quatro centenas de Vale de Vargo.

de 323 milhões de contos, mas:



CONTA DA EDP foi menor do que as estimativas

Sindicatos falam de prejuízos para os

A «prova do crime» foi exibida nas páginas do «JN» ainda antes da OPV na Bolsa e em edições posteriores daquele diário

CGTP exigiu viragem

Salário mais mínimo

Ao fixar em 67 contos o salário mínimo nacional para 2001, o Governo optou por um valor que a CGTP-IN considera inaceitável, até pela forma como foi definido.

Antes da decisão do Governo, tomada na passada quinta-feira, a Intersindical Nacional reafirmou que esta actualização devia representar «um ponto de viragem na tendência para um progressivo afastamento do salário mínimo em relação ao salário médio». Apesar do compromisso assumido pelo Governo, o salário mínimo não acompanha o crescimento do salário médio. A central, numa nota que antecedeu a reunião da Concertação onde o tema ia ser abordado, afirma que a relação entre o salário mínimo e o salário médio baixou de 59,4% em 1990 para 52,7% em 1997 (e terá perdido ainda mais, se se tiver em conta os salários da Administração Pública, aqui não considerados).

Naquela reunião seria analisado um relatório de um grupo de trabalho interministerial, mas as hipóteses de actualização já eram «muito baixas»; a mais elevada não excedia 67100 escudos, o que era já «inaceitável». A CGTP também protestou contra o facto de, naquele relatório, se partir de um valor de inflação de 2,7%, quando o Governo admite, na proposta de Orçamento de Estado para 2001, uma banda de variação até 2,9%.

A CGTP-IN reclamou «um aumento significativo do salário mínimo, com base em ponderosas razões sociais, com vista a melhorar as condições de muitos dos trabalhadores que ganham salários muito baixos, que não permitem condições socialmente aceitáveis de vida».

A CGTP fixou como reivindicação que nenhum traba-

lhador tenha no próximo ano um aumento salarial inferior a 6 contos, o que significa que o salário mínimo devia passar para 69 800 escudos. Esta reivindicação justifica-se ainda mais quando se verifica «criação de empregos com salários excessivamente baixos nalgumas actividades, particularmente de comércio e serviços; a uma crescente precarização do emprego; a um aumento dos trabajado-

res imigrantes; a práticas de sobreexploração dos trabalhadores».

Durante toda a década de 90 – diz ainda a central, ressaltando 1993, ano de recessão – o salário mínimo tem crescido menos que o nível de vida médio da população, o que representa um aumento das desigualdades, com a população assalariada mais pobre a ficar para trás.

O salário mínimo nacional não está a servir para reduzir as desigualdades

Respostas de luta

Ao ministro da Agricultura foi entregue, na sexta-feira, por sindicalistas representantes dos **agentes técnicos agrícolas**, uma «agenda», para que Capoulas dos Santos «não se esqueça de que deve resolver o processo de reestruturação da carreira», problema que se arrasta «há, pelo menos, três anos», salienta a FNSFP/CGTP, contrapondo que aqueles profissionais «não estão esquecidos dos compromissos assumidos pelo ministro e não respeitados. Numa nota à comunicação social refere-se, a propósito, que «o projecto de reestruturação da carreiras deveria ter sido entregue a esta federação em 15 de Janeiro de 1999, para ser negociado de imediato». Mas, passados um ano e nove meses daquele prazo, os representantes dos trabalhadores ainda nem viram a cor ao papel!

Durante segunda-feira realizaram-se plenários de trabalhadores da **Portucel Industrial e Portucel Tejo**, para analisar as respostas das empresas às propostas reivindi-

cativas dos trabalhadores. Em plenários anteriores, já tinha sido avançada a possibilidade de avançar para a greve, uma vez que as administrações se ficavam por aumentos de três por cento. Os trabalhadores – refere um comunicado do Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa – exigem uma actualização salarial de 5 por cento, com a garantia de um aumento mínimo de 8 contos, e uma redução anual de uma hora no tempo de trabalho, até atingir o máximo de 35 horas semanais.

Em luta por melhores condições de trabalho e aumento do valor do subsídio de turno, concluem hoje uma greve de três dias os trabalhadores da secção Pilatus, da **OGMA**, em Alverca.

As costureiras da extinta **Fábrica Nacional de Cordoaria** decidiram concentrar-se anteontem à tarde, na Praça do Município, em Lisboa, para depois exigirem do Chefe de Estado-Maior da Armada o pagamento do subsídio de aposentação.

Professores «descartáveis»?

Foram cerca de trezentos os professores contratados que responderam ao apelo da FENPROF e aderiram à manifestação ocorrida no dia 27 de Outubro, junto ao Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa.

Os manifestantes, que rumaram depois para o Ministério da Educação para entregarem ao ministro uma resolução que aprovaram, reivindicam uma série de medidas por parte do Governo no sentido de resolver a sua situação.

Os manifestantes exigem que se criasse um «processo de vinculação dinâmica dos professores e educadores contratados, tendo em conta o tempo de serviço», como se pode ler na nota de imprensa do Secretariado Nacional da Federação. Outra das reivindicações prende-se com «a revisão da legislação sobre Quadros e Concursos, por forma a combater a precariedade de emprego, a estabilizar a profissão docente e a fixar os professores às escolas onde são colocados».

A FENPROF acusa ainda o governo de autismo político, que terá levado a que, «à entrada do milénio, aumente o número de professores desempregados e se mantenha uma política restritiva de quadros,

que em nada contribui para conferir maior qualidade ao sistema educativo» e afirma ainda que «só critérios economicistas do Governo justificam tal alheamento em relação às reais necessidades dos estabelecimentos de educação e de ensino e da Educação».

Uma luta para continuar

Anabela Delgado, do secretariado nacional da FENPROF, disse à Agência Lusa que a proposta que o ME

entregou quinta-feira remete a negociação da questão da vinculação para entrar apenas em vigor no ano lectivo 2002-2003.

Considerando esta proposta «inaceitável», os professores desempregados exigem que a negociação seja feita durante o mês de Novembro, para poder entrar em vigor nos concursos de 2001-2002, com início em Janeiro.

Face a isto, a sindicalista afirmou «que o mês de Novembro será transformado num mês de luta se o Ministério não aceitar passar para pri-

meiro plano e dar carácter de prioridade à questão da vinculação», afirmando que, caso o Governo não aceite esta proposta, os professores contratados (incluindo os que estão a trabalhar) poderão levar a cabo várias medidas de protesto, eventualmente com recurso à greve.

Entre as várias palavras de ordem lançadas pelos manifestantes – em cartazes ou oralmente – uma era particularmente reveladora do estado de espírito destes professores: «Vinculados Sim, Descartáveis Não».



A eternização da precariedade é contestada pelos professores contratados

Ainda a pena de morte

● João Amaral

No passado dia 21 de Outubro, na histórica sala da Mutualité, em Paris, realizou-se um importante Fórum contra a pena de morte, com um título bem sugestivo: "Juntos contra a pena de morte nos Estados Unidos".

O encontro serviu, além do mais, para lançar e divulgar uma ciberpetição, dirigida ao próximo Presidente dos Estados Unidos, a ser eleito no próximo dia 4 de Novembro. A ideia é entregar-lhe a petição em Janeiro, com um mínimo de um milhão de assinaturas. O texto da petição fala por si: "Caros americanos, vós sois a primeira potência mundial e pretendes muitas vezes estar ao nível de um modelo para toda a Humanidade. Dirigimo-nos a vós como povo amigo, próximo e crítico, como sabe sê-lo todo o amigo sincero. A pena de morte é um símbolo de uma justiça arcaica, ultrapassada como pena não dissuasora. Com a sua abolição, ou, ao menos, com uma moratória imediata, vós permitireis a numerosos condenados beneficiarem finalmente de um processo justo e evitaremos a morte de inocentes. Vós fareis entrar a vossa Declaração de Independência nas prisões americanas. Americanos, fazei como as outras democracias civilizadas: tomai a decisão de abolir a pena de morte!"

A ciberpetição pode ser assinada na página do Ecort, a Associação "Juntos contra a pena de morte", cujo endereço é: <http://www.ecart-type.com>. Mas também pode ser encontrada nas páginas de outras organizações, como por exemplo na página do PCF, cujo endereço é: <http://www.pcf.fr>.

A reunião da Mutualité juntou um leque alargado de personalidades e organizações. A reunião foi patrocinada pela Presidente do Parlamento Europeu e pelo Presidente da Assembleia Nacional Francesa, Raymond Forni, que fez uma vigorosa e brilhante intervenção de abertura.

O Presidente Forni falou com conhecimento de causa, já que em 28 de Agosto de 2000 visitou Mumia Abu-Jamal, no corredor da morte da prisão de S.C.I. Greene, na Pensilvânia. Nessa entrevista, Forni saudou Abu-Jamal, pelo seu combate contra a pena de morte, e agradeceu-lhe a "soberba lição de coragem e perseverança" que ele dá. Por sua vez, Abu-Jamal cita o grande afro-americano Frederik Douglass, que afirmou: "Sem luta não há progresso."

Na sua intervenção, o Presidente da Assembleia Nacional Francesa dá conta de um abaixo-assinado, subscrito à altura (21 de Outubro) por 84 senadores e 189 deputados franceses. Esse abaixo-assinado, com "apelo aos governos dos países que ainda não aboliram a pena de morte", termina com um parágrafo lapidar, onde se afirma: "A abolição da pena de morte impõe-se em todas as democracias; só a abolição pode assegurar a uma democracia

fundada na justiça o respeito pela dignidade humana e o direito à vida dos seres humanos."

O fórum foi promovido por um grupo alargado de organizações e entidades, desde vários grupos de defesa dos direitos humanos, particularmente grupos abolicionistas, até órgãos de imprensa tão diversificados como o Nouvel Observateur, o Libération ou a revista Marie Claire. Aliás, a directora desta revista, Tina Kieffer, aparece como uma das principais animadoras do Encontro, juntamente com Michel Taube, Presidente do ECART.

No Fórum participaram americanos dos movimentos abolicionistas, assim como advogados especialistas na defesa de condenados.

Participaram deputados de vários países europeus, e ainda figuras de relevo como Danielle Mitterrand. A ideia central do Fórum, ao eleger especialmente os Estados Unidos como alvo da petição, entre todos os países que mantêm a pena de morte, é a ideia de que, dada a posição hegemónica dos Estados Unidos, a abolição (ou ao menos a moratória) que aí fosse decretada teria um efeito catapultador sobre todos os países, como a China, que continuam a aplicar a pena de morte.

Não faltou quem dissesse que o fórum constituía uma ingerência nos assuntos internos dos Estados Unidos, semelhante à que condenámos aquando do bombardeamento no Kosovo. Robert Badinter, o ministro da Justiça do Governo PS-PCF que em 1981 decretou a abolição (apesar da maioria dos franceses se opor), recordou que a pressão feita sobre os Estados Unidos era igual à que há vinte anos era felizmente feita sobre a França, último país da Europa Ocidental a abolir a pena de morte. E concluiu lapidarmente: não se trata do exercício de um pretenso direito de ingerência, mas sim do exercício de um real direito de exigência em nome da defesa dos direitos humanos.

Num fórum como este, não espanta que a sala cheia da Mutualité rompesse em aplausos quando lembrei que Portugal acabou com a pena de morte em 1867, há 133 anos, e que a última execução tinha ocorrido em Abril de 1846, há 154 anos. Saudada foi também a existência de um projecto de resolução, pendente no Parlamento português, em que o PCP propõe que o Estado português não só reitere a condenação da pena de morte, como assumia um maior empenhamento na luta contra esse objectivo.

A reunião de Paris, feita numa sala repleta de evocações históricas na luta da esquerda francesa e europeia, mostra a força dos movimentos cívicos, na luta pelo progresso. A cidadania não é só um complexo de direitos, é cada vez mais um exercício concreto de intervenção e mobilização, que deve ser estimulado e do qual nenhuma esquerda se pode alhear.



Às autarquias não chegam todos os meios a que têm direito

PCP propõe alterações à Lei de Finanças Locais

Mais dinheiro para as autarquias

Contribuir para a recuperação financeira dos municípios, perdida por anos de não aplicação da Lei, e para uma mais justa distribuição dos recursos disponíveis, tais são, em suma, dois dos objectivos inscritos no projecto de lei do PCP que altera a Lei de Finanças Locais.

Entregue na passada sexta-feira no Parlamento, o diploma prevê ainda o reforço das verbas postas à disposição das freguesias, abrindo a estas, simultaneamente, novas possibilidades como seja no plano do recurso ao crédito para investimento. Em paralelo, são fixadas normas que visam «impedir o subfinanciamento de competências a transferir».

Na base desta importante iniciativa legislativa, que será discutida amanhã, está o entendimento de que a actual Lei de Finanças Locais não veio dar resposta cabal às legítimas reivindicações das autarquias locais, do mesmo modo que não contribuiu para reduzir as «assimetrias e injustiças relativas da distribuição dos recursos nacionais».

Para a bancada comunista resulta igualmente claro,

como refere a nota preambular do diploma, que o volume total de recursos postos à disposição das autarquias foi manifestamente insuficiente para repor a sua capacidade financeira aos níveis da sua necessidade e de direito «se a lei não tivesse sido desrespeitada, como o foi, pelo então Governo do PSD».

Em face disso, observa o Grupo comunista, «os efeitos acumulados de ambos os aspectos - a insuficiência dos meios e o enviesamento de alguns dos critérios para a sua distribuição impediram que a lei tivesse alguma vez plena aplicação».

Assim, de acordo com o projecto comunista, a transferência dos recursos financeiros para as autarquias locais regista um aumento de dois pontos percentuais, isto é, a afectação de verbas a elas destinadas passa dos actuais

33 por cento previstos no Fundo de Equilíbrio Financeiro para 35 por cento. Esta percentagem corresponde à média aritmética simples da receita proveniente do IRS, IRC e IVA.

Alteração importante, segundo o articulado do diploma, é também no capítulo da «repartição dos recursos públicos» o aumento de um ponto percentual da receita proveniente de impostos do Estado a que os municípios têm direito. Significa isto a passagem dos actuais 30,5 por cento para 31,5 por cento da média aritmética simples da receita obtida em IRS, IRC e IVA, assim distribuída: 5 por cento como Fundo Base Municipal, 20,5 por cento como Fundo Geral Municipal e 6 por cento como participação no Fundo de Coesão Municipal.

Relevo merece ainda, no que se refere ao regime de crédito das freguesias, a proposta comunista que possibilita o acesso a créditos de médio e longo prazo àquelas autarquias. Trata-se de uma medida de extrema importância já que o actual regime apenas prevê os empréstimos pelo prazo de um ano e, não obstante existir desde 1998, nunca até agora o mesmo foi objecto de regulamentação.

Corrigir injustiças

Baixou à comissão para melhor apreciação, sem votação, o projecto de lei que visa resolver a questão dos trabalhadores supranumerários da carreira técnica tributária da Direcção Geral de Contribuições e Impostos. O diploma, subscrito pelo PCP, PSD e CDS/PP, procura resolver a injustiça que atinge aqueles trabalhadores por um tratamento considerado desigual para situações idênticas no interior do Ministério das Finanças.

O deputado comunista Rodeia Machado, reportando-se ao sentir daqueles trabalhadores, falou mesmo na existência de «dois pesos e duas medidas». Em causa estão, concretamente, expectativas de progressão na carreira que estarão a ser-lhes vedadas.

Este não é, contudo, o único caso de injustiça a afectar trabalhadores na DGCI. Lembrados por Rodeia Machado foram tam-

bém outros problemas de transição e reenquadramento de carreiras que a bancada comunista quer ver discutido em sede de especialidade. Assim acontece, por exemplo, com a carreira de técnicos tributários e técnicos verificadores tributários que, apesar de não terem como habilitações literárias cursos superiores, têm formação em serviço devidamente comprovada, sendo, por isso pessoal altamente qualificado.

XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS 

Carlos
Carvalhas

ao
Avante!

Um debate interessado e vivo

Como tem corrido o debate preparatório do Congresso?

Em muitas organizações, embora com diferenças, tem havido um significativo e importante envolvimento de camaradas, e tem havido um debate interessado, vivo quer em relação à vida política nacional, quer em relação à evolução da situação internacional, quer em relação ao reforço da influência do partido e a sua ligação aos trabalhadores e à sociedade em geral...

Mas em algumas organizações tem-se desenvolvido um ambiente de debate que tem criado feridas e sérias dificuldades. O que fazer?

Ainda não tinha acabado. Há de facto organizações mais influenciadas por problemas e incidentes que têm emergido na vida interna. E como alguns factos reais embulhados em deturpações e em ofensas têm sido passados para a comunicação social deverá haver muitos membros e simpatizantes do Partido compreensivelmente preocupados e perturbados. Tenho para mim que, com alto grau de probabilidade, nenhuma saída positiva poderá ser encontrada enquanto o terreno de discussão para o XVI Congresso, como alguns manifestamente pretendem, ficar aprisionado em trocas cruzadas de acusações ou insinuações sobre procedimentos irregulares ou mesmo antiestatutários, suspeições, violências verbais, agressividades, actos voluntários de demissões apresentados como "exclusões", transmissões politicamente orientadas de informações e deturpações para a comunicação social causando directo prejuízo na imagem do Partido e criando ou acrescentando incontornáveis factores de envenenamento e desconfiança, quebras no respeito mútuo, tolerância e fraternidade que os comunistas devem uns aos outros.

E neste quadro pode e deve compreender-se quantas dificuldades de comunicação e de audição e quantas feridas, desgostos e amarguras terão sido causados por aquele "clima" ou "ambiente" verificado em esferas da vida partidária.

Mas está na hora de se compreender que ficar prisioneiro de espirais de críspação é continuar a criar dificuldades e prejuízos ao Partido e é coisa que só pode convir se alguém quiser um Congresso dominado pela dramatização em defesa da identidade do Partido que não está em causa, ou se alguém tiver decidido construir fria e premeditadamente um caminho preparatório de atitudes de ruptura.

Mas como encarar esta questão?

Há duas coisas que, num esforço de racionalidade e lucidez políticas, é preciso encarar de frente e é urgente e indispensável, embora difícil quando quadros mentais estão dominados por emoções.

A primeira é que a maior parte dos factos reprováveis integrantes do "capital de queixa" que, em sentidos diversos e com diversos destinatários, diversos camaradas estão invocando não ser susceptível de apuramento, de comprovação segura e indiscutível e muito menos de qualquer intervenção da Direcção do Partido (que já a teve nos casos em que foi possível).

Percorram-se as acusações ou os factos que são invocados para as sustentar e não se tenha a menor dúvida de que, em muitos casos, se encontrarão várias versões, casos de palavra contra palavra, devolução de acusações, factos relativos a circuitos informais de comunicação pessoal ou então agressividades verbais e acusações (que se podem lamentar e até reprovar) mas que são relativas ao exercício da liberdade de opinião nas reuniões de partido (e em que alguns poderão ter feito o mesmo de que acusam outros) e agora estão sendo retribuídas, por vezes em termos de enorme gravidade, em artigos na imprensa.

É por isso que ficar enredado unicamente na discussão (ou retaliação) em torno destas questões só conduzirá ao

adensamento de feridas e incompreensões, reduzirá nomeadamente, nessas organizações a pouco mais que zero a discussão de ideias, e terá como principal desfecho que as clivagens, diferenças de opinião ou até eventuais mas indesejáveis fracturas, em vez de se desenharem sobre problemas, análises, orientações, linha política do Partido (o que teria dignidade e seria compreensível), acabem por se reportar a um nó górdio de ressentimentos e feridas derivadas do real ou suposto «clima» e «ambiente» partidários.

A segunda coisa a reter é que só por desinformação, ou então por má-fé ou espírito de grupo, é que se pode acusar o Comité Central, os seus organismos executivos ou o Secretário-geral do Partido de terem autorizado, caucionado ou protegido quaisquer dos comportamentos incorrectos que fazem parte do tal "capital de queixa".

Mas isso tem sido esquecido...

A verdade é que não se encontra nem uma decisão ou declaração nesse sentido. E encontram-se muitas – e desde há muito – precisamente em sentido contrário; designadamente contra a críspação e as rotulagens, pela serenidade e respeito pela diversidade de opiniões, contra procedimentos irregulares, pela defesa de uma integral liberdade de discussão num quadro de respeito mútuo e fraternidade. Não se devendo ainda esquecer que, salvo propostas sobre duas matérias – estrutura de direcção e dimensão do futuro Comité Central – as principais orientações do Comité Central para a preparação do Congresso foram sempre aprovadas por unanimidade (incluindo, é bom que se saiba, as relativas à identidade e natureza do Partido e designadamente a proposta de não alterar o Programa e os Estatutos do Partido, matéria sobre a qual ninguém no Comité Central pediu sequer votação na especialidade).

De igual modo, não se deve esquecer que as conclusões e o apelo nele constante (que foram transmitidas a todo o partido) da última reunião do Comité Central sobre a situação interna que foram aprovadas com o acordo de todos (e antes das demissões verificadas), representaram um sério esforço para restabelecer um clima de discussão serena no quadro estatutário que, infelizmente, muitos procedimentos e atitudes (incluindo com reflexos com grande ampliação públicas) têm vindo propositadamente a inquinhar e que são inaceitáveis. E não se julgue que o Partido e a sua Direcção aceitem, a partir de alguns factos consumados, a alteração das suas regras de funcionamento e de relacionamento.

Assim como não se deve esquecer que ninguém foi demitido e que é um absurdo reclamar de terceiros que expliquem porque é que dois membros do Comité Central se demitiram (ainda por cima, depois de alguém ter feito chegar à comunicação social amplos detalhes sobre as motivações invocadas).

Depois, conforme compromisso assumido, o "Avante!" tem estado a publicar as contribuições de militantes que lhe são enviadas, permitindo que os membros do colectivo partidário tenham acesso às ideias, pontos de vista e propostas diferenciadas aí expressas.

Não se trata de pedir a ninguém que abjure da visão que tenha das causas ou responsabilidades da situação criada. Trata-se sim de percebermos que ser comandado unicamente por essa visão é queimar o curto tempo que nos resta para evitar graves prejuízos para o partido e para a grande causa que os comunistas portugueses protagonizam.

Mas há camaradas que até têm dito que um Congresso que não vai alterar o Programa e os Estatutos não serve para nada...

Pois é, há camaradas que têm dito muitas coisas e algumas, a meu ver, sem nenhuma razão ou fundamento. Essa é uma delas. Na verdade, começo por recordar que, na fase de auscultação realizada, muito poucos militantes defenderam a necessidade de alterar o Programa e os Estatutos,

havendo em contrapartida um muito largo sentimento de que não é nesses documentos que estão os nossos problemas. Depois, custa dizê-lo, mas face à experiência do nosso Partido e de outros partidos, é um absurdo afirmar que o Congresso não serve para nada só porque não discute o Programa e Estatutos (e, de facto, não discutirá se a Ordem de Trabalhos proposta pelo Comité Central for aprovada, mas discutirá, embora provavelmente sem chegar a aprovar alterações, se porventura fosse proposta e aprovada uma outra Ordem de Trabalhos pelos delegados). Concluindo, o que acho estranho é que haja camaradas que queiram esquecer que o Congresso serve para a devida prestação de contas, para reflectir o debate preparatório e a opinião dos delegados, para a definição de orientações do Partido e para a renovação, através da eleição do Comité Central, da

legitimidade democrática da sua direcção. Não creio que seja pouca coisa.

A um mês do Congresso, o que é que consideras essencial para garantir o seu êxito?

Ao contrário de uma linha que está agora a ser desenvolvida e que tende a apontar o dedo acusatório e responsabilizante à Direcção e mesmo ao Secretário-geral, tudo o que considero essencial para esse objectivo depende sobretudo da atitude e da vontade dos militantes do Partido, incluindo daqueles mesmos que fingem imaginar que o Secretário-geral teria o poder milagroso de impedir que palavras ofensivas sejam ditas, acusações impróprias sejam formuladas e procedimentos crispados e incorrectos sejam praticados. Além do que já afirmei atrás, o único caminho positivo que podemos percorrer no interesse do nosso Partido em direcção ao Congresso (e que, acrescente-se, está a ser percorrido em muitas organizações) é o da real e serena discussão de ideias e propostas em torno das Teses, é uma atitude de firme exercício por parte dos militantes dos seus direitos sem abdicções ou desistências, é o da compreensão de que, por cima da rudeza de certas situações e do desgosto que causam, importa defender o presente e o futuro de um partido em que todos nos queiramos continuar a reconhecer, é o da máxima mobilização e agregação da capacidade de reflexão e de opinião dos militantes, o que sendo mais exigente do que discutir queixas e agravos, devia entretanto ser a seiva essencial da preparação do congresso e da formação da vontade do colectivo partidário.



XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

Os textos enviados para esta secção devem ter um máximo de 60 linhas a 60 espaços (3600 caracteres, espaços incluídos). A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de efectuar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Quando e se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários aos textos enviados. De toda a correspondência que contenha propostas de emenda ou sugestões sobre o documento em debate, será enviada cópia para as respectivas comissões de redacção. A correspondência deve ser endereçada a: Redacção do «Avante!» Secção Tribuna do Congresso Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 1600-196 Lisboa Fax: 217817193 E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt

Rumo ao XVI Congresso

Os trabalhos preparatórios do XVI Congresso têm-se realizado, desde a sua primeira fase, sob o fogo de uma violenta ofensiva ideológica e política como já há muito tempo não se via contra o nosso Partido.

Nesta continuada e persistente ofensiva anticomunista contra o Partido têm intervenção preponderante os órgãos de comunicação social dominante e os nossos inimigos de classe. Intervêm com o objectivo central de infiltrar a confusão, a de orientação e a intriga na opinião pública em geral e, em particular, no interior do próprio Partido. Procuram, ainda, desacreditar e desprestigiar o Partido e a sua direcção.

Esta não é uma situação nova, dado que já noutras situações tentaram fragilizar e dividir o Partido. Mas enganaram-se redondamente, porque o Partido e os seus militantes foram teimosos, não abandonaram o seu rico património histórico de que tanto se orgulham. Teimaram e decidiram, com determinação e firmeza seguir o seu próprio rumo. Não se deixaram abalar e continuaram firmes nas suas convicções e princípios.

Os militantes do Partido não se podem deixar perturbar e influenciar com esta ofensiva nem com as pressões externas, quer elas venham de uma São José Almeida qualquer ou de outros escribas da comunicação social.

Não podemos desviar as nossas atenções do objectivo central, que é o de uma grande unidade em torno do debate das Teses. Mas, naturalmente, devemos estar atentos à ofensiva. E, a todos nós, militantes do Partido, compete contrariar esta ofensiva, não introduzindo factores que alimentem e ajudem a dar crédito a esta campanha caluniosa e intriguista que tem fustigado o Partido.

Por isso, é obrigação que a nossa actuação não seja dirigida fora do quadro orgânico do Partido e à sua margem. É nossa obrigação agir de acordo com as decisões e orientações do Partido.

Se contra temos já a comunicação social e os nossos inimigos de classe, a nosso favor temos a democracia interna existente no Partido que permite a participação de todos os militantes no debate em curso. É esta participação empenhada que faz parte do nosso trabalho, que devemos enriquecer e não abandonar. E é isto que nos distingue dos outros partidos.

(...)
Vamos ter que debater a quebra de militância, as insuficiências, atrasos ou erros do trabalho de direcção e de organização. Vamos ter que analisar as causas e apontar medidas para as superar, mas temos também o dever de valorizar a intensa actividade desenvolvida pelo Partido e valorizar que, toda esta intensa actividade só é possível porque a organização funciona, existe militância, coesão, trabalho colectivo e funcionamento democrático. O debate tem que ser leal, fraterno e solidário. Temos o direito de expor as nossas opiniões, mesmo que estas sejam contrárias à direcção do Partido, mas já não temos o direito de julgar que existe clima de suspeição ou perseguição, porque existem outros camaradas que também têm o direito de expor as suas opiniões, de defender as orientações do Partido e de contrariar opiniões e

comportamentos que julguem incorrectos.

A nossa contribuição individual no debate deve contribuir para a definição e orientação colectiva que leve o Partido à justeza da sua linha de acção e actuação.

Todos os contributos são necessários para o enriquecimento do projecto da Resolução Política a levar ao Congresso. A resolução tem que ser a reflexão de todo o Partido, e não a de alguns camaradas.

O debate tem que contribuir para reforçar a unidade e a coesão do Partido e não para o dividir ou estilhaçar. No debate temos que ver o que é necessário melhorar, sem por em causa o passado, o presente, os princípios, a estrutura de direcção, a natureza e funções do Partido, as características de profunda democracia interna, de uma única orientação geral e uma única direcção central — elementos essenciais para a unidade e coesão do Partido.

Joaquim Simões
Póvoa de Santo Adrião

Renovação ou destruição?

Podíamos dar muitas opiniões sobre a chamada renovação que alguns querem no Partido, mas deixemo-nos de opiniões e vamos a factos: Marchais em França, Berlinguer em Itália e Santiago Carrillo em Espanha, com a sua renovação de tipo eurocomunista reduziram quase a zero os respectivos partidos. E Gorbachev com a sua renovação chamada *Glasnost* e *Perestroika*, acabou com o Partido e com a própria União Soviética. Ora, parece-nos que não podemos chamar a isto renovação, mas sim destruição. A verdadeira renovação faz-se através do marxismo-leninismo, que não é um dogma mas sim um guia para a acção política, renovando-se naturalmente e constantemente com o decorrer do tempo e sem haver necessidade de se alterar a verdadeira ideologia do Partido.

Quanto a eleições, ter mais ou menos votos, com a chamada renovação ou com a nossa ortodoxia, vamos novamente a factos:

Em 1936, em Espanha, os comunistas e os seus aliados ganharam as eleições; mas os fascistas fizeram um golpe de estado, seguido de uma Guerra Civil que durou três anos, tendo como resultado a matança de muitos comunistas e a implantação do fascismo. Em 1973, no Chile, os comunistas e os seus aliados ganharam as eleições; tendo como resultado o golpe de estado de Pinochet com uma grande matança de comunistas e a implantação do fascismo. Agora, este ano, o povo jugoslavo votou sob a ameaça de intensificação do boicote económico e com o país cercado por forças militares altamente sofisticadas ao serviço do grande capitalismo internacional. E quanto à Áustria, aquilo foi uma manobra de diversão para abrir um precedente e avisar os comunistas do que lhes pode suceder, para pior, no caso de uma sua vitória eleitoral. Mas o processo histórico continua, e a guerra económica entre grandes países capitalistas já começou. O duelo euro/dólar será o princípio do fim do capitalismo e da sua globalização. A ganância é cega e surda...

Perante tudo isto, pode o nosso Partido deixar de ser revolucionário? Não! Nunca!

Manuel Tomás
Setúbal

Manter os princípios

Os portugueses vivem confrontados com uma vasta ofensiva contra os seus direitos sociais e contratuais, promovida e desenvolvida nestes últimos 16 anos pelos governos do PSD e de António Guterres.

Foram anos de grandes ataques às conquistas de Abril mas também foram anos de forte resistência popular à referidas intenções, o PCP esteve sempre na linha da frente para mobilizar e organizar as diversas camadas sociais contra a tentativa de retirada de direitos, tanto através dos seus militantes na CGTP-IN como com os autarcas nas áreas de residência. É este Partido que não interessa às forças capitalistas e reaccionárias, é este Partido que querem ver domesticado e manobrado a seu belo prazer como já o fazem com o PS. Não é possível acontecer o PCP meter o comunismo na gaveta e passar a ser uma simples marioneta nas mãos dos grupos económicos, para isso já existe o PS que guardou o socialismo na gaveta e se entregou de alma e coração aos Belmiros, Jardins e outros tantos endinheirados.

Com o aproximar do XVI Congresso muita calúnia e desinformação tem sido lançada sobre o PCP, os nossos inimigos não descansam mas o seu trabalho tem sido inglório porque não conseguem transformar nem que nos transformemos em algo sem vontade ou sem identidade. Os militantes comunistas estão que PCP querem, e a escolha vai no sentido de manter a coerência, os princípios e o respeito pelo passado. Não querem seguir o exemplo de quem renegou ou trocou a sua identidade pensando que isso seria a solução para os problemas, depois de fazerem a vontade aos seus inimigos de classe, depressa por eles foram esquecidos uma vez que já não eram resistência.

O PCP para reforçar a sua representatividade na sociedade nomeadamente junto dos trabalhadores, não pode certamente optar pela redução de funcionários políticos, os órgãos de direcção, nomeadamente o CC tem de ser composto de forma que se reflecta a sua base de apoio que é maioritariamente de operários e camponeses.

As classes sociais mais desfavorecidas precisam do PCP com as características que o tornaram na força política que denuncia e combate as injustiças tendo como exemplo o actual sistema fiscal, onde quem mais dinheiro ganha menos impostos paga, que luta e mobiliza por um sistema de Segurança Social Público, é isto que incomoda as forças políticas que estão ao serviço de grupos económicos.

Vamos certamente continuar a ouvir alguns analistas, cronistas, fazedores de opinião e profetas da desgraça continuar a sentenciar a morte do PCP, tantas vezes como as vezes que já o fizeram. Vamos continuar a ter a cabeça levantada porque não vamos abdicar da nossa identidade e a estar ao lado de quem acredita que é possível terminar

com a exploração do homem pelo homem.

Jorge Manuel Antunes
Lisboa

O que está em causa?

O PCP, como qualquer outra força político-partidária tem regras, princípios e documentos orientadores gerais que, baseados na sua ideologia, definem os interesses que defende e o «tipo» de sociedade que concebe e perfilha e em função destes qual deve ser a sua prática. No plano ideológico existe algo de verdadeiramente novo que possamos dizer: esse «novo» é alternativo ao actual sistema capitalista e põe em causa, de alguma forma, os nossos fundamentos ideológicos? Não me parece.

Creio que nem o capitalismo acabou, nem há nada de novo, de fundamental, no plano ideológico.

No que se refere aos documentos orientadores, Programa e Estatutos. Em relação ao Programa - Uma Democracia Avançada -, simultaneamente nos planos económico, social, político, cultural e ambiental, há motivos e razões suficientes para ser abandonado ou alterado em substância? Não me parece, e que eu saiba, até agora ninguém verdadeiramente levantou sequer essa questão.

No que se refere aos Estatutos do Partido, há razões e motivos verdadeiramente atendíveis, para sofrerem profundas alterações? Iguamente, não me parece, até porque, se queremos um partido de vanguarda política e revolucionário, os estatutos devem estar conforme estes princípios e com a «época» que vivemos, e é neste equilíbrio que os estatutos devem ser baseados, diga-se em abono da verdade têm-no sido, no fundamental.

Então o que é que nos fica para reflectir, discutir e decidir no próximo congresso? É muito, muito mesmo, não só no plano internacional, como, e fundamentalmente, no nacional.

Como é que nos próximos quatro anos vamos trabalhar para a concretização do nosso Programa? Com que forças? De que forma? Com que meios? Como é que contribuimos de forma mais decisiva e «visível» na construção da alternativa à política de direita? Como vamos intervir nas próximas batalhas sociais e políticas? Como reforçar e ampliar os movimentos sociais que estão, objectivamente, contra o actual sistema?

Com que política de alianças, nos planos sociais e políticos? Como devemos exercer e/ou melhorar a nossa actividade institucional, incluindo nas autarquias?

Como reforçar e ampliar a força do nosso Partido, como condição 1.ª para as outras todas?

Como se vê, não é nada pouco o que temos pela frente, e esta lista não é exaustiva do que verdadeira e fundamentalmente está em causa e é previsível para o próximo período de quatro anos, em minha opinião. No entanto, alguns, de entre nós, parece que dão ouvidos ao que os nossos inimigos de classe e adversários políticos querem (e o que querem ou desejam mostram-nos através dos meios de imprensa que controlam): desviarmos do essencial, desacreditar-nos

XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

enquanto Partido, procurar separar quadros da direcção e separar o Partido, levantando suspeições, calúnias e inverdades.

Creio que, de facto, não é só por estarem do outro lado da «barricada», é por saberem o que este Partido é e representa, que nos tratam desta forma, saberem (alguns por instinto) que nós somos futuro.

Por tudo isto vamos ao fundamental e essencial, discutir o projecto de teses, preparar o nosso Congresso e simultaneamente a actividade, a acção, intervenção e iniciativa política do dia-a-dia do nosso Partido.

Os Trabalhadores e as Populações bem precisam.

Francisco Apolónio
Évora

Clonagem ideológica

Estamos em ano de Congresso do PCP e, como já vai sendo hábito, a comunicação social da classe dominante dedica-nos particular atenção. Seria natural essa postura, dado tratar-se de um evento importante na vida política do país e um facto relevante nos 79 anos de história do PCP, mas... a verdade é que não é esse o fulcro das atenções dos escribas, politólogos e fazedores de opinião.

Bem podemos protestar contra a panóplia de calúnias que derramam nos seus «conceituados» e «isentos» periódicos ou debitam diante das câmaras televisivas insígnias comentadores. Contudo, não devemos exigir à macieira que dê péras! Devemos sim, apreciar a «coerência» que manifestam na defesa dos valores do capitalismo, e das desigualdades sociais que acarinham com «solidariedade». Por muito sofisticadas que sejam as técnicas de desinformação, por muito que os analistas intencionalmente confundam críticas de comportamento a militantes com acções concertadas de limpeza ideológica, elas, por si só, não explicam tudo o que é publicado.

Que se saiba... os órgãos de comunicação social não tomam lugar nas reuniões do Comité Central do PCP, nem lhes foi distribuído o **projecto das teses**, antes da aprovação pelo órgão máximo do Partido entre congressos. Mas, o certo é que as teses apareceram na Internet e não foram fantasmas que passaram os textos para o exterior... e também não foram os jornalistas que questionaram a legitimidade da Nota da Direcção do PCP, condenatória de comportamentos estatutariamente inaceitáveis...

Quem nos pretende dividir para nos enfraquecer sabe que um edifício sólido e sem fissuras também pode ser demolido por implosão, sendo vários os exemplos da utilização de tais técnicas nas alterações de rumo de partidos ex-comunistas.

As manifestações de hostilidade à «teoria revolucionária», a crítica aos princípios do socialismo científico, a tentativa de separar a teoria da prática, o criticismo que se abate sobre diversas das suas teses consideradas isoladamente, fazem parte do nosso arsenal de experiência de luta político-ideológica, sendo muito anteriores ao leninismo.

Em momentos de desânimo ou hesitação, renascem das cinzas os

conhecidos argumentos da improvável derrocada do capitalismo e da sua renovada capacidade de adaptação, da diferenciação da produção, do desenvolvimento das comunicações, etc. Imaginarão porventura que nos referimos às sapientíssimas conclusões de alguns conhecidos «académicos da Esquerda»... Puro engano! Referimo-nos a teses de Eduardo Bernstein e Conrad Schmidt que remontam ao final do século XIX e, veementemente combatidas pelos marxistas contemporâneos!!!

Quando hoje se pretende questionar o marxismo-leninismo com ou sem hífen, não é a mera ortografia que convém discutir, mas quebrar ou não uma unidade de sentido do conjunto. E, aos que apontam a luta sindical, as reformas sociais e a democratização do Estado, como caminho para o socialismo, Rosa Luxemburgo retorquiu em 1899:

«A questão da reforma e revolução, da finalidade e do movimento, não é senão a questão do carácter pequeno-burguês ou proletário do movimento operário, numa outra forma.»

Por que intitulámos nós este texto de «**A clonagem ideológica**»? Graças à engenharia genética é hoje possível introduzir determinadas sequências genéticas num organismo vivo, levando-o a inibir ou desencadear a produção de elementos vitais ou nefastos. E, sabemos ainda, que na sequência das bases que formam o código genético, cada uma participa na definição dos traços que temos. Por tal motivo, as sugestões de alteração substantiva a introduzir no «*código genético do PCP*» alimentam o fervor anticomunista expresso nos cabeçalhos da imprensa burguesa, que se nutrem apenas de sensacionalismo e argumentação primária, esquecendo os recentíssimos ensinamentos da clonagem.

Quando os cientistas do Instituto Roslin produziram a Dolly a partir de uma célula, não sabiam que a recém-nascida ovelhinha clonada tinha já a idade da «célula-mãe»...

Clarificando! Circulam entre nós alguns clones das teses de Bernstein!!!...

J. M. Costa Feijão
Lisboa

Marxismo-leninismo e funcionamento

Objectivamente parece-me que «as derrotas do socialismo» (1.2.12.) e o «desmantelamento do socialismo» (1.1.40.) não é um fenómeno concentrado na décadas de 80 e 90. Nestas décadas apenas assistimos à intensificação das pressões imperialistas, mas principalmente ao culminar de um processo iniciado com a ascensão de Estaline ao poder. Se é verdade que até ao fim, a URSS e satélites, mantiveram «importantes realizações e conquistas sociais» (1.2.12.), também é verdade que bem cedo esses países manifestaram «deformações, erros, desvios, substituição da acção política e repressivas» (1.2.12.). Assim, como podemos considerar contraditoriamente que a URSS e satélites foram «um modelo que não correspondia nem corresponde aos ideais do comunismo» (1.2.12.) e ao mesmo tempo que existia

«socialismo na Europa de Leste» (1.2.12.) e um «sistema mundial de socialismo» (1.1.44.)?

E sendo a URSS, nos sucessos e erros, o ponto de referência das nossas reflexões sobre o socialismo, parece-me bastante grave que o Partido não se tenha empenhado na concretização de uma das principais conclusões do XIII Congresso. Aprofundar a análise sobre o que aconteceu a Leste, principalmente a nível de funcionamento dos Partidos Comunistas e da base teórica, o marxismo-leninismo, que dirigiram esses países.

Há que esclarecer como é que afirmamos que o marxismo-leninismo é teoricamente uma «concepção materialista e dialéctica do mundo, instrumento de análise da realidade, guia para a acção, ideologia crítica e transformadora, sistema aberto, contrário à dogmatização e à revisão oportunista de princípios e conceitos, que em ligação com a experiência se enriquece e renova» (4.2.9.3.), quando na prática o que parece ter acontecido na URSS foi que Estaline pegou na riquíssima herança teórica e prática de Marx e Lenine, moldou-a oportunisticamente às suas necessidades despóticas, dogmatizou-a, tornou-a num sistema fechado e acrítico, a que lhe deu o nome de marxismo-leninismo.

E não podemos ignorar que foi à sombra deste marxismo-leninismo que o Partido se desenvolveu e fortaleceu na clandestinidade. Não será de supor que ainda funcionamos com reflexos desta base teórica, que foi incapaz de, a partir de meados da década de 40, produzir qualquer avanço teórico significativo (e mesmo prático) para o avanço do socialismo no mundo? Precisamos urgentemente de voltar a Lenine, recuperá-lo e debatê-lo, em lugar de não dialecticamente olharmos de olhos fechados para o marxismo-leninismo. Defendo a manutenção da identidade, natureza de classe e o projecto do Partido (4.2.9.2. e 4.2.10.) e concordo com uma «única orientação geral e uma única direcção central» (4.2.9.4.), mas considero que a estrutura orgânica e princípios de funcionamento, colados a este marxismo-leninismo, não correspondem a um centralismo democrático criativo (4.2.9.4.), face a traços latentes de centralismos excessivos, verticalismos e administrativismos. Assim, podemos estar a incorrer em graves falhas na definição e concretização dos objectivos, prioridades, trabalho de direcção, política de quadros, organização, luta social e política, alianças sociais e forma de exercício do poder (4.2.10.).

Precisamos urgentemente de funcionar internamente como, o que teoricamente, projectamos para uma sociedade socialista/comunista. Precisamos de uma organização mais horizontal, dinâmica e de maior participação e controlo democrático dos militantes sobre as decisões a tomar e dirigentes a eleger.

Sérgio Martins
Faro

Ser (ou não ser) solidário(a)

As razões e o momento porque cada um aderiu ao Partido serão diversas. Cada

qual terá as suas. Eu também tenho as minhas. Recordo, p. ex., o dia 1.º de Maio de 74, onde fui sozinha, alegre, curiosa, ávida de partilhar, apesar de não saber muito bem o quê. Lá, o povo, em torrente, empurrava-nos para todas as direcções. Eram magotes de gente por todo o lado, a participar e a confraternizar, a eito. A dado momento, a minha curiosidade recaiu num grupo de amigos, homens e mulheres, que cantavam, riam, reviviam tempos, sentados em forma de roda, no meio da qual tinham espetada no chão uma bandeira do PCP. Abeirei-me, perguntei se podia integrar-me e, com a sua anuência, participei da sua alegria, do seu entusiasmo, do seu abraço e logo fiquei a saber que trabalhavam na Standard Eléctrica e eram do PCP. O convívio continuou em casa de um deles. No final, fizeram questão de me levar a Sesimbra (onde eu passaria o fim-de-semana), atitude aparentemente simples, trivial e normal, mas que para mim não foi. E não foi, porque aqueles comunistas, apesar de não me conhecerem, foram solidários e fraternos.

Fui educada na base do respeito pelos outros, da amizade, da solidariedade, da partilha do muitíssimo pouco que havia em casa para partilhar – aquela casa isolada, algures... no Alentejo. Quando (em cada ano) matávamos o porco, lá íamos levar aos vizinhos um presente de carne fresca (dentro de uma tigela tapada com um paninho branco), presente que eles sempre retribuíam. Quando alguém nos visitava nunca saía de lá de mãos a abanar. Havia sempre qualquer coisa para partilhar, nem que fosse – apenas e só – uma palavra de conforto e de alento para a força necessária que cada um tinha que ter para fazer face à vida, tão difícil e tão dura, no local e no tempo, um tempo que retém muitos outros exemplos e solidariedades mais fundas.

Então, o que é que tudo isto tem a ver com o PCP? Para mim, tem muito. Tanto, que não hesitei em procurar uma ficha do Partido, certa de que as origens, as dificuldades, as influências, os exemplos, as aprendizagens e os sentimentos me estavam a empurrar para o PCP, porque tinham a ver com o PCP. Tinham - e têm.

Passaram, entretanto, 26 anos. Ao longo deles descobri o trabalho colectivo; a participação na discussão dos problemas - de forma aberta, fraterna, séria e responsável; a democracia interna; a atribuição de responsabilidades a jovens militantes (como foi o meu caso); os ensinamentos dos mais experientes; as perspectivas revolucionárias de luta; e muita, muita solidariedade.

Este Partido, que dizem «fechado», «velho», «caduco», «morto», é o meu Partido. É e será, enquanto a sua base teórica e prática for o marxismo-leninismo, enquanto corresponder aos objectivos e funções de um verdadeiro Partido Comunista, livre, lutador, organizado, solidário, libertador, democrático e disciplinado, no qual os comunistas têm que fazer o debate de ideias olhos nos olhos, com respeito pelas opiniões e decisões da maioria, com espírito fraterno e solidário. Fazendo-o na praça pública contribuem para a divisão pretendida pelos nossos adversários, para além de demonstrarem não apenas uma grande falta de solidariedade com o Partido e os seus camaradas.

Em tempos de Congresso, a comunicação social (não contestada por quem apoia e alimentada o anticomunismo) reforça a campanha

contra o Partido e contra camaradas que designa por «ortodoxos», «fechados», «ultrapassados» e, por isso, do pior que há. É bom lembrar que estes comunistas, repetida e violentamente atacados, são exemplo de luta e de resistência, deram o seu melhor pela causa comum, ao contrário de outros, aos quais bastou um aceno do poder para perderem as convicções que diziam inalaváveis. PS: Já agora, uma curiosidade. No «Grande Dicionário da Língua Portuguesa» consta: Ortodoxo... "que está com a opinião... certa, direita..."

Maria Helena Pereira
Reboleira

Pela brisa das palavras

Fico espantado com algumas coisas que vou lendo na imprensa oriundas de camaradas do Partido. É preciso "abrir o Partido à sociedade". Mas é possível um Partido como o nosso viver 80 anos fechado à sociedade? O que é, no concreto, abrir o Partido à sociedade? Dizem que sabem das coisas pela comunicação social. Mas quais coisas? Da demissão de uma camarada? Por que razão não informou ela previamente os camaradas do organismo de direcção que dirige das decisões que tomou? E como é que surgem na comunicação social esse tipo de notícias? Depois, dizem que cicrano ou beltrano não tem um comportamento «controlado» querendo dizer com isto que outros o têm. Mas o que é isso de comportamento controlado? É dar ordens? É não ouvir os outros? É não respeitar as decisões colectivas e impor a sua opinião? Bom, se é isso, então trate-se de fazer chegar à Direcção do Partido sentimentos e factos que ilustrem esses casos. Porque a questão é esta: quem assim procede dificilmente conseguirá desenvolver trabalho partidário. E quem assim procede não está em conformidade com as concepções de funcionamento do Partido. Mas nesta matéria faltam de excepções e não de regras e muito menos de princípios de funcionamento. Como em tudo há bons e maus escritores, bons e maus médicos e, consequentemente, pode haver camaradas com grandes convicções e preparação política e ideológica, mas com dificuldades na relação com os outros. E também pode haver o contrário. Agora uma coisa é certa: existe um Partido com valores, com um projecto, com um património imenso não só quanto ao funcionamento, mas também político e ideológico e, existe um Partido com uns Estatutos aprovados em Congresso e que estão em vigor. Mais, numa reunião do CC foi aprovado por unanimidade a consideração de que esses Estatutos se devem manter. Há agora membros do CC que os querem alterar? É no mínimo estranho.

Termino com um apelo a que ponhamos de lado amizades e a que cada um se centre nas questões de fundo. Reflictamos sobre essas questões. Troquemos umas ideias sobre o assunto e sobre para onde iria o Partido se algumas das questões que por aí circulam fossem aprovadas. Ficaria o Partido mais forte? Ficaríamos os trabalhadores mais aptos à luta? Encontradas que sejam essas respostas para dentro de cada um, assumam-se tudo, incluindo ir beber um copo com quem não se está de acordo.

Armando Gonçalves
Lisboa

A importância da teoria

Na minha vida de operário electricista, tal como na minha aprendizagem de militante comunista, percebi a importância da teoria interpretando o esquema, a força maior ou menor da intensidade da corrente, a razão do curto-circuito, o aproveitamento correcto da energia. Sendo tudo isto indispensável, é a prática que valida a teoria quando se faz a ligação correcta de um circuito e se protege com um disjuntor adequado, que no momento certo dispara, alerta e impede a deterioração do fio condutor ou até, se for caso disso, do motor. Nesta fase preparatória do nosso XVI Congresso e perante as teses que são propostas, perante a poderosa campanha que é desenvolvida contra o Partido, percebi bem a importância da teoria e o carácter inseparável da prática. Afirmam as teses quem é e o que é este Partido. Desenvolve nos seus diversos capítulos uma análise e uma caracterização que nenhum outro Partido faz nos seus congressos. Mas não faz só isso!

Põe o dedo nas nossas debilidades, nas nossas dificuldades e aponta caminhos. Sem as respostas todas, sem as soluções todas, é verdade. Não embarca é nas soluções fáceis. Vem isto a propósito de alguns defenderem que, enfim, se abandonássemos a expressão Marxismo-Leninismo as pessoas seriam mais atraídas para o nosso projecto, se deixássemos de falar tanto na classe operária e nos trabalhadores e falássemos mais nos cidadãos, seria uma fatura de votos, se nos disponibilizássemos mais à participação com o PS cogerindo o poder e o sistema, os trabalhadores veriam os seus direitos e conquistas assegurados e reforçados. Cá por mim estou como diz um camarada responsável: «Se fôssemos iguais aos outros perdíamos mais que os outros!»

Um Partido independente do capital, com um projecto, uma ideologia e uma natureza revolucionária a ser emparcelado no sistema, perderia esse capital enorme que dispõe junto da classe mais numerosa e revolucionária. Fazia bem a alguns camaradas conhecer milhares de homens e mulheres que trabalham e lutam, tendo como ponto de referência este Partido Comunista Português. Muitos não leram Marx, Engels ou Lenine, mas sabem o que é a exploração, sabem quem os defende e com eles luta. Não sabem bem o que é isso do centralismo democrático, mas repudiam os protagonismos fulanizados duns quantos dirigentes do Partido fora da concepção dum só direcção e de uma só orientação.

Gostam de ver e sentem-se estimulados com a luta dos agricultores, dos jovens e das mulheres, das populações, com a contribuição do camarada intelectual que abraçou a causa e a ideologia da classe operária. Mas não gostam que se confunda ou se dilua a questão principal da luta de classes e a luta principal e actual entre o capital e o trabalho. Voto a favor deste projecto de teses! Têm o fio condutor correcto e situam as fontes de energia necessárias para fazer uma forte ligação à vida e à luta!

Fernando Morais
Lisboa

Será este o caminho?

Quando leio nos jornais artigos de opinião ou cartas de camaradas questionando-se sobre a organização do nosso Partido e duvidando do modelo de organização que nós aprovámos em Congresso e que, portanto, seguimos, fico eu cheia de dúvidas também da sua integridade como militantes comunistas, principalmente por levarem para a «praça pública» temas de discussão que deveriam (e são) abordados nos colectivos em que se integram. Há cerca de 30 anos que sou militante do Partido Comunista Português e sempre que tive dúvidas, divergências de opinião ou mesmo opiniões contrárias em situações pontuais, procurei sempre esclarecer-me com os meus camaradas, no colectivo em que me integro e, em situações mais difíceis, mesmo junto do Comité Central. Penso por isso que os camaradas que recorrem à «praça pública» para pôr em causa a organização do Partido e até para expor ou propor modelos de acção partidários alternativos ou o fazem para ganhar o protagonismo fácil que numa vivência colectiva se torna bem mais difícil (e olhem que há quem o consiga, pelo prestígio que ganha através das suas acções), ou estarão a fazer, por ingenuidade ou inconsciência políticas, ou talvez não, o jogo de outras causas bem contrárias aos interesses e objectivos políticos do nosso Partido.

Nada tenho contra os intelectuais, privei e privo com muitos, alguns de renome internacional, dentro e fora do Partido, e sempre os admirei e considerei pela sua postura discreta e humanista e, pela humildade que abordavam os temas mais variados com aqueles que não possuíam a mesma formação académica, aliás numa convivência que eles próprios procuravam e usufruíam com prazer, pois que se trazia numa troca de experiências e saberes de que todos os intervenientes eram beneficiários.

Pelo contrário, quando «candidatos a intelectuais» ou «pseudo-intelectuais» se começam a «pôr em bicos de pés» para falar de notoriedade que na sua condição de sábios não conseguem, então fico de pé atrás e muito, muito apreensiva. O Partido desde sempre tem procurado estratégias de unidade no combate contra os interesses capitalistas, neoliberais, especulativos e da exploração dos trabalhadores; tem procurado aliados preferenciais no combate pelo cumprimento dos grandes objectivos da Revolução de Abril, ainda por realizar: saúde, ensino, habitação, direito ao trabalho, etc. Porém, para desespero de alguns, não se tem preocupado o Partido em estabelecer acordos ou «negociatas» que o leve a subir os degraus do poder (de que poder, afinal, meus senhores?) e consequentemente a ter acesso aos jobs que normalmente dão distribuídos aos boys dos partidos que nos têm governado. Mas caros camaradas será este o caminho do Partido Comunista Português? Cá por mim, se assim fosse, punha-me de fora.

Licete Sequeira
Carcavelos

Uma luta para sempre

Sou militante do Partido Comunista Português desde os dezasseis anos.

As razões que levaram a aderir a este Partido são muitas. Todas têm a ver com o desejo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, onde o ser humano valha por aquilo que é e não por aquilo que parece.

Hoje, alimento a mesma ambição dos meus vinte anos, se bem que maior e mais consistente. Ao longo dos anos, quase sem me dar conta, a vida ensinou-me muita coisa. Naquela altura, se me perguntassem qual o meu maior desejo, eu responderia: colaborar, com todas as minhas forças, para transformar o mundo num lugar onde as pessoas pudessem ser felizes sem oprimir e explorar o seu semelhante. Agora, alguns anos depois, com a experiência e o conhecimento que adquiri, daria a mesma resposta. Sintoma-me bem comigo mesma por continuar tão ambiciosa como antes e, sobretudo, por continuar a ter o mesmo tipo de ambições. Por isso agrada-me a ideia de Marx (não vou fazer uma citação textual porque não li as obras completas em 46 tomos) quando diz: «os filósofos preocuparam-se, até agora, em explicar o mundo, nós, comunistas, queremos transformá-lo».

Esta é, a meu ver, a questão principal: queremos transformar o mundo, somos revolucionários ou ambicionamos apenas adaptarmo-nos à situação presente, colaborando em operações de cosmética, mudando alguma coisa na aparência para que o essencial permaneça?

A resposta a esta pergunta permite distinguir aquilo que é fundamental do que é secundário. Nesta época de contradições, de encruzilhadas com pouca sinalização, mais uma vez os comunistas são postos à prova. Da nossa capacidade de resposta irá depender, no futuro, o desempenho do papel revolucionário que é nosso.

O Partido Comunista Português, com 80 anos de vida, passou por provas muito difíceis ao longo da sua história. Quando digo o Partido, refiro-me aos homens e mulheres que souberam ter não só a coragem e a firmeza que conhecemos e da qual nos orgulhamos mas também a clareza de ideias e o sangue frio necessários para, frente a inimigos e adversários de classe (é bom não esquecer isto: nós travamos uma luta de classes), não se deixarem confundir. Eu, portuguesa, comunista, no ano 2000, sinto-me bem como militante do Partido Comunista Português. Considero que este Partido Comunista precisa continuar a ser marxista-leninista. E porquê?

Porque não nos basta termos boas intenções e sermos simpáticos e boas pessoas. Precisamos, para desenvolver a nossa acção revolucionária com eficácia, de um método de trabalho que nos permita alcançar os objectivos que nos propomos. O centralismo democrático, que vi ser ridicularizado por um ex-militante tão bom que pouco tempo depois já era superministro do governo PS, nunca limitou a minha liberdade de expressão e de acção. Ao contrário, a actuação desta «celebre personagem» limita o direito dos portugueses a uma vida digna.

Os ministros, secretários de Estado, presidentes, etc., todos passam, mas o povo permanece e dos fracos não reza a história. Por todas estas razões eu continuo a ser muito ambiciosa. É uma ambição que me transcende. Sei que é uma luta para gerações. Pois bem, que seja. Pela minha parte, deixo-a como herança aos meus filhos, tal como os meus pais e avós o fizeram.

Mariana Rafael
Covilhã

Somos um grande Partido

«Esperança: é a maneira como o futuro fala ao nosso ouvido. Depois há que saber organizá-lo. Então os comunistas entram em acção.» (Mário Castrim)
Decidi escrever ao nosso Avante! para me congratular pelas Teses - Projecto de Resolução Política, que agora vamos debater nas respectivas organizações. É um documento importantíssimo, que comprova que o Partido não teme apreciar, serena e objectivamente, a sua actividade, formulando simultaneamente as orientações, objectivos e tarefas para os próximos tempos.

Somos realmente um grande Partido. Mesmo que os nossos inimigos persistam em recorrer aos processos mais infames, às mistificações mais evidentes, à deliberada falsificação de textos e de factos históricos e até à deturpação de citações, para afirmarem o contrário, continuaremos unidos o caminho que iniciámos há 80 anos. E, na medida em que continuarmos a lutar pelos objectivos que traçámos, prosseguiremos construindo História. Defrontamos actualmente dificuldades tremendas. Sobre tudo porque, onde outros capitularam, nós persistimos em lutar. De pé sempre. Honradamente ao lado dos que trabalham e com a mesma bandeira e princípios que sucessivas gerações de comunistas empunham. E isso o capitalismo não perdoa. Se a tanto pudemos resistir, se tanto construímos pelo povo e pelo país, é porque à justeza da nossa linha política aliamos a fidelidade ao marxismo-leninismo. As obras de Marx, Engels e Lenine foram e continuarão a ser para nós uma fonte abundante de «pensamento dialéctico criativo, riqueza teórica e sagacidade política».

Por muito que custe aos nossos inimigos de classe, o marxismo-leninismo continua vivo na mente e no coração de milhões de pessoas em todo o mundo, que sabem não existir movimento revolucionário sem teoria revolucionária. E porque o capitalismo não deixou de ser um sistema baseado na exploração dos trabalhadores. Antes pelo contrário. Lenine escreveu em 1913: «Para onde quer que se olhe, a cada passo se encontram problemas que a Humanidade está em perfeitas condições de resolver imediatamente. O capitalismo o impede. Resolveu complexos problemas da técnica e paralisou a aplicação de melhoramentos técnicos por causa da miséria e da ignorância de milhões de pessoas e da tacañez obtusa de um punhado de milionários.» São verdades actuais e que incomodam. Quanto mais se desenvolvem as forças produtivas da sociedade mais evidente se torna a incapacidade do capitalismo se colocar o progresso ao serviço do bem-estar de toda a Humanidade. O caminho é por isso a luta por uma nova sociedade, o Socialismo. E podem chamar-me ortodoxo à vontade, porque com Neruda reafirmo: «Passaram bastantes anos desde que ingressei no Partido. Estou contente. Os comunistas constituem uma boa família. Têm a pele curtida e o coração valeroso. Por todo o lado recebem pauladas. Pauladas exclusivamente para eles. Vivam os espiritistas, os monárquicos, os aberrantes, os criminosos de vários graus. Viva a filosofia com fumo mas sem esqueletos. Viva o cão que ladra e sem morde, vivam os astrólogos libidinosos, viva a pornografia, viva o cinismo, viva o camarão, viva toda a gente menos os comunistas. Vivam os conservadores que

não lavam os pés ideológicos há quinhentos anos. Tudo se esforça por mudar menos os velhos sistemas. A vida dos velhos sistemas nasceu de imensas teias de aranha medievais, mais duras que os ferros das máquinas. No entanto, há gente que acredita numa mudança, que praticou a mudança, que fez triunfar a mudança, que fez florescer a mudança. Caramba! A primavera é inexorável! Viva o PCP!

José Pedro Namora
Lowres

Chegou a nossa vez?

Quando aparece um movimento de defesa dos oprimidos, a primeira reacção das classes opressoras é a eliminação física dos seguidores desse movimento. Quando este se enraíza e expande de modo a tornar impossível a sua extirpação, então os opressores passam à fase seguinte - a domesticação do movimento, pondo-o ao serviço da classe opressora, ou seja, da direita, mas mantendo a linguagem da defesa da classe oprimida (esquerda ao serviço da direita).

Foi o que aconteceu ao Cristianismo que, no Concílio de Niceia de 325, passou a religião de Estado, deixando os cristãos de ser perseguidos em contrapartida da colaboração que passaram a dar às classes privilegiadas. Todos os partidos social-democratas e socialistas tiveram os seus concílios de Niceia e, infelizmente, também bastantes partidos comunistas, incluindo o histórico e heróico Partido Comunista Italiano. Chegou agora a nossa vez. A direita está a tentar transformar o XVI Congresso no Concílio de Niceia do Partido Comunista Português. E não olha a meios. Mentiras, calúnias, pratos de lentilhas, sábias análises e não menos sábios comentadores, etc., etc. Enfim, cantos de sercia para todos os gostos. Camaradas, não nos deixemos cair na tentação e no logro. Lembremo-nos de que quando se ouve um cão miar é porque ali não há cão mas sim... gato.

Amândio Costa
Amadora

Que vença a razão

Tentando ser directo e frontal, começo por dizer que esta Tribuna do Congresso foi das poucas surpresas positivas que o partido me reservou durante as três fases preparatórias do Congresso. Este espaço é fundamental para o conhecimento de opiniões de camaradas que não pertencem aos mesmos organismos, sendo uma eficaz aplicação criativa do centralismo democrático, eliminando, assim, um dos defeitos que uma possível aplicação rígida e antidialéctica do centralismo democrático pode causar o desconhecimento de reflexões de camaradas que não reñem conosco. Na primeira fase de discussão para o órgão máximo do partido, o Comité Central definiu que os militantes deviam discutir tudo, sem constrangimentos. Logo houve quem dissesse que não se podia discutir tudo, sob pena de social-democratizar o partido. Pior do que isto, começaram a fazer-se processos de intenação sobre camaradas que se

limitavam a contribuir com as suas análises para tentar melhorar o PCP e a sua influência na sociedade. Começou a sentir-se um ambiente interno de crispação, criado, claramente, do topo para a base, com recurso à intriga, à contra-informação e à fuga de informação. Só isto já eram motivos suficientes para estar descontente com o funcionamento do partido, mas a publicação das Teses trouxe-me mais desilusões.

É para todos claro que o mundo mudou muito desde há 150, há 20 ou há 10 anos. Vivemos numa época em que o capitalismo é hegemónico e vai crescendo, sabendo renovar as formas de exploração e de inculcação da sua ideologia, criando dificuldades de previsão da sua evolução e de definição de estratégias para a sua superação. Enquanto isso, as teses postas à discussão estão cheias de certezas, que eram absolutas no passado, mas das quais o desenvolvimento da sociedade nos obriga a duvidar. Será que podemos dizer hoje que a classe operária será o motor da transformação social? Será que temos feita a análise do papel da classe operária no capitalismo cada vez mais financeiro e especulativo do que industrial dos dias de hoje? Então como podemos definir como tarefa central de organização o trabalho nas empresas? Não devemos permitir que a natureza de classe do PCP se tome em algo paralisante da actividade, intervenção e crescimento do partido. É óbvio que o PCP tem raiz operária, o que não quer dizer que em nome dessa raiz se sacrificou «os ramos», «as flores» e os «frutos». Uma planta para dar frutos e para ser de grande porte não pode reduzir-se à raiz, precisa de crescer para fora do solo, desenvolver ramos. Quero com isto dizer que na actual fase da humanidade seria um erro obreirizarmos-nos, principalmente porque as classes e camadas exploradas são cada vez mais e exploradas de forma mais acentuada e porque há novas áreas de intervenção cidadã claramente antineoliberal, havendo motivação para essa intervenção.

Neste momento, seria um crime emprendermos um regresso ao passado - que é o que me parece a proposta de resolução política -, seria um trunfo que daríamos ao capitalismo, um imenso atraso para a emancipação da sociedade. O que precisamos é de saber abrir-nos e discutir sem preconceitos e rotulagens, aproveitando o contributo de todos para a construção do caminho que nos levará ao socialismo, porque uma coisa já sabemos: o caminho escolhido por outros partidos comunistas, designadamente a Leste, não serve.

Termino com a esperança que a razão, revolucionária, se sobreponha à fé em modelos e conceitos inadequados às actuais circunstâncias do mundo.

João Carlos Gomes
Valongo

Alargar a nossa influência

Nesta hora de debate é oportuno relançar as bases para o alargamento da nossa influência. É meu entendimento ser necessário alterar alguns hábitos e comportamentos de todos nós, especificando melhor, temos de arranjar forma de estar mais nos locais de trabalho, nos bairros e onde somos eleitos

autarcas ou representantes dos trabalhadores e que procuramos ser, sempre que possível, uma voz do PCP. Quando digo relançar estou a pensar que é necessário fazer ainda mais, isto é, ir para além do que tem sido feito, por exemplo: manter, por todos os meios, as células das empresas e dos bairros a funcionar; manter, por todos os meios, os contactos regulares com os militantes quer através da cobrança de quotas, quer através da distribuição de documentos do Partido. Mas como? Todos sabemos das dificuldades criadas às células de empresa com o desmantelamento do aparelho produtivo ou da falta de tempo dos camaradas mais activos dos bairros que são, regra geral, trabalhadores com a sua actividade laboral longe do local de residência, criando enormes dificuldades aos órgãos executivos (quando os há) para funcionar; julgo que a única saída é através do aumento do quadro de funcionários políticos ou organizar-se o trabalho dos actuais funcionários por forma a poderem estar mais em contacto com os militantes das empresas e dos bairros, especialmente dando mais apoio aos colectivos de base existentes. Também os camaradas dirigentes sindicais, devem privilegiar os contactos com os locais de trabalho, precisam de largar mais rapidamente os gabinetes. Não podem estar sempre à espera que os trabalhadores vão ter com eles. Para conhecermos os problemas do povo temos de ir ter com ele.

Há freguesias urbanas com dezenas de milhares de habitantes e centenas de militantes e sem ninguém com condições para, no dia-a-dia, coordenar a actividade do Partido e assim não há forma de se conseguir a captação de militantes para fazer futuros quadros e o recrutamento de jovens para o rejuvenescimento permanente do Partido o que implica um trabalho persistente de luta e mobilização para as lutas.

Se é verdade que só os militantes poderão reforçar a influência do Partido, não é menos verdade que sem o apoio de funcionários revolucionários não é fácil aumentar a nossa capacidade de intervir na sociedade.

Mário Pires Miguel
Reboleira

A riqueza do Congresso

1 - Apesar de ser o culminar de uma reflexão e discussão colectivas que se iniciaram formalmente com bastante antecedência em Fevereiro, é importante que os três dias de Congresso não desfigurem este processo cheio de possibilidades democráticas (que nem sempre, organização e militantes, conseguimos efectivar). A riqueza do Congresso mede-se também, e muito, pelo número de simples delegados que, falando em representação própria ou dos colectivos que os elegeram, têm possibilidades de se exprimir. Não se pode, em consequência, voltar a permitir, como sucedeu na discussão das teses no último Congresso, que, além das intervenções das DOR's e dos sectores de actividade central do Partido (que muitas vezes pouco acrescentam às teses em discussão), apenas falem onze (!) delegados. Por falar ficaram, pelo menos, mais 25 (os que entregaram os textos para o livro do Congresso), não contando os que já não

XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

chegaram a inscrever-se.

É imperioso tomar medidas – horários, redução do tempo e sobretudo do número de intervenções centrais e estrangeiras, duração de abertura e fecho, etc. – que evitem esta grave violação da democracia do (culminar do processo do) Congresso. 2 - A propósito da pressão a que inevitavelmente estará submetido o Partido pelo menos até ao Congresso - que sem dúvida confunde, perturba e desorienta bem intencionados camaradas - apenas duas palavras: firmeza e serenidade.

Manuel Brotas
Lisboa

A grande tarefa

No debate que temos vindo a realizar em todas as organizações partidárias desde a resolução do CC de 5 e 6 de Fevereiro deste ano, onde o Congresso e a sua preparação foram definidos como a «grande tarefa deste ano para todo o colectivo partidário», a problemática do reforço de organização, intervenção e afirmação política do Partido perpassou todos os documentos, contributos individuais e colectivos.

Reforçar a organização. Base primeira que suporta toda a restante actividade. O seu reforço está intimamente ligado à capacidade de intervenção e de iniciativa.

Mas as questões orgânicas, por si só, podem e devem ser elementos de abordagem e tratamento autónomo, devendo as Organizações Regionais dar passos decisivos neste sentido.

Reforçar a intervenção e a iniciativa política. Aspecto que decorre da cada vez mais profunda ligação aos trabalhadores e às populações. É do aprofundamento desta ligação, da compreensão do seu carácter profundo e estratégico que poderá decorrer para todas as organizações uma fonte de vitalização orgânica e política.

Aliás, tenho para mim, que as deficiências que detectamos no nosso trabalho têm muito a haver com uma deficiente compreensão das capacidades potenciadoras na organização, intervenção e iniciativa política do Partido que a ligação às massas trabalhadoras são susceptíveis de despoletar.

Traduzir em termos concretos os princípios estatutariamente consagrados que enformam o nosso Partido é deste modo um desafio a todo o colectivo partidário.

Reforçar a natureza de classe do Partido tem uma tradução concreta: necessidade de dar mais força (e dá-la decisivamente) ao trabalho do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores nos seus locais de trabalho; que as organizações do Partido e os seus organismos dirigentes tenham uma forte composição operária; (re)dirigir o recrutamento para os locais de trabalho. O Partido desenvolverá mais a sua natureza (no nosso Partido nada é imutável), quanto mais ligado aos trabalhadores e às populações estiver, quanto mais dirigentes operários tiver nas suas fileiras. Que é difícil é. Mas é também um desafio aliciante para os comunistas conseguir mudar a bússola do recrutamento.

O desafio colocado aos comunistas é o de ir aprofundando o seu projecto.

Transformar revolucionariamente a sociedade – objectivo sempre presente na nossa actividade –, construir o socialismo e o comunismo como uma tarefa que se coloca aos comunistas hoje, exige uma clarificação de objectivos imediatos e

mediatos, do que é estratégico e do que é tático e da articulação permanente de todos estes factores.

Nesta fase da vida nacional é importante a correcta assumpção por parte do Partido da sua política de alianças. Um Partido profundamente enraizado nos trabalhadores e nas massas populares com uma política e intervenção correspondente nunca correrá o perigo de definhamento. Em termos políticos o Partido deverá avançar na sua análise do partido socialista. O PS, ao longo dos anos, tem desenvolvido uma política profundamente lesiva dos interesses nacionais, dos trabalhadores e das populações. É uma política que ganhou um carácter estrutural. O PS é estruturalmente incapaz do desenvolvimento de uma política que possa servir as populações e os trabalhadores; a sua vinculação de classe está firmemente estabelecida.

O Partido, retirando daqui as suas conclusões, deveria dizer que o PS é um partido com o qual qualquer política ao serviço dos trabalhadores é impossível. Na fase actual da nossa vida compreender que o aprofundamento da ligação aos trabalhadores pode ser um factor decisivo de concretização de uma alternativa e de enraizamento da nossa luta pelo socialismo e comunismo seria um decisivo passo no nosso reforço.

Paulo Maurício
Oeiras

Pela clarificação ideológica

1. Após a desintegração da URSS e dos regimes existentes nos países do leste da Europa, que realizaram «um modelo que violou características essenciais de uma socialista e se afastou, contrariou e afrontou aspectos essenciais dos ideais comunistas», regimes esses que invocaram como base teórica da sua política o marxismo-leninismo, à semelhança de muitos outros por todo o mundo, tem indiscutível pertinência e oportunidade abordar de frente, sem complexos, tabus ou limitações, a questão da definição do controverso conceito que é o marxismo-leninismo. Contribuindo para a clarificação ideológica e política do PCP.

(...)

2. Esta linha de pensamento leva-me a que coloque algumas questões que, à primeira vista poderão parecer difíceis e provocadoras. Mas o objectivo é, precisamente, que se procurem e encontrem respostas válidas e actuais, que nos permitam alcançar uma sociedade de igualdade, de justiça social e liberdade, sem exploração nem opressão.

I – Marx, Engels e Lenine defenderam que a transição do capitalismo para o socialismo seria uma transição revolucionária e violenta, pela força. Admitir o princípio da evolução pacífica do capitalismo seria adiar indefinidamente a realização do socialismo para as «calendas gregas». Em contrapartida, o PCP defende, no seu programa actual, como via para alcançar o socialismo em Portugal, uma «democracia avançada», composta de quatro vertentes inseparáveis: política, económica, social e cultural. Realizada a democracia avançada, estarão criadas as condições que permitem a evolução pacífica para a sociedade socialista. A proposta do PCP, neste caso concreto,

ao abdicar da revolução violenta, é marxista-leninista?

II – Marx, Engels e Lenine não deixaram transparecer qualquer dúvida quanto ao facto de, no período de transição que é o socialismo, os exploradores continuarem a opor uma resistência prolongada, pertinaz e desesperada, com a finalidade de sabotarem a construção do socialismo e restaurar o capitalismo. Daí a necessidade de instauração de uma ditadura do proletariado. Uma das características da sociedade socialista proposta para Portugal pelo PCP no seu programa, é a democratização de toda a vida nacional, a garantia do exercício das liberdades democráticas, incluindo a liberdade de expressão, de imprensa e de formação de partidos políticos. Estas liberdades serão compatíveis com o conceito de ditadura do proletariado marxista-leninista?

III – O PCP tem como base teórica o marxismo-leninismo, que o seu programa define como «instrumento científico de análise da realidade». Perante a enorme quantidade de erros e de desvios, ocorridos em muitos regimes de diversos «modelos» socialistas, que tinham, também, como base teórica o marxismo-leninismo, terá ainda alguma pertinência apelidá-lo de científico?

IV – O PCP define-se como «partido político da classe operária e de todos os trabalhadores». Quando falamos de classe operária estamos a falar apenas do operariado industrial e agrícola (que não acabaram ambos), ou também, mais abrangentemente, dos trabalhadores da área dos serviços, do chamado sector terciário, que vivem apenas da alienação da sua força de trabalho? Se consideramos a classe operária como sendo constituída por todos aqueles que, independentemente do sector de actividade, vendem a sua força de trabalho, pelo proletariado, por quem cria mais-valia, faz sentido distinguir a classe operária dos restantes trabalhadores? Por que é que na composição dos organismos de direcção, se continua a considerar importante a existência de uma maioria de membros provenientes da classe operária industrial? (...)

José Trincão Marques
Torres Novas

Debatam-se as ideias

A eficácia da nossa luta por uma sociedade mais justa depende da base de apoio do partido e requer de nós, comunistas, um grande esforço para engrossar as nossas fileiras. Além disso, devemos ter uma organização coesa na luta e rica no debate em busca de soluções para os novos problemas com que nos defrontamos diariamente. Porém, a verdade é que este partido tem vindo a debilitar-se eleitoral e organicamente, parecendo cada vez mais difícil a concretização dos seus nobres objectivos. Como se isso não chegasse, temos tido nos últimos tempos divisões, conflitos e demissões na estrutura de direcção do PCP que em nada contribuem para o fortalecimento do partido. E que podemos fazer nós, simples militantes comunistas, que assistimos a estes rumores a gritos? Aparentemente, nada ou muito pouco. Os métodos de funcionamento do partido, nomeadamente, no que diz respeito à circulação de informação não nos permitem saber que pontos de vista e divergências existem entre os nossos dirigentes. Por outro lado, a decisão de

quem sai e de quem fica na direcção é algo em que nós não temos possibilidade de participar. Resta-nos assistir à sangria de quadros dirigentes do partido e às acusações que se seguem, tentando provar que aqueles que até há bem pouco tempo eram bons camaradas, num ápice, transformaram-se em traidores. Recusome a seguir essa regra.

Como resolver os actuais problemas do PCP e dar mais coesão (diferente de unanimismo) ao nosso partido? Penso que o aprofundamento da democracia interna do PCP, nomeadamente, com uma participação mais activa das bases na escolha dos seus dirigentes evitaria conflitos dentro do partido e poderia dinamizar o debate interno e a militância, na medida em que cada militante se sentiria mais partícipe da vida interna e das decisões do seu partido. Essa participação, com possibilidade de escolha e sem medos ao voto secreto deveria ser uma regra a seguir em todas as organizações do partido. No que diz respeito à eleição do Comité Central, o Congresso não se deveria limitar a ratificar a proposta do Comité Central cessante e deveria ter alguma possibilidade de escolha democrática. Com estas reflexões, pretendo contribuir para o debate de ideias que é urgente fazer neste partido. Quero ainda pedir aos meus camaradas que não considerem que todos aqueles que têm ideias diferentes e, eventualmente, minoritárias mas que ousam expressá-las não estão necessariamente pensando em destruir o PCP, ser ministros do PS ou entrar para um órgão de comunicação social hostil. Ter ideias diferentes das que actualmente prevalecem no PCP não significa ser traidor ao partido. Quem contribui para o enfraquecimento do partido é quem sai ou quem agride (de diferentes formas) outros camaradas, levando a que estes abandonem o partido. Quem cá fica, debatendo ideias, propondo alterações ao funcionamento do partido no sentido de o melhorar, está contribuindo para enriquecer este grande partido. Por isso, discutam-se e combatam-se as ideias com que não concordamos mas que não se difamem todos aqueles que as colocam ou as defendem. Não se façam suposições simplistas sobre o que este ou aquele militante pretendia quando levantou alguma questão polémica. Não convertamos a *Tribuna do Congresso* numa rubrica de escárnio e maldizer. Tenhamos em conta a sabedoria popular tão bem expressa pelo poeta António Aleixo: «Contigo em contradição/ Pode estar um grande amigo/ Duvida mais dos que estão/ Sempre de acordo contigo».

Amílcar Marreiros Duarte
Faro

Breves notas para o debate (3)

São bem conhecidos os horrorosos crimes da Inquisição, cometidos sob a invocação do cristianismo, que merecia e nem por isso deixou até hoje de ter o apoio de grande parte da Humanidade, apesar de outros atropelos também das suas igrejas, inclusive no nosso país. E a própria Revolução Francesa teve o seu Terror e o seu Napoleão, mas nem por isso ela e os respectivos valores democráticos deixam hoje de merecer generalizado apreço. Do mesmo modo, não é pois a colagem de regimes de violência ao marxismo-leninismo que pode desacreditá-lo. O Partido não rejeita aliás o seu

XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

enriquecimento com os contributos de outros teóricos e revolucionários comunistas, e até de ciências e doutrinas novas e alheias, mas de que algo lhe é enquadrável ou complementar. E poderíamos falar tão só de materialismo dialéctico e histórico.

Mas cuidado! Não vá alguém assustar-se com o «materialismo», que pode afastar os espíritos religiosos de muitos filhos do nosso povo que não obstante apoiam a nossa luta...

Com este tipo de receios, até já houve no Partido, em tempos recuados, quem quisesse eliminar os símbolos da foice e do martelo. E até, não tão recuadamente, sugestões para acabar com «O Militante». No que respeita a este último e ao Avante!, decerto são ainda e sempre desejáveis algumas melhorias. Mas tal não justifica deixar de os ler e assim não ter informações e perspectivas fundamentais que só lá se encontram, correndo-se apenas atrás do que dizem outros órgãos de Comunicação Social. Que, no entanto, em certos casos e quando sem as deturpações habituais, poderia lá caber também.

Com as profundas transformações que no mundo tem havido, com a importância crescente de trabalhadores intelectuais na nossa luta e até com as novas características da classe operária, não me repugnaria que alguém viesse propor que àqueles instrumentos simbólicos se acrescentasse um computador. Mas talvez fosse caricato.

Não se trata de matéria tabu. Por exemplo, houve outros partidos comunistas e revolucionários com diferentes símbolos do trabalho, como uma enxada e uma roda dentada.

Deixemos pois os nossos estar como estão. Tal como o rosto de cada um de nós permanece e nos identifica, por mais transformações físicas e de aspecto que os anos lhe tragam.

Diga-se o mesmo do marxismo-leninismo. Marx e Lenine são indubitavelmente os principais e complementares obreiros teóricos e práticos dessa matriz. Dinâmica porque nela não se esgota – o que necessariamente sucede com a própria expressão.

E esta não só traduz isso mesmo, como constitui uma fórmula psicologicamente forte.

Alguns não a querem por supostas razões como as atrás apontadas, outros vão mesmo mais longe nem sequer se reclamando de Lenine sob a falsa alegação de que já ele seria... "estalinista". Ou de que hoje já nada nos diz.

Quanto a estes últimos, bom será que vão olhando para os partidos oportunistas ditos de esquerda que por aí pululam no mundo e para a chamada «globalização» imperialista (não obstante os seus novos aspectos) que hoje impera.

Mais, a supressão do termo leninismo abriria objectivamente a porta para que, com maior facilidade que hoje, se pudesse tentar suprimir basilares regras e objectivos do Partido.

A renovação deste não passa pois pelo abandono daquela fórmula. Passa, sim – tal como o rejuvenescimento organizativo e uma recescente aproximação as massas – pelo poder criador e fraternal com que todos nós sabemos definir iniciativas e soluções concretas para os problemas concretos.

Segundo «a alma viva do marxismo» – palavras de... Lenine – pela «análise concreta da situação concreta».

Não para «deixar tudo na mesma», mas para inovar o que for e só o que for realmente necessário. Sem abdicarções nem medo de fantasmas.

Alberto Vilaça
Coimbra

Considerações sobre as Teses

Na continuação da minha colaboração anterior, proponho os seguintes aditamentos ao Projecto:

Um novo item ao Capítulo 3 (A luta de massas, a intervenção social e política do Partido), a numerar como 3.7.16. – «Com vista à construção de uma alternativa de esquerda, o PCP contribuirá, entre outras iniciativas que decorrem da sua intervenção com os trabalhadores, por meio da formulação de uma *Plataforma de Diálogo Para Uma Política Democrática e Nacional*, cujo conteúdo e oportunidade deverá ser discutida no Congresso. Tal Proposta dirigida ao povo e aos democratas de Portugal, será um documento terminal e expressivo da vontade do XVI Congresso em fortalecer a confiança dos portugueses na justa solução das suas dificuldades e inquietações e na atitude de diálogo franco dos comunistas com todos os portugueses e portuguesas que anseiam por mais democracia, mais justiça e mais independência nacional. O PCP declara-se disposto a contribuir para a elaboração de acordos bi e multilaterais, com apoio popular, sobre três direcções fundamentais de um diálogo conducente a uma desejada união da Esquerda:

1. Pela valorização do Trabalho, pelo Progresso e pela Justiça social; 2. Pela democratização do Estado; 3. Pela independência nacional.»

Por fim, os seguintes «avisos à navegação», os quais, de resto, são concordantes com vários trechos das Teses.

1. Melhorar, a todos os níveis, o quadro dos funcionários do Partido, é tarefa urgente, e penso que em curso; contudo, e por muito que apoie esta forma **leninista** de trabalhar, afaste-se a ameaça de um qualquer dirigismo administrativo do Partido por parte seja de quem for (de funcionários iluminados ou autarcas que confundem os planos). Se muitos milhares de camaradas andam ainda afastados do seu Partido desde há anos, a responsabilidade não é exclusivamente deles. Ser funcionário, autarca ou parlamentar, não faculta direitos patrimoniais, morais e ideológicos, de privilégio e comando (se os povos alienam depressa a soberania em troca da segurança, eu cá por mim prefiro a autonomia). Louvemos as suas renúncias e lealdades, não as suas arrogâncias. Aliás, o Partido merece e necessita da colaboração de camaradas de relevo em todas as áreas da vida nacional (4.3.5., das Teses), não apenas para consultadoria anónima mas também para tarefas de direcção e exposição pública. Os organismos superiores tornam-se vulneráveis quando falta a força democrática das bases, quando incluem de menos os não funcionários e quando, eventualmente, pareçam «privilegiar e circunscrever a acção às estruturas do sistema» (1.3.5.). Os camaradas eleitos e membros de órgãos do Estado – Assembleia da República, autarquias», etc. – por mais valor e responsabilidade que mereçam, não podem atribuir-se a si mesmo um estatuto diferente, com direito a substituir o Congresso, ou até os modestos organismos concelhios, tanto nos modos de orientação política do Partido (política de alianças, acordos, etc.), como na gestão dos organismos locais e regionais. O respeito pelos organismos do Partido, superiores ou de uma modesta localidade, toca a todos. Os comunistas não se revêm em «chefes de turma», nem em cultos de personalidade, espero bem.

A Democracia Avançada que queremos amanhã para o país, queremos-la já hoje para nós. A motivação começa nisso. 2. Máxima prioridade para a Escola do Partido e para o «Avante!», já que as discussões de fundo não são fáceis de todo. Com uma boa Escola e um bom jornal podemos resistir melhor ao império dos *media* e a um ensino oficial classista que alienam a nossa juventude. Aplaudo as melhorias do nosso «Avante!», verificadas com a actual direcção; mesmo assim não é possível um suplemento com reportagens, a duas cores, dos grandes temas da actualidade? E por que não se convocam para esse espaço artigos de opinião, entrevistas e mesas-redondas com operários, quadros técnicos e intelectuais?

Nozes Pires
Torres Vedras

A renovação do sector intelectual

(...)

Urge aumentar a nossa capacidade de preservação, recolha, divulgação e utilização da informação; de intercâmbio com parceiros nacionais e internacionais; de debate e reflexão/ sistematização; de participação na produção cultural e no combate ideológico; de acompanhamento da realidade cultural local, distrital, regional, nacional e internacional (políticas, legislação, agentes, meios, iniciativas, consumidores); de sensibilização, convencimento e mobilização da população – dos diversos *públicos-alvo* que a constituem; de relacionamento eficaz com os *mass media*, apesar de todas as limitações e obstáculos resultantes do facto de vivermos integrados num capitalismo hegemónico em fase de globalização hipermonopolista e de consumo de massas.

É tendo em conta os objectivos atrás referidos que se propõe o seguinte:

1. À semelhança do que já acontece em diversas organizações sectoriais, também o Sector Intelectual passaria a integrar todos os militantes – e, eventualmente, simpatizantes – que pretendessem trabalhar na área da cultura e ideologia. Seriam, assim, transferidas para outras estruturas as funções de enquadramento socioprofissional dos camaradas com «formação e profissões intelectuais». Cada militante ingressaria numa organização de âmbito geográfico (regional, distrital, concelhio, de freguesia), disponibilizando-se, em seguida, para participar em outras estruturas do ou com o interesse para o Partido: organismos de direcção – níveis local, distrital, regional ou nacional; estruturas de natureza socioprofissional, sectorial, de base (células por local de trabalho, local de residência, etc.), grupos de trabalho eventuais; cargos institucionais; entidades e iniciativas da «sociedade civil».

2. O Sector Intelectual, subordinado ao Comité Central através da Comissão Política, integraria uma direcção nacional (plenário e organismo executivo), estruturas nacionais de apoio e

organizações locais, distritais ou regionais – a refundar ou a criar em todas as capitais de distrito e em outras cidades onde tal se justifique.

3. Seriam as seguintes as «estruturas nacionais de apoio»: grupos de trabalho subsectoriais ou por iniciativa; Instituto de Estudos Sociais Bento Gonçalves (ou Bento Jesus Caraça, Mário Sacramento, etc.), Biblioteca e Centro de Documentação, Museu e Arquivo Histórico, Gabinete de Propaganda e Gabinete de Imprensa; renovação do «Avante!» e extinção de «O Militante», criação de uma revista de debate político-ideológico (ver o exemplo da saudosa «Politika»); potenciação das Edições «Avante!», Editorial Caminho, Campo das Letras (?), rede de livrarias (?); renovação da «Vértice», «O Professor», outras revistas (?), páginas ou publicações na Internet; avaliação das condições necessárias e negociação dos meios indispensáveis à viabilização sustentável de um jornal (diário ou semanário) com linha editorial «de esquerda» (?), etc.

4. As «organizações locais, distritais ou regionais» seriam constituídas por um organismo de direcção, uma assembleia, grupos de trabalho subsectoriais ou por iniciativa, gabinetes de imprensa e propaganda, núcleos redactoriais, publicações e iniciativas próprias; assegurariam participação na direcção nacional e colaboração com utilização dos meios produzidos ou coordenados pelas estruturas nacionais de apoio.

5. Importaria, ainda, ter em conta questões como os níveis de abertura ideológica (por contraposição ao sectarismo dominante, mantendo a perspectiva revolucionária), a capacidade de adoptar uma postura ofensiva (por contraposição ao defensismo imperante, sem arrogância), a política de quadros, a integração de militantes da JCP e de simpatizantes, as parcerias, os financiamentos (tão diversificados quanto possível), a divulgação (interna e externa).

João Paulo Avelãs Nunes
Coimbra



XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Reuniões para discussão das Teses

OR ALGARVE

Faro – Reunião de Intelectuais e Quadros Técnicos: quinta, dia 2, 21h30, CT Faro. Reunião plenária da DORAL: dia 4, 15h.

Lagoa – Assembleia da Organização Concelhia: dia 3, 21h30, CT de Portimão.

S. Bartolomeu de Messines – Assembleia das freguesias de S. Bartolomeu de Messines e S. Marcos da Serra: dia 5, 15h, CT de S. Bartolomeu de Messines.

OR AVEIRO

Arouca – Reunião da Organização Concelhia: dia 8, às 21h30.

Aveiro – Reunião da Com. Concelhia: dia 6, 21h30, CT de Aveiro. Reunião do Org. Sindical Metalúrgicos: dia 6, às 9h30, CT de Aveiro.

Espinho – Reunião da Organização Concelhia: dia 3, 21h30, CT de Espinho, com Hélio Samorrrinha.

Ovar – Reunião/debate com novos inscritos no PCP, sobre princípios fundamentais, objectivos e funcionamento do Partido: dia 3, 21h30, CT de Ovar, com Aurélio Santos.

OR BEJA

Reuniões para discussão das Teses e eleição de delegados:

Aljustrel – De vários organismos: dia 4, no CT.

Castro Verde – Dia 4, 15h, Fórum Municipal.

Ourique – Das organizações de Ourique e Santana da Serra: dia 4, 15h30, CT Ourique.

Mértola – Reunião concelhia: dia 4, 10h, CT; da freguesia de Alcaria Ruiva, dia 4, 15h, na Junta de Freguesia, e de S. Miguel de Pinheiro, dia 4, 15h, na Junta de Freguesia local.

Moura – Reuniões das organizações de Sobral D'Adiça, Safara e Santo Aleixo, às 21h, no Café do cam. José do Carmo, em Sobral D'Adiça, e de Corte Pinto, às 21h, CT da Mina de S. Domingos, ambas no dia 3.

OR BRAGA

Braga – Debate: «A luta dos povos e o papel dos comunistas»: dia 3, 21h30, CT de Braga, com Albano Nunes.

V. N. Famalicão – Debate com Albano Nunes: dia 4, 15h, no CT.

Zona do Basto – Reunião da organização na Esc. Preparatória do Arco do Baulhe, dia 4, 21h.

OR BRAGANÇA

Alfândega da Fé – Assembleia plenária de militantes dos concelhos de Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta, para discussão das Teses e eleição de delegados: quinta-feira, 9, 21h, no CT de Alfândega da Fé.

OR CASTELO BRANCO

Castelo Branco – Plenário da Com. Concelhia: dia 4, 15h.

Fundão – Plenário da Com. Concelhia: dia 8, 21h.

Covilhã – Plenário da Com. Concelhia: dia 7, 21h. Dia 8 às 15h: reunião de Reformados da cidade da Covilhã.

Tortosendo – Reunião da organização de Casal da Serra: dia 4, 15h.

OR COIMBRA

Coimbra – Sector Intelectual e Organização dos Médicos para discussão do Ponto 4 das Teses: dia 3, 21h30, CT de Coimbra, com Sérgio Teixeira. Organizações das freguesias do Norte (Botão, Brasfemes, S. Paulo de Frades, Souselas, Torre de Vilala, Trouxemil e V. Matos): dia 4, 17h, CT de Souselas. Organizações das freguesias da Margem Direita (Antozede, S. João do Campo, S. Silvestre, S. Martinho de Árvore, Lamarosa): dia 4, 21h, no Salão de Sto. António, em S. João do Campo.

Lousã – Comissão Concelhia: dia 3, no CT.

Figueira da Foz – Reunião das freguesias rurais do concelho: dia 4.

Montemor-o-Velho – Reunião das organizações de Freguesia: dia 3; da organização da freguesia de Santo Varão: dia 4.

Miranda do Corvo – Organizações concelhias de Miranda do Corvo, Góis e Pampilhosa da Serra: dia 4, 21h, em casa do cam. Carlos Marta.

OR ÉVORA

Alandroal – Assembleia electiva das freguesias de Mina e Rosário: dia 4, 20h, Junta de Freguesia; das freguesias de Casas Novas, Marmelos e Venda: dia 4, 20h, no Centro Cultural.

Arraiolos – Organização da freguesia de S. Gregório: dia 6, 20h30, na JF; de freguesia de Vimieiro: dia 6, 20h30, JF; organização de Vale Pereiro: dia 7, 20h30, na JF; de Igrejinha: dia 7, 20h30, na JF. Assembleias electivas nas Ilhas, dia 8, 20h30, na Sociedade, e na freguesia de Sabugueiro, dia 9, 20h30, na JF.

Estremoz – Reuniões das organizações de Sta. Maria e Sto. André, dia 10, às 20h; de Sta. Vitória do Ameixial, dia 18 às 15h; de S. Lourenço, Glória, Evoramonte, Veiros, dia 20, às 20h.

Évora – Assembleia plenária electiva do Centro Histórico: dia 4, 16h, CT de Évora; Plenário da célula da CM: dia 5, 16h, CT; militantes da freg. de Boa Fé: dia 3, 20h, na sede da JF.

Montemor-o-Novo – Assembleia electiva da freguesia de Escoural: dia 4, 15h, CT.

Portel – Assembleia electiva das freguesias de Monte do Trigo, dia 3, 20h30, Centro de Dia, e Vera Cruz, dia 4, 20h30, sede da JF.

Vendas Novas – Assembleia electiva da freguesia de Landeira: dia 3, 20h30, JF.

Viana do Alentejo – Assembleia electiva das freguesias de Viana: dia 6, 20h30, CT; da freguesia de Aguiar: dia 10, 21h, na JF local.

OR LEIRIA

Marinha Grande – Reunião das células R. Galo/S. Barosa/Crisal: dia 3, às 21h30; da Cristalária: dia 4 às 21h30; das células PMCI's/Prof e Intelect./Função Pública: dia 8; dos Reformados: dia 8, às 14h30; das células Vieira, dia 10, 21h30, e CIVE e Metalúrgicos, dia 10, 21h30.

OR LITORAL ALENTEJANO

Alcácer do Sal – Reunião de Eleitos Poder Local, Quadros Técnicos e Intelect.: dia 9, 20h30, no CT, com Virgílio Azevedo e António Casmarrinha.

Grândola – Dos trabalhadores das Antarquias do concelho: dia 8, 16h, CT.

Odemira – Da organização de Relíquias: dia 4, 20h30, Casa do Povo; da organização de Vila Nova de Milfontes: dia 4, 17h, no Centro Social de Brunheiras.

Sines – Plenário de militantes da freguesia de Porto Covo: na Escola, dia 4, 16h; do colectivo local da Festa do Avante!: dia 6, 17h, CT Sines.

OR LISBOA

Plenário de Quadros sobre a intervenção dos comunistas do distrito de Lisboa nas Comissões de Trabalhadores (CTs e sub-CTs): dia 8, das 17 às 21h, no CT Vitória, com Jerónimo de Sousa.

Alenquer – Plenário de militantes do Bº Alenquer: dia 7.

Amadora – Plenário de militantes de Alfovelos: dia 3, 20h30, CT Brandosa; de Damaia: dia 4, 15h, com Paula Henriques; de S. Brás: dia 4; do Sector de Empresas: dia 9.

Azambuja: de militantes da freg. de Manique do Intendente: dia 3, 21h.

Cascais – Almoço e plenário da célula da CM Cascais/SMAS: dia 4, 13h, CT Alcabideche. Plenário-convívio de jovens do concelho de Cascais: dia 4, CT de Tires, com Bernardino Soares.

Lisboa – Plenário de militantes de Carnide: dia 4, 15h, na JF; Assembleia electiva da freg. dos Anjos: dia 2, 21h, CT Graça. Jantar-convívio da organização dos Anjos: dia 4, 19h30, CT Vitória, com Domingos Abrantes. Plenário da freg. de Arroios: dia 4, 15h, CT Vitória, com Luís Fernandes. Plenário electivo da org. do Beato: dia 4, JF do Beato, com Martinho Batista. Plenário de militantes na Voz do Operário com Jerónimo de Sousa: dia 2 às 13h30.

Loures – Plenário do Sector Empresas: dia 7, 16h, CT de Sta. Iria. Plenário em S. Julião do Tojal: dia 4, 16h, no CT; em Sto. António dos Cavaleiros: na Assoc. de Moradores, dia 8, 21h30.

Odivelas – Assembleia electiva da organização de Caneças: dia 4. Plenário da célula CIMO: dia 2, 12h45, CT Odivelas. Plenário da Dir. Concelhia sobre as Teses: dia 2, 21h, CT Odivelas; da Com. Freg.: dia 7, 21h, CT Odivelas. Plenário de Reformados: dia 3, 15h, CT Odivelas. Plenário da organização de Póvoa de Sto. Adrião: dia 8. Plenário electivo do sector Empresas de Odivelas: dia 3, 17h30, CT Pontinha.

Oeiras – Debate: «Os caminhos para a alternativa de Esquerda», com Vítor Dias: dia 7, 21h, CT de Algés. Assembleia electiva de Linda-a-Velha: dia 4, 15h, CT Algés; de Porto Salvo: dia 4, 15h30, no CT.

Sintra – Reunião de militantes de S. Marcos: dia 3, 21h, CT Cacém; do Sector de Empresas: dia 4.

Torres Vedras – Plenário do Sector de Empresas para eleição de delegados: dia 3. Plenário de militantes de Carvoeira: dia 2.

Vila Franca de Xira – Plenário de militantes do Bº Soda-Póvoa na Póvoa de Sta. Iria/Associação de Moradores: dia 3, 18h. Assembleias electivas: da organização da freguesia de Alhandra (dia 4, 15, no CT de Alhandra), com Vítor Dias; do Sector de Empresas de V. F. Xira (no CT de A-dos-Loucos, dia 4, 15h), com Jerónimo de Sousa; das freguesias de Castanheira e Cachoeiras (dia 4, 15h, na Castanheira) com Armindo Miranda; do Comité Local do Bom Retiro (dia 7, 21h, no Café Stop, com Octávio Augusto).

Sector Empresas – Plenário de militantes das EFA's: dia 2.

Sector Função Pública – Plenário de Aposentados: dia 7, 15h, CT Vitória; dos Funcionários do Sindicato: dia 8, 13h; do IM: dia 6; do IIC Tropical: dia 8, 123h, CT Alcântara; do Secretariado de célula do LNEC: dia 6, 17h30, CT Vitória; do M.Trabalho/IEFP: dia 6, 18h30, CT Vitória; do MEC/HCT: dia 6, 18h30, CT Vitória; do M.Agric/M.Economia: dia 8; do M.Finanças/Pequenos Ministérios: dia 2; do OD do Sector: dia 7; da Segurança Social: dia 8.

Sector Hotelaria – Plenário de militantes do Sector de Hotelaria de Lisboa: dia 2.

Sector Intelectual – Plenário electivo da organização dos Professores: dia 7, 21h30, CT Vitória.

Sector Serviços – Reunião do OD: dia 7, 19h30, CT Vitória.

Sector Sindical – Plenário de dirigentes sindicais do CESP: dia 8; de dirigentes sindicais da Hotelaria: dia 3. De dirigentes sindicais da Ind. Bebidas: dia 2; de dirigentes sindicais Químicos: dia 6; dirig. sindicais Técnicos Desenho: dia 7; dirigentes sindicais Vidreiros: dia 2.

Sector Transportes – Plenário de militantes da Carris: dia 9; de Ferrovários: dia 8. de Mar e Portos: dia 3; do Metro: dia 8; da Rodoviária de Lisboa: dia 3. Reunião do OD do Sector: dia 6; plenário de dirigentes do SITAVA: dia 8. Plenário de militantes da VIMECA: dia 8.

JCP – Ensino Superior: plenário de militantes sobre as Teses: dia 7.

Passeio-surpresa

com almoço-magusto na Atalaia

Dia 11 de Novembro

Partida às 9h30 do CT Vitória

Promovido pela Zona Centro / Lisboa

(Inscrições: CT Vitória – Tel. 213 307 000)

OR PORTO

Matosinhos – Reuniões da Org. Concelhia para debate (por capítulos) das Teses: dia 6, 21h30, CT Matosinhos.

Vila do Conde – Reunião para debate das Teses: quinta-feira, dia 9, 21h30, no CT de Vila do Conde.

OR SANTARÉM

Alcanena – Assembleia electiva: dia 4, 15h, no CT, com Francisco Lopes.

Alpiarça – Assembleia electiva da célula da CM: dia 8, 17h, CT, com Armando Rodrigues; da célula dos Reformados: dia 4, 16h, CT. Debate-convívio promovido pela JCP sob o tema «O PCP, Partido da Juventude»: dia 3, 20h30, CT de Alpiarça, com Sérgio Ribeiro.

Benavente – Plenário da freguesia de Samora Correia: dia 3, 21h, CT; da freguesia de S. Estevão: dia 4, 16h.

Chamusca – Assembleia electiva da freguesia de Carregueira: dia 5, 16h.

Coruche – Assembleia electiva de Santa Justa: dia 3, 21h, com José Casanova.

Entroncamento – Assembleia electiva: dia 3, 21h, CT, com Jorge Cordeiro.

Golegã – Freguesia de Azinhaga, para debate das teses: dia 3, 21h, CT.

Salvaterra – Freguesia de Glória do Ribatejo: dia 4, 21h, com Armando Rodrigues.

Santarém – Plenário para discussão das Teses: dia 2, 21h, no CT com Jorge Cordeiro; ainda para debate das Teses: freguesia de Vale de Santarém, dia 3, 21h; Almoço, dia 4, 15h; Vale Figueira, dia 3, 21h, e Paúl, dia 4, 15h.

Tomar – Assembleia electiva: dia 4, 16h, no CT.

OR SETÚBAL

Alcochete – Assembleia plenária das organizações das freguesias de Alcochete e S. Francisco: dia 3, 21h, CT Alcochete; das células dos Trabalhadores das Antarquias, Orvalhos e ex-Ormiz: dia 8, 18h – ambas no CT de Alcochete e com José Caetano.

Almada – Plenário de militantes Trabalhadores da Autarquia: dia 2, às 18h, no CT concelhio. Célula da Academia Almadense: dia 2, 21h, CT concelhio. Célula da Saúde: dia 6, 21h, com Manuela Pinto Ângelo. Plenários da AIPICA, dia 7 às 21h, e da SFUAP, dia 9 às 21h, ambos no CT concelhio. Plenário da organização da Cova da Piedade: dia 4, 15h, com Manuel Valente; plenário de Vale Figueira: dia 5, 15h, na Comissão de Moradores.

Barreiro – Plenários para discussão das Teses e eleição de delegados: freguesia do Barreiro, dia 3, 15h, CT da freguesia; da freguesia de Coima, dia 3, 21h, CT de Coima; Santo André, dia 4, 15h, CT local; da freguesia de Palhais, dia 4, 15h, CT local. Plenário do organismo de jovens militantes: dia 4, 15h, no CT concelhio; dos militantes do Sector Saúde: dia 6, 21h; e dos trabalhadores das autarquias do Barreiro: dia 8, 17h.

Moita – Células de Chão Duro e Arrozeiras para eleição de delegados: dia 3, 21h, CT Moita; para discussão das Teses: dia 4, 15h, CT Baixa da Banheira.

Montijo – Reuniões para debate das Teses: da Comissão Freguesia, dia 2, 21h, CT Atalaia em casa do cam. Jaime, no Alto Estanqueiro; da Com. Concelhia, dia 3, 21h, CT Montijo. Canha: plenário da freguesia, dia 4, 17h, para debate, e Assembleia da Org. de Freguesia, dia 4, 18h.

Pegões: plenário da freguesia de: dia 5, 17h; assembleia plenária para discussão das Teses e eleição de delegados: dia 7, 21h, no Estrela F.C. Afonsoeirenses.

Palmela – Plenário da organização local de Cajados: dia 7, 21h, em Cajados. Almoço-convívio e debate sobre as Teses no CT de Pinhal Novo: dia 8, 13h. Reunião da Com. Conc. de Palmela, com Virgílio Azevedo: dia 6, 18h, CT de Pinhal Novo.

Seixal – Célula dos Trabalh. CM Seixal (vários núcleos): dias 6 e 7, às 17h30, no CT do Seixal, e dia 8 às 16h. Das Com. Freg. de Paio Pires, dia 2, 18h, no CT; da Cruz de Pau; dia 4, 15h; de Corroios, dia 9, 21h. Plenários das organizações de freguesia de Paio Pires, dia 4, 15h, no Paio Pires Fut. Clube; e de Pinhal de Frades, dia 5, 15h, no Centro de Solidariedade de Pinhal de Frades.

Sesimbra – Assembleia electiva da Freg. de Quinta do Conde: dia 4, 21h30, CT da Quinta do Conde.

Setúbal – Reunião da Coordenadora do Sector Cooperativo: dia 6, 21h, CT da DORS, com Carlos Humberto. Assembleia plenária dos trab. das empresas de Transportes: dia 4, 15h, CT concelhio, com Rui Paixão; e dos Trab. da CMS, Comércio, Torralta, ENI, Pluricoop, Diversos: dia 4, 15h, CT concelhio, com Jorge Pires. Lanche-convívio e debate sobre as Teses, no CT de Praias do Sado: dia 5, 15h, com José Capucho. Debate: «O movimento comunista internacional e a luta pelo socialismo no Séc. XXI», com Albano Nunes: dia 7, 21h30, na Biblioteca Municipal de Setúbal.

OR VILA REAL

Peso da Régua – Plenário de Militantes para debate das Teses: dia 3, 21h, na sede da Junta de Freguesia, com Mário Costa.

NA EMIGRAÇÃO

Alemanha
Calw – Assembleia plenária para discussão das Teses e eleição do delegado: dia 4, com a participação de Henrique de Sousa.

Por ser instrumento da política de direita

PCP vota contra o Orçamento do Estado

O PCP votará contra a proposta de Orçamento do Estado para 2001, anunciou Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, em conferência de imprensa na AR. Razões? Trata-se de um «mau orçamento», com as mesmas «orientações políticas de fundo» dos que o precederam, sustentou.

Exemplo dessas orientações é a continuação do processo de privatização de empresas consideradas «essenciais para um desenvolvimento autónomo nacional». Citando de modo particular os casos dos sectores da

energia, dos cimentos e da celulose e papel, Carvalhas, que estava acompanhado por Octávio Teixeira, líder parlamentar comunista, acusou o Go-

verno de seguir uma «via de destruição de muitos postos de trabalho» e de adoptar uma «política gravosa de sujeição ao controlo por estrangeiros de sectores-chave da nossa economia».

O prosseguimento de uma política salarial fortemente

penalizadora dos trabalhadores da administração pública constitui outro testemunho dessas orientações «políticas centrais» que o PCP reprova e que em sua opinião marcam decisivamente o Orçamento.

Como é também o caso da «persistência numa política miserabilista de pensões e reformas» e, noutro plano, a «continuação de uma política de falta de verdade orça-

mental quanto às contas e situação financeira do Serviço Nacional de Saúde». De tal maneira que, para o secretário-geral do PCP, sendo este um orçamento que é «instrumento e expressão da política de direita», só por estes partidos, pelo PSD e pelo



Política salarial do Governo penaliza trabalhadores

CDS/PP, que viabilizaram os anteriores, pode ser aprovado.

E só estes partidos, acrescentou, é que poderão explicar por que mudam de voto agora, numa altura «em que cresce no País o descontenta-

mento pela situação económica, social e laboral».

Um quadro político que previsivelmente tenderá a evoluir no sentido de um maior agravamento no futuro e que, por esta razão, segun-

do Carlos Carvalhas, poderá explicar que o PS, por mero «cálculo de interesse partidário», aposte na convocação de eleições antecipadas na expectativa de que isso o poderá favorecer.

«É colocar mais uma vez os interesses partidários acima dos interesses das pessoas», acusou, antes de observar que, pela sua parte, o PCP «não se bate» para que venha a ocorrer uma crise política. E quanto a eleições antecipadas, deixou claro, «o PCP não as pede mas também não as teme».

Verberado com particular dureza pelo dirigente comunista foi ainda o que considerou ser o «intolerável processo de chantagem política» desenvolvido pelo Governo na apreciação do Orçamento do Estado.

Carvalhas não escondeu o seu repúdio, designadamente, pelo facto de o Executivo ter subtraído à reforma fiscal a matéria relativa a tabelas de escalões e taxas do IRS, por se ter recusado a iniciar o processo negocial com os sindicatos da função pública antes das votações do Orçamento, e por ter invocado idêntico pretexto para o não pagamento dos subsídios de risco e de turnos aos agentes da PSP.

Política de família Entre as palavras e os actos

O Parlamento chumbou o Projecto de Lei de Bases da Família apresentado pelo PSD. Muito criticado por todos os quadrantes à esquerda do hemiciclo, o diploma, em debate na passada semana, recebeu os votos contra do PS, PCP, PEV e BE.

Ao formalizar esta iniciativa legislativa, para o PSD, tratava-se de recolocar na ordem do dia um conjunto de matérias já por si anteriormente subscritas na passada sessão legislativa que não obtiveram qualquer acolhimento.

De então para cá, em rigor, nada se alterou, podendo dizer-se que a matriz original das propostas continua a ser marcada por um forte conservadorismo. Nesse sentido se pronunciou a deputada comunista Margarida Botelho, para quem, desde logo, a política de família preconizada pelo PSD pouco se coaduna «com a realidade sociológica» neste capítulo.

Mas a nota mais saliente para a qual a deputada do PCP chamou a atenção prende-se com o que considerou ser a «enorme discrepância» entre algumas anunciadas «boas intenções» dos autores do diploma e a sua prática concreta e respectivo posicionamento sempre que se trata da produção de leis dirigidas para a protecção dos trabalhadores, das famílias e seus membros.

Lembrado foi, por exemplo, como o sentido de voto da bancada laranja (por via da abstenção ou mesmo do voto contra) funcionou para inviabilizar iniciativas do PCP como a da gratuidade dos manuais escolares ou a introdução de uma lei de financiamento do ensino superior assente na comparticipação das famílias, «as mais penalizadas da Europa para que os seus filhos prossigam os estudos».

Não menos revelador da contradição insanável entre as palavras do PSD e os seus actos, ainda segundo Margarida

Botelho, é também o facto de ter sido ele nos tempos de Cavaco Silva o autor da decisão de aumentar a idade de reforma das mulheres (medida que o PS criticou mas que curiosamente até agora não corrigiu), sendo ainda o partido que normalmente está «ao lado do patronato na desregulamentação e precarização do mundo do trabalho».

Mas para além da definição de família, o conservadorismo do PSD está ainda espelhado no seu diploma em matérias como os direitos dos imigrantes e ensino. No primeiro caso, segundo a parlamentar comunista, trata-se mesmo de uma monumental hipocrisia, já que vem agora propor o direito ao reagrupamento familiar das famílias emigrantes portuguesas, quando, na anterior sessão legislativa, votou ao lado dos que inviabilizaram uma proposta do PCP que, a propósito do regime jurídico que regula a entrada de estrangeiros no nosso País, garantia o «direito ao reagrupamento familiar aos estrangeiros membros da família de um cidadão residente que com ele tenham vivido noutro país, que dele dependem ou que com ele coabitem em território nacional».

Muito criticada pela bancada comunista foi também a proposta laranja que advoga que os pais «se possam opor a que os filhos sejam obrigados a receber conhecimentos que não estejam de acordo com as suas convicções éticas e religiosas». Com esta proposta, no entender de Margarida Botelho, «o PSD está na realidade a abrir caminho para que os pais possam impedir os filhos de receber conhecimentos científicos e técnicos que se oponham às suas convicções», esquecendo, simultaneamente, que «os pais não podem, segundo a Lei, interferir na opção religiosa dos maiores de 16 anos».

Não à chantagem política

O Grupo Parlamentar do PCP classificou de «inaceitável e insustentável» a posição do Governo relativamente ao processo negocial para os aumentos na Função Pública. Comentando a recusa do Governo em fornecer elementos aos sindicatos do sector sobre os aumentos para o próximo ano, Octávio Teixeira, líder parlamentar do PCP, denunciou-a como «um comportamento de autêntica chantagem política».

«O Governo não pode jogar com os interesses dos trabalhadores para impor uma

lei», sublinhou o parlamentar comunista, referindo-se à proposta de Orçamento de Estado e à atitude assumida pelo Executivo de Guterres que, lembrou, não tem precedentes.

«Se o Governo teve a ideia de procurar viabilizar o Orçamento à esquerda, com este comportamento não dá saúde a essa ideia», concluiu Octávio Teixeira, reforçando assim a intenção já declarada dos comunistas em votarem desfavoravelmente a proposta de lei de lei para o próximo ano.

Lei da Rádio

Por maior rigor e transparência

O Plenário da Assembleia da República debateu, hoje oito dias, uma proposta de lei do Governo relativa à revisão da «Lei da Rádio». O diploma foi aprovado na generalidade, tendo baixado à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para apreciação na especialidade.

Fundamentando o voto de abstenção do PCP, o deputado António Filipe manifestou concordância com alguns pontos da proposta mas salientou a necessidade de alterar na especialidade outros aspectos que revestem grande importância e que, do seu ponto de vista, são inaceitáveis no texto final a aprovar.

Estão no primeiro caso os propósitos de maior exigência quanto à programação própria das rádios locais por forma a prevenir a sua trans-

formação em meros retransmissores de emissões alheias. Embora a matéria deva ser bem ponderada, não devendo ser postas em causa, retroactivamente, situações existentes que não se encontrem à margem da lei, António Filipe considerou positivo o propósito de salvaguardar a natureza local das rádios que se constituam como tal.

O principal aspecto contestado diz respeito à possibilidade, constante da proposta do Governo, das câmaras municipais poderem estabelecer protocolos de colaboração, anuais e renováveis, com os operadores radiofónicos que produzam e difundam serviços de programas na área do respectivo concelho, desde que tal decisão seja tomada mediante deliberação da assembleia municipal. Expressando a posição do Grupo Par-

lamentar comunista, António Filipe alertou para os perigos de constituição, por esta via, de autênticos «serviços municipais de radiodifusão», através dos quais os detentores do poder autárquico poderiam instrumentalizar as rádios ao serviço dos seus interesses político-partidários.

Não excluindo liminarmente a possibilidade de serem previstas na lei modalidades de cooperação entre as autarquias e as rádios locais existentes nas respectivas áreas territoriais, tal cooperação, segundo António Filipe, deve existir na base de princípios determinados com rigor e que sejam decididos e executados com inteira transparência. Para o Grupo Parlamentar do PCP, a proposta de lei, tal como se encontra formulada, não garante este objetivo.

CIG - o caminho do federalismo

• Pedro Guerreiro

Após a realização da Cimeira de Biarritz será importante realizar o ponto de situação possível sobre a Conferência Intergovernamental (CIG). Tendo em conta o debate entretanto realizado e as propostas «em cima da mesa» poderá apontar-se para a existência de um largo consenso entre as forças políticas que dirigem a generalidade dos governos dos Estados membros da UE no sentido de uma maior integração federal. Exemplo disto mesmo é a significativa aprovação no Parlamento Europeu, pela generalidade dos deputados do Partido Popular Europeu, Partido Socialista Europeu, Liberais e Verdes, de um relatório sobre a futura constitucionalização dos Tratados (395 votos a favor, 105 contra e 42 abstenções).

As contradições parecem surgir quanto à definição do caminho a seguir para esta maior integração federal. Sem simplificar..., por um lado, os denominados «grandes» países (Alemanha, França, Itália, Espanha e Grã-Bretanha), procuram reforçar o seu domínio, avançando na integração federal, nomeadamente utilizando o mecanismo da cooperação reforçada; por

qualquer acordo quanto aos principais temas em discussão, embora se possam apontar algumas graves direcções: Procura-se avançar o mais possível na extensão do voto por maioria qualificada, restringindo a utilização do direito de veto por parte de um Estado membro.

Parece apontar-se para a existência de um comissário por Estado membro e para a reorganização da Comissão (sendo que tal não deverá servir de «moeda de troca» para cedências ao nível das outras questões em discussão, nomeadamente na ponderação dos votos no Conselho).

Quanto à ponderação de votos no Conselho, as propostas apontam para um aumento do peso dos denominados «grandes».

As cooperações reforçadas apresentam-se como uma questão central desta CIG, ou seja, como o mecanismo que, no futuro, dará suporte a uma maior integração federal, sendo a facilitação da sua utilização o objectivo.

De salientar que a actual CIG é contextualizada num processo que terá continuidade após a Cimeira de Nice, que se realizará de 7 a 9 de Dezembro

próximo. Refere-se o início de uma nova fase de

«reflexão/negociação» após Nice, nomeadamente para debater, entre outros aspectos, o funcionamento das instituições e a «constitucionalização» dos Tratados.

Tendo em conta o que se negocia na actual CIG e as graves implicações para Portugal, temos de continuar a acompanhar, denunciar e exigir um debate nacional, até agora inexistente, sobre as posições que o governo português defende no âmbito desta conferência.

Não é este o rumo

Tal como demonstrou o resultado do referendo da Dinamarca (que muitos se esforçam por ocultar) há outro rumo para a construção europeia. O resultado deste referendo demonstrou que, apesar da oposição do poder político estabelecido, dos grandes interesses económicos, da capitulação das direcções sindicais, da generalidade dos meios de comunicação social e de todo um infundável rol de ingerências e pressões externas, é possível mobilizar os trabalhadores e as populações em defesa da soberania do seu país. Tal como o Projecto de Resolução Política do nosso XVI Congresso aponta, o rumo que serve Portugal é o de uma Europa assente na cooperação de Estados soberanos e iguais em direitos, que combata imposições supranacionais e rejeite o federalismo. Não uma União Europeia fortaleza, bloco económico-político-militar subordinado aos interesses do grande capital e das grandes potências, mas uma Europa aberta ao mundo, de paz e de solidariedade.

outro lado, outros governos defendem uma integração que, embora no mesmo sentido federal, tenha por base um modelo com a menor diferenciação entre Estados mais populosos e menos populosos, procurando uma «saída» onde não percam tudo.

Outros ainda terão uma atitude mais recuada face a uma maior integração em algumas áreas como as questões constitucionais, moeda, política externa e defesa, justiça e assuntos internos, entre outras.

Sinal da existência de dificuldades em conseguir, neste momento, uma saída que possa «salvar a face» aos governos que negociam e às forças políticas que os apoiam, é o adiamento por parte do Parlamento Europeu da aprovação de um relatório sobre a sua futura repartição de lugares, onde de forma clara se propunha um reforço do peso dos países mais populosos, com graves distorções quanto à representatividade das diferentes forças políticas existentes em cada país.

Graves direcções

Deste modo, e nesta fase das negociações, parece ainda não existir

A UE deve adoptar medidas excepcionais para as ultraperiféricas

Vencer o atraso

Um relatório do PE pede mais ajudas para as regiões ultraperiféricas da UE e um regime especial para as suas produções.

Açores, Madeira, Canárias, Guadalupe, Guiana Francesa, a Martinica e a Reunião constituem as chamadas sete regiões ultraperiféricas da UE, seis das quais estão entre as mais pobres da UE, com o nível de desemprego e de sub-emprego particularmente entre a população jovem.

Para ajudar ao seu desenvolvimento, o Tratado de Amesterdão prevê medidas excepcionais; no entanto, como refere o relatório de Margie Sudre, aprovado na última sessão do Parlamento Europeu, a Comissão não tem tratado satisfatoriamente os problemas destas regiões.

Neste sentido, o documento que foi aprovado com os votos favoráveis do PCP,

defende a definição de uma estratégia global e coerente, através de medidas adequadas à sua situação específica e tendo em consideração as exigências e o desenvolvimento de cada uma delas.

A relatora pediu à Comissão que prepare um programa de trabalho plurianual, com um calendário preciso e com a garantia dos meios necessários para assegurar a sua boa execução.

Em sua opinião, uma política global e sustentável da ultraperiferia deve centrar-se no apoio ao sector produtivo e ao desenvolvimento das empresas e serviços (PME, artesanato, turismo, etc.), bem como no nivelamento destas regiões nos domínios estratégicos que a sociedade de informação, o ambiente, os transportes, a energia e as novas

tecnologias constituem hoje em dia.

O documento apela à Comissão Europeia para que «promova uma adaptação» da política agrícola comunitária e «outras medidas de apoio à produção agrícola» às «particularidades das produções ultraperiféricas, fundamentalmente as que afectam mais directamente as produções agrícolas destas regiões», entre as quais a de produtos lácteos.

A aprovação deste relatório pode constituir um argumento adicional para o governo português negociar para conseguir um regime de excepção que permita resolver o problema da ultrapassagem da quota de leite no arquipélago dos Açores.

Recorde-se que este ano, os produtores de leite dos Açores foram multados em 4,5 milhões de contos por terem ultrapassado em 63 mil toneladas a quota de produção fixada por Bruxelas (1,865 milhões de toneladas).

Produtores de tomate nas mãos da indústria

Os produtores de tomate portugueses correm o risco de ver significativamente reduzidas as ajudas comunitárias com a revisão da actual Organização Comum de Mercado (OCM) das frutas e legumes.

Neste documento, é proposto o aumento da quota de produção de tomate para transformação em Portugal de 920 para 946 mil toneladas, bem como se altera a forma como a ajuda comunitária é paga aos produtores. E este é o ponto que mais contestação está a gerar.

Até aqui, Bruxelas transferia directamente para a indústria o montante de ajudas previsto, obrigando-a a fixar um preço mínimo aos produtores. A transferência

directa para os produtores, como preconiza agora a Comissão, tornará mais aleatória a definição do preço à produção.

Segundo alertou Ilda Figueiredo, «ao acabar com o preço mínimo garantido, mantendo apenas uma ajuda da ordem dos seis escudos por quilo, o que é manifestamente insuficiente e cobre uma parte ínfima dos custos da produção, fica nas mãos da indústria toda a vida do agricultor, que não sabe à partida qual o preço a que vai conseguir vender o tomate para a transformação».

A insegurança que é transmitida aos produtores, no entender da eurodeputada comunista, «não tem qualquer justificação, até porque

os apoios concedidos actualmente ao sector das frutas e legumes é 10 vezes inferior aos prestados à produção de cereais, que empregam muito menos mão-de-obra e têm custos de produção muitíssimo mais baixos».

Na UE, 1,8 milhão de famílias e 12,5 por cento das unidades de trabalho agrícola dedicam-se à produção de frutas e legumes, que representa 16 por cento da produção final agrícola. Apesar disso, o sector apenas recebe 3,8 por cento das ajudas previstas na Política Agrícola Comum (PAC).

A última palavra cabe agora aos ministros da Agricultura dos Quinze, que se reúnem em Bruxelas a 20 e 21 de Novembro.

Floresta regride

Portugal é o país da União Europeia com a percentagem mais elevada de árvores abatidas (87 por cento) em relação à quantidade de área reflorestada entre 1990 e 1999.

Neste período, a zona arborizada no país aumentou anualmente 12,9 milhões de metros cúbicos, tendo sido devastados 11,2 milhões, o que coloca Portugal no pelotão da frente no que respeita à má gestão do património florestal.

Mesmo assim o nosso país é o sexto dos Quinze em termos de área arborizada, com um total de 37,7 por cento do território nacional,

o que representa 2,5 por cento do total europeu. Suécia, Espanha, Finlândia e França representam um total de 80 por cento das árvores europeias.

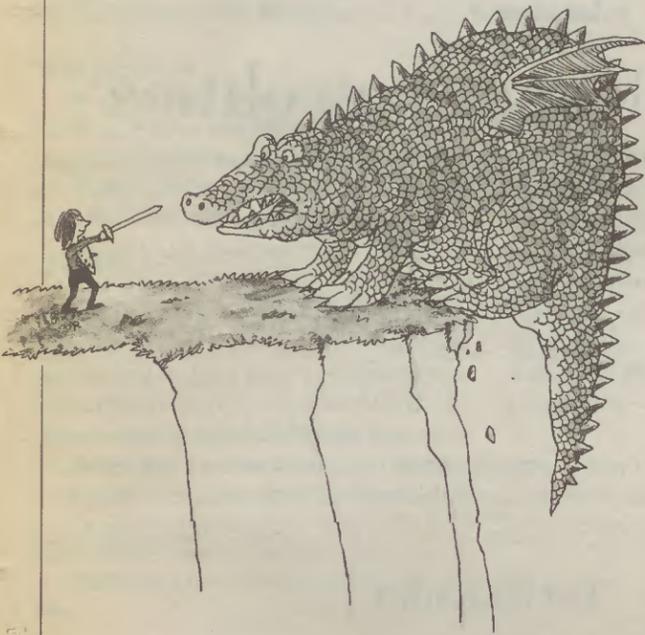
O estudo observa, no entanto, pela positiva o facto de nenhum país registar uma quantidade de abates superior ao crescimento das florestas, salientando o papel de Espanha nesta matéria, país que apresenta a menor percentagem (39 por cento).

O crescimento anual da área arborizada, sem ter em conta os abates, é dominado pela Finlândia (92,3 milhões de metros cúbicos), seguida da Alemanha (89 milhões),

estando Portugal em nono lugar (12,9 milhões).

Em matéria de incêndios, o território nacional é uma vez mais citado, tendo registado o maior número de incêndios dos Quinze entre 1992 e 1997, numa média anual de 21.421, o que representa 33 por cento do conjunto de ocorrências dos estados-membros.

Próxima dos números portugueses só mesmo a Espanha, que registou no mesmo período um total de 19.082 incêndios e a mais elevada média de área ardida (mais de 153 mil hectares), seguida da Itália (81 mil hectares) e de Portugal (77,5 mil hectares).



Ruris traz 400 milhões

O programa Ruris, aprovado na passada semana por Bruxelas, permite a Portugal aplicar cerca de 395 milhões de contos no mundo rural, entre 2000 e 2006. Assente em quatro intervenções de base, o programa destina-se à reflorestação de terras agrícolas financiada com a participação de privados, ao pagamento de reformas antecipadas para agricultores, de indemnizações compensatórias e medidas agro-ambientais. O financiamento destas últimas três áreas é assumido em 75 por cento pela União Europeia e os restantes 25 por cento pelo Estado português.

França proíbe gordura animal

O governo francês vai proibir as gorduras animais na alimentação dos ruminantes para diminuir o risco de contágio da encefalite espongiforme bovina (BSF). As gorduras animais são utilizadas nos substitutos do leite, produtos que permitam alimentar os vitelos que não são amamentados pelas respectivas progenitoras, ou em complementos alimentares para os ruminantes. Estas gorduras continuarão no entanto a ser utilizados para a alimentação de aves, porcos, caprinos e ovinos como substitutos do leite ou complementos energéticos. A França iniciou em Junho passado um programa de detecção da doença das vacas loucas que até o final do ano abrangerá um total de 48 mil animais. As novas medidas surgem após a revelação de que criadores e comerciantes de carne da Normandia colocaram no mercado animais doentes. A carne foi distribuída em dezenas de supermercados do Norte da França pelo Carrefour, Auchan e Cora.

Matsushita despede 1400

O gigante electrónico japonês Matsushita Electric Industrial (detentora de marcas como a Panasonic) vai suprimir 1.400 postos de trabalho dos 2.400 existentes, nas suas instalações na Grã-Bretanha, alegando que estão a ser prejudicados pelo facto do país não estar integrado na zona euro. A filial britânica da empresa japonesa, a Matsushita Electric UK, vai apostar numa política de reformas antecipadas e aplicá-la a 700 empregados permanentes da sua fábrica de Cardiff, no País de Gales. As outras supressões serão conseguidas através da não renovação dos contratos a termo certo. O conglomerado já começou progressivamente a transferir a sua produção de televisões para a República Checa, dados os custos salariais mais baixos.

Minas antipessoais Fim à tragédia

Em todo o mundo existem entre 70 a 100 milhões de minas, salientou o deputado comunista Joaquim Miranda, que esteve na origem de uma resolução aprovada pelo PE sobre esta matéria.

A resolução solicita à União Europeia que reforce as acções para impedir a disseminação de minas terrestres, promova a desminagem e preste ajuda às vítimas, na sua maioria de países menos desenvolvidos.

Outro aspecto saliente prende-se com a Convenção de Otava, cuja importância foi realçada por Joaquim Miranda, já que preconiza uma acção concertada por parte da comunidade internacional nesta área. Nesse sentido, a resolução

pede que as disposições da Convenção sejam integradas nas legislações nacionais de modo a que a transferência e utilização das minas passem a fazer parte das leis penais.

Para isso é fundamental que todos os estados-membros adiram à Convenção, nomeadamente a Finlândia que ainda não a assinou e a Grécia que não a ratificou. Por outro lado, este deve ser um ponto de referência crucial em todas as negociações entre a União Eu-

ropeia e países terceiros, nomeadamente os países candidatos.

Dar o exemplo

Mas a autoridade da UE neste domínio passa igualmente pela decisão do «Conselho e dos estados-membros afirmarem explicitamente que, na sua acção externa, em caso algum utilizará ou ajudará a utilização de minas antipessoais», sublinhou Joaquim Miranda durante o debate.

O eurodeputado do PCP considerou ainda necessário que as acções comunitárias tenham «uma adequada inserção orçamental», notando que a proposta de regulação da Comissão é vaga e que seria preferível criar uma

única linha orçamental destinada à luta contra as minas.

O mais importante, porém, é garantir a destruição da enorme quantidade de minas armazenadas, evitando a sua colocação no mercado negro, assim como pôr fim ao respectivo fabrico. Como salientou Joaquim Miranda, «de pouco valerão outras acções, de desminagem ou de assistência às vítimas, se continuar o seu fabrico e comercialização. É no domínio da prevenção que antes de mais se terá de actuar».

A resolução solicita ainda à UE que intensifique os seus esforços com vista ao desenvolvimento de tecnologias mais seguras para facilitar e acelerar a detecção, remoção e destruição das minas.

Moratória sobre pena de morte

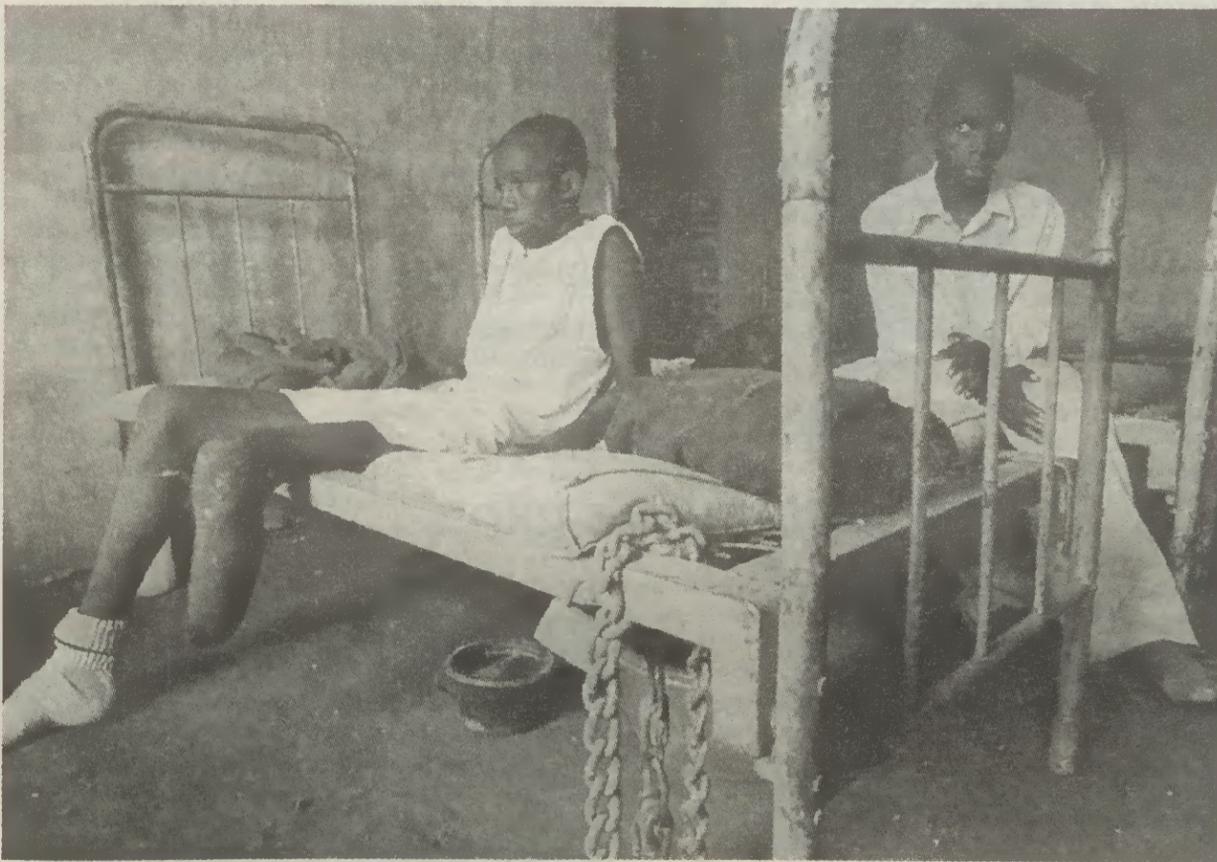
O Parlamento Europeu aprovou uma resolução pedindo que as verbas dedicadas à democracia e aos direitos do Homem sejam utilizadas para apoiar iniciativas favoráveis à abolição da pena de morte ou para a promoção de uma moratória universal sobre a pena capital. A resolução solicita à Comissão que considere a abolição da pena de morte e a moratória universal sobre a pena capital como um factor essencial nas relações entre a UE e países terceiros, devendo ser considerado na conclusão de acordos. Além disso, o PE pede à Comissão, ao Conselho, aos estados-membros e ao alto representante para a PESC que adoptem uma abordagem comum e coordenada no âmbito da ONU, com vista a uma moratória universal. Finalmente, o PE lembra que nenhum país candidato em que se aplique ainda a pena de morte pode aderir à UE. Actualmente, 87 países ainda prevêem a pena de morte nas suas legislações e 30 de entre eles praticam todos os anos execuções.

China perto da OMC

Na sequência da cimeira entre a União Europeia e a China, realizada na passada semana, as companhias de seguros europeias vão dispor de mais sete licenças para operar naquele mercado. Os hipermercados e armazéns europeus vão poder instalar-se na China sem quaisquer restrições, que deixaram igualmente de existir, pelo durante os próximos cinco anos, em relação constituição de *joint ventures* na distribuição de automóveis. Segundo o comissário europeu do Comércio, Pascal Lamy, a Cimeira permitiu levantar os obstáculos que existiam à adesão da China à Organização Mundial do Comércio no próximo ano.

Rússia admite integração

O presidente russo afirmou que o seu país tem a intenção de alargar em todos os domínios as relações com a União Europeia, não excluindo que «num certo estágio assumam uma carácter de integração. Vladimir Putin fez estas declarações na véspera de uma cimeira com União Europeia, realizada na segunda-feira em Paris. Actualmente, um terço das trocas comerciais do seu país é feito com a União Europeia, volume que poderá exceder os 50 por cento após o alargamento da UE a países de Leste.



As vítimas das minas antipessoais são sobretudo de países de menor desenvolvimento

Orçamento não serve

Após a votação de mais de mil alterações, o Parlamento Europeu aprovou, em primeira leitura, o Orçamento Comunitário para 2001, mas a hipótese de chumbo mantém-se, já que os deputados exigem a alteração do financiamento da política externa, no que respeita designadamente à ajuda à Sérvia e aos Balcãs, bem como ao programa MEDA de ajuda aos países do Mediterrâneo.

A resolução aprovada afirma explicitamente «a necessidade política» da revisão das perspectivas financeiras, a fim de permitir o adequado apoio ao regime democrático da Sérvia e salienta a necessidade de um rápido acordo entre o PE e o Conselho de modo a evitar uma eventual crise orçamental.

Na área agrícola, o PE pretende a reposição de verbas tanto para as despesas de

mercado como para as medidas de acompanhamento e pede ainda ao Conselho que aumente as dotações para o leite escolar, distribuição de produtos aos mais desfavorecidos e à apicultura. Relativamente à Comissão, o PE convida-a a apresentar até 30 de Junho do próximo ano uma avaliação do financiamento da PAC.

Entretanto, o PE aprovou duas cláusulas de reserva para os créditos dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão, este último com graves consequências para os países mais pobres da União, como é o caso de Portugal. A ser aplicada a cláusula irá congelar 360 milhões de euros dos fundos de coesão destinados a financiar projectos de infra-estruturas, os quais só poderiam ser utilizados através da abertura de um novo processo, sempre difícil e moroso.

Os comunistas, tendo visto chumbada a proposta de rejeição ao orçamento comunitário, mantêm a sua posição fortemente crítica, sublinhando que o documento é um «puro exercício de engenharia financeira que não serve. Na falta de meios para fazer face aos compromissos actuais limita-se a redistribuir verbas, cortando em despesas sociais, ambientais e outras», como afirmou Joaquim Miranda.

Verbas desviadas

A comprovar esta análise, está a hipótese equacionada pela Comissão Europeia de desviar para outros fins as verbas prevista para o novo acordo de pescas com Marrocos. Os 125 milhões de euros (25 milhões de contos) assim libertados poderiam constituir parte das da ajuda pro-

metida à reconstrução dos Balcãs (cerca de 40 milhões de contos).

Em declarações citadas pela Agência Lusa, o eurodeputado comunista Joaquim Miranda condenou tal proposta considerando que «as verbas que estão consignadas no Orçamento para o acordo com Marrocos devem continuar consignadas a esse acordo», independentemente das dificuldades na obtenção de um novo convénio.

Segundo disse, «difícilmente haverá um acordo no futuro» se as verbas forem destinadas a outro fim. O simples facto de se colocar esta possibilidade é «um mau sinal» revelador da «falta de vontade política em concretizar um acordo de pescas com Marrocos», demonstrada pelos negociadores europeus e alguns Estados-membros que não beneficiam do convénio.

Manifestação antinazi

Mais de 25.000 pessoas manifestaram-se sábado em Dusseldorf contra a violência racista, enquanto várias centenas de neonazis desfilavam numa marcha organizada pelo Partido Nacional Democrático (NPD), de extrema-direita, para protestar pelas iniciativas políticas lançadas com vista à sua proibição. A marcha do NPD decorreu sob o lema «Liberdade de expressão para os nacionalistas, argumentos em vez de proibições», e terminou em confrontos com um pequeno grupo de radicais. Pacífica foi a manifestação de repúdio do neonazismo organizada por uma ampla coligação de partidos, igrejas, sindicatos e associações cívicas, realizada numa praça central da cidade, em que participou o primeiro-ministro do Estado da Renânia do Norte Westfália, Wolfgang Clement. Na sua intervenção, Clement apelou aos cidadãos para não ignorarem os actos de violência racista e reafirmou a vontade política de lutar pela proibição do NPD e, talvez, de outros grupos de extrema direita.

Cimeira em Kinshasa

Representantes dos países da Comunidade Económica da África Central (CEAC), reunidos sexta-feira em Kinshasa para analisar o conflito na República Democrática do Congo (RDC), defenderam a instalação de forças da ONU nas fronteiras da RDC com o Uganda e o Ruanda como forma de contribuir para a pacificação da região, e exigiram a retirada imediata e sem condições das tropas que estes últimos mantêm em território congolês. A presença militar do Uganda e do Ruanda na RD Congo, onde apoiam os rebeldes que combatem o regime de Laurent Kabila, é justificada com a alegada falta de segurança nas suas fronteiras com a RDC. A Cimeira de Kinshasa, convocada por Laurent Kabila, contou com a participação de Angola, Gabão, República do Congo, República Centro Africana e Guiné Equatorial.

Costa do Marfim

A União dos Republicanos (RDR) de Alassane Ouattara, o antigo primeiro-ministro da Costa do Marfim, pediu a criação de uma comissão internacional de investigação à onda de violências políticas e étnico-religiosas registadas no país desde o passado dia 24 de Outubro. Após o escrutínio eleitoral presidencial registado há pouco mais de uma semana, em que se defrontaram o chefe da junta militar no poder da Costa do Marfim, general Robert Guei, e o opositor histórico Laurent Gbagbo, os confrontos, que agora parecem ter acalmado, provocaram a morte de várias dezenas de pessoas.

As organizações que participaram na Marcha Mundial vão continuar nos respectivos países a luta pelos seus objectivos

Mulheres apontam novos caminhos

Nova Iorque acolheu a Marcha Mundial das Mulheres com alegria e solidariedade. Ali fez-se História, na certeza de que o caminho faz-se caminhando.

Se é certo que a Marcha Mundial não foi, nem de perto nem de longe, transversal a toda a sociedade nova-iorquina, também é certo que esta não pôde ficar indiferente à passagem de 10 mil mulheres, representantes de 90 países, erguendo bem alto as suas reivindicações, desfaldando suas bandeiras nacionais, repetindo até à exaustão uma das palavras de ordem mais abrangentes: «Solidariedade com as mulheres do mundo inteiro.»

Foi assim que 7 mil mulheres oriundas dos mais diversos cantos do mundo se juntaram às suas congéneres norte-americanas (apesar dos custos que uma viagem destas implica), e receberam o apoio manifesto dos habitantes da cidade, o calor efusivo dos emigrantes sempre que deparavam com a representação do seu país de origem, num ambiente de cor, de grande alegria, de imensa diversidade, de enorme espontaneidade.

Tantas mulheres, de países e organizações tão diversas - organizações com objectivos nem sempre coincidentes -, fizeram ressaltar ainda mais a importância desta Marcha e a sua capacidade de gerar consensos.

A chegada das bicicletas

Momento particularmente emotivo foi o da chegada das bicicletas, portadoras da cerca de 5 milhões de assina-

turas a serem entregues ao secretário-geral das Nações Unidas, e a rápida e eficiente formação de um cordão humano que as fez passar ao longo de toda a concentração até às filas da frente, onde depositaram a preciosa carga nas mãos da delegação política da Marcha.

A Marcha prolongou-se por quatro quilómetros. Quatro quilómetros durante os quais as mulheres, engalanadas com os seus trajes típicos, instrumentos musicais, instrumentos de trabalho, cantaram as suas canções, gritaram as palavras de ordem da Marcha e também as suas próprias reivindicações, na sua própria língua. As afinidades linguísticas logo surgiram, e não raro as reivindicações portuguesas foram «agarradas» pelas companheiras espanholas, italianas e outras.

É necessário outro caminho para erradicar a pobreza e a violência

Insólito, ou talvez não...

A participação nesta Marcha mundial também propiciou algumas descobertas inesperadas, como aconteceu com Rosa Xisto, do MDM, e Helena Pinto, da UMR, as duas portuguesas integradas na delegação política que foi recebida na ONU. Enquanto esperavam pelo momento da audiência, as representantes portuguesas não resistiram e deram uma olhada na livraria existente na sede das Nações Unidas. Atraídas por um letreiro que, em várias línguas, dizia MULHER, sentiram curiosidade de ver que temáticas versavam aqueles livros, e qual não foi a sua surpresa quando depararam com livros de culinária. Todos eles...!

Já depois, na audiência, ao ouvir os discursos proferidos pelo representante do secretário-geral da ONU, a surpresa foi bem menor.



Portugueses também em Nova Iorque

Feito o percurso, realizou-se um espectáculo totalmente concebido por mulheres: da Ásia, da África, das Américas, da Europa, da região dos Países Árabes, que levaram à iniciativa a sua cultura e a sua arte.

Fazer o caminho

Recebidas pela vice-secretária-geral - Kofi Annan

encontrava-se no Egipto, a braços com a situação no Médio Oriente -, seis mulheres apresentaram as reivindicações mundiais, divididas em seis áreas, com excepção das reivindicações ligadas aos problemas vividos por mulheres em regiões em conflito (Palestina, Afeganistão, Colômbia, Ruanda, entre outros), que fizeram uma explanação da situação vivida nos respectivos países. Particularmente emotivo foi o momento em que a mulher afegã, totalmente coberta, se descobriu retirando o véu que os Talibans as obrigam a usar sob pena de morte.

Questionada sobre os efeitos nefastos da globalização, a representante da ONU manifestou-se convicta de que a globalização é um caminho inevitável, pelo que, contra isso, não há nada a fazer, assacando a responsabilidade dos problemas aos governos nacionais. Na verdade, foi isso mesmo que as mulheres fizeram em cada

país. Mas é curioso verificar que existem dois pesos e duas medidas na postura desta organização internacional.

As representantes da Marcha, por seu lado, reafirmaram que as mulheres não aceitam a fatalidade desta globalização, certas de que este não é o caminho para erradicar a pobreza e a violência. E foram unânimes ao sublinhar que é necessário e urgente mudar de direcção, pondo em prática as propostas concretas por que se batem.

Cabe agora a todas as organizações fazer o balanço desta iniciativa.

Para já, como passo a passo se avança e cada passo é uma mais-valia, pode afirmar-se que estas Marchas foram um importante contributo para a luta das mulheres, mais uma pedrada no charco, pelo que o saldo só pode ser positivo.

Por isso valeu a pena! Por isso as mulheres, mais uma vez, fizeram História!

Rugova reclama independência do Kosovo

Ibrahim Rugova, dirigente da Liga Democrática do Kosovo (LDK), reivindicou domingo a vitória nas eleições municipais de sábado e anunciou que o seu principal objectivo é a realização de um referendo sobre a independência desta província sérvia.

Sem esperar pela divulgação dos resultados oficiais - a contagem dos votos processou-se de forma estranhamente lenta, o que ninguém parece ter achado estranho - Rugova assumiu as rédeas do processo separatista e declarou «provisória» a Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU (que garante a integridade territorial e a soberania da Jugoslávia na província colocada sob administração da ONU).

«A 1244 foi um compromisso que pôs fim à guerra

(...), mas foi um acordo provisório», disse Rugova, prometendo a realização de eleições legislativas e presidenciais o mais tardar em Junho de 2001 e rejeitando qualquer possibilidade de diálogo com o presidente jugoslavo, Vojislav Kostunica.

Segundo Rugova, só existem três caminhos para o Kosovo: um referendo para a independência, a negociação da independência nas Nações Unidas, ou o reconhecimento directo da independência por parte das autoridades de Belgrado.

Exemplo de cinismo

Em sentido diametralmente oposto ao de Rugova se pronunciou Kostunica, ao afirmar no domingo que «a Jugoslávia não pode reconhe-

cer os resultados das eleições locais», e ao apelar «à comunidade internacional para que cumpra plenamente a Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU».

Em nota divulgada pelo gabinete presidencial sublinha-se o facto de estas eleições contribuírem «muito para a legalização de uma sociedade mono-étnica que começou a criar-se depois de os sérvios e outras comunidades não albanesas abandonarem o Kosovo».

O comunicado acusa também a «missão civil e militar da ONU e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)», que organizou as eleições, de terem contribuído para a criação de tal ambiente na província.

As minorias sérvia, cigana, muçulmana, eslava e turca

boicotaram as eleições em protesto pela sua situação de insegurança e pela persistente perseguição albanó-kosovar de que são vítimas.

Para o «Conselho Nacional» dos Sérvios Kosovares, as eleições municipais de sábado foram um «brutal exemplo de cinismo», já que os partidos separatistas albaneses cantam vitória depois de terem provocado a fuga sob de 200.000 sérvios. Num comunicado divulgado domingo, o Conselho, sublinhando que apenas os albaneses votaram no acto eleitoral de sábado, recorda que a resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU prevê não só a «criação de instituições democráticas», mas também o «pleno respeito dos direitos humanos».

Já para Javier Solana, responsável da União Europeia

pela Política Externa e de Segurança Comum, parece não haver qualquer problema, pois não hesitou em saudar o «alto nível e maturidade política dos kosovares» alegadamente expresso nestas eleições. Aparentemente, para Solana e para a União Europeia é irrelevante não apenas a questão de fundo - a duvidosa legalidade do escrutínio, à revelia das autoridades de Belgrado e sem a participação de uma fatia significativa da população -, mas também a série de atropelos registados durante o acto eleitoral, como o facto de muitas secções de voto terem fechado depois da meia-noite (!), e mesmo assim sem que muitas pessoas tivessem podido votar.

Os representantes da UE, da OSCE e da missão da ONU congratularam-se com estas eleições. Resta saber porquê.

Desobediência civil

Peru contra Fujimori

As exigências de afastamento de Fujimori e de formação de um governo de salvação nacional sobem de tom. O Peru prepara uma jornada de desobediência civil.

«Não há outra saída para a crise e para o vazio político a não ser a formação de um governo de salvação nacional, resultante da mais ampla unidade e da luta democrática do povo.» Quem o afirma é o Movimento de Nova Esquerda (Partido Comunista do Peru - Pátria Vermelha), que em comunicado recentemente divulgado advoga o imediato afastamento do presidente peruano Alberto Fujimori e das cúpulas militares das suas responsabilidades no poder executivo, nas Forças Armadas, e a dissolução do Congresso.

De acordo com o Movimento, o governo de salvação nacional deverá, entre outras coisas, ter plenos poderes para convocar novas eleições gerais, reformar o sistema e a lei eleitorais, garantir a isenção das Forças Armadas, desmantelar a polícia política em que foi convertido o serviço secreto (SIN), e levar a julgamento e punir de forma exemplar tanto Montesinos como a máfia responsável pela corrupção e a violação dos direitos humanos.

Para a concretização destes objectivos a oposição democrática peruana aposta na mobilização popular e na expressão da sua vontade de mudança na praça pública. Assim, apela-se à preparação de uma grande jornada de desobediência civil, «para acabar com a ditadura mafiosa, impedir qualquer aventura golpista» e impedir que as lutas populares «sejam, como no passado, aproveitadas em benefício das circunstâncias e escamoteiam as reivindicações e direitos fundamentais dos trabalhadores e do povo». É por tudo isto, sublinha-se, que «o governo de salvação nacional deverá integrar representantes do movimento popular e personalidades de inatacável trajectória democrática».

Crise agrava-se

A situação que se vive no Peru é de crescente agravamento da crise desencadeada em Setembro com a fuga de Valdimiro Montesinos, até então chefe dos serviços secretos do país.

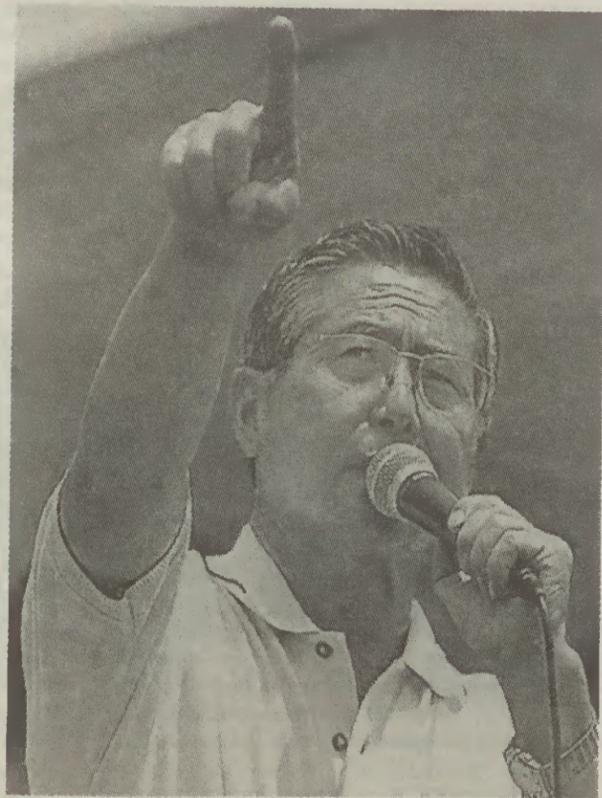
Nos últimos dias, os responsáveis máximos do aparelho militar peruano demitiram-se (ou foram afastados, segundo algumas versões), e um número indeterminado de militares entrenchou-se nas minas de Toquepala, no sul do país, comandados pelo tenente-coronel Ollanta Moisés Humala Tasso.

Em declarações à emissora «Radio Programas del Peru», Humala Tasso afirmou que «a falta de legitimidade de Alberto Fujimori na Presidência da República, como comandante-em-chefe das Forças Armadas, é a causa da convulsão política e social do país», acrescentando que o levantamento militar é um protesto contra a estreita relação entre Fujimori e Vladimiro Montesinos. «Esta marcha percorre-

rá todo o país e apenas se formos atacados, ou que o povo seja reprimido, faremos uso das armas», garantiu o militar.

Numa aparente fuga para a frente, Fujimori veio a público assegurar que as demissões dos chefes de Estado Maior do Exército, Armada e Força Aérea, no sábado, se destinavam a «contribuir para o processo de fortalecimento institucional neste período de transição». Entretanto, Montesinos, que regressou a semana passada ao Peru, continua em paradeiro desconhecido e, apesar da propalada «caça ao homem» que o próprio Fujimori encenou e dirigiu para alegadamente o prender, não hesita em conceder entrevistas a rádios peruanas. A aparatosa acção, sem quaisquer resultados práticos, foi considerada pela oposição como «fogo de vista», numa altura em que aumentam as suspeitas de ligações entre os serviços secretos de Montesinos e os «esquadrões da morte», responsáveis pela sistemática violação dos direitos humanos no país.

Acresce que o regresso de Montesinos ao Peru no dia 23 provocou a rotura de negociações entre o governo de Fujimori e os representantes da oposição, num diálogo mediado pela Organização dos Estados Americanos (OEA).



Fujimori deve ser afastado

Investigação duvidosa

Na conturbada situação peruana sucedem-se entretanto medidas avulso, numa tentativa desesperada para creditar o poder instalado por Fujimori. Esta semana, numa aparente cedência à pressão pública, a Procuradora-Geral Blanca Nelida Colan - uma conhecida aliada de Montesinos - nomeou três novos procuradores para investigar Montesinos. Os três novos procuradores vão investigar,

entre outras alegações, a de que Montesinos teria branqueado dinheiros de um traficante de droga, que em 1996 testemunhou que pagara a Montesinos 50.000 dólares por mês para poder utilizar uma pista de aviação. A investigação vai ainda apurar a responsabilidade de Montesinos em dois massacres: os assassínios em 1991 de 15 pessoas, incluindo uma criança de oito anos, num edifício da degra-

dada área de Barrios Altos, em Lima, e as execuções, no ano seguinte, por «esquadrões da morte», de nove estudantes e um professor em La Cantuta, uma universidade pública para estudantes pobres nos arredores da capital peruana.

Numa entrevista radiofónica transmitida dia 24 do local secreto onde se encontra, Montesinos desmentiu que tivesse tido qualquer envolvimento nestes massacres.

O berro imperial de Al Gore

• Miguel Urbano Rodrigues

Al Gore é mais inteligente e instruído do que George Bush. Os políticos republicanos que envolvem o segundo são ostensivamente mais reaccionários do que o grupo de assessores liberais que teve algum peso na campanha do primeiro. Acredito, entretanto, que Fidel Castro enunciou uma evidência ao afirmar que poucas vezes dois candidatos tão cinzentos e medíocres disputaram a Presidência dos EUA. A incultura e as gaffes de Bush contribuíram ao longo da campanha



eleitoral para reforçar a nível mundial a convicção de que o candidato republicano defende no tocante à política externa dos EUA posições mais conservadoras do que o seu adversário democrata. Os debates na televisão não demonstraram isso. De Bush ouviu-se o que se esperava; Gore foi mais labiríntico. Mas, com frequência, para agradar a sectores ultramontanos do eleitorado, fez afirmações que deixaram transparecer falta de carácter e disponibilidade para o prosseguimento na área internacional da política de irracionalidade imperial que fez dos EUA nos últimos anos um Estado acima e fora dos princípios e leis que regulamentam as relações entre os Estados e os povos.

Uma atitude assumida por Al Gore nos últimos dias relativamente à presença militar dos EUA no mundo veio reforçar esse temor. O vice-presidente de Clinton criticou com particular dureza uma proposta de Bush que, paradoxalmente, é positiva. O seu adversário havia afirmado que, se eleito, retiraria as tropas dos EUA dos Balcãs, por considerar que a sua permanência ali «é um erro estratégico».

Obviamente as motivações de Bush não reflectem um pensamento progressista. Não se lhe pode pedir o impossível. O seu plano implicaria uma partilha de tarefas. Os aliados europeus de Washington assumiriam a responsabilidade exclusiva por aquilo a que ele chama «a manutenção da paz» na Europa Central, designadamente na Península Balcânica, enquanto os EUA se encarregariam de «garantir a tranquilidade» na Ásia,

especificamente, claro, no Golfo árabo-persa.

A resposta de Gore, agressiva, emerge como expressão de um pensamento perigosamente reaccionário.

Na sua opinião a retirada norte-americana dos Balcãs equivaleria «a voltar as costas a 50 anos de compromissos com a aliança de segurança mais importante dos EUA». Al Gore não mastigou as palavras. Debitou todos os argumentos da propaganda imperial sobre a grandeza humanista da missão da NATO, e da sua abnegação ao «pôr fim ao derramamento de sangue» (na Bósnia e na Jugoslávia). Assim se conta a história. A transformação das agressões da NATO em cruzada benemérita foi tão inábil que os grandes jornais norte-americanos acharam útil dar pouco relevo às palavras de Gore. Efectivamente, a afirmação de que sem as intervenções da NATO «a região inteira estaria mergulhada no caos, ameaçando a segurança dos EUA (sic)» não poderiam ajudar o candidato democrata. Num ponto, entretanto, o vice de Clinton disse a verdade: «Sem a liderança e a participação dos EUA a NATO não está disposta a actuar.» Faltou confessar que a NATO é um simples instrumento do poder imperial norte-americano. Sendo transparente hoje que a agressiva presença militar norte-americana na Europa é um elemento fulcral no projecto de dominação perpétua e universal dos EUA sobre a humanidade (constante do relatório secreto do Pentágono divulgado em 8 de Março de 1992 pelo *New York Times*) e uma condição indispensável para o desenvolvimento da estratégia de desmembramento do Estado russo, as declarações de Al Gore deixam transparecer a sua identificação com uma política belicista e imperial que configura ameaça à paz mundial.

Evidentemente, a proposta de Bush oculta mal a sua íntima ligação com as grandes transnacionais. Ele quer as tropas norte-americanas a guardar o petróleo e a policiar zelosamente a Ásia Oriental em torno da China. Gato escondido com o rabo de fora.

Não é surpreendente que, com tais candidatos, o eleitorado norte-americano manifeste um interesse reduzido pela campanha. Apenas 37,7 milhões de telespectadores acompanharam o último debate Gore-Bush. Poucos, comparados com os 80 milhões que em 1980 assistiram ao frente-a-frente Carter-Reagan.

Não é estranhável também que Al Gore, enquanto faz a apologia da paz americana, imposta nos Balcãs pelas bombas da NATO, tente conquistar o eleitorado feminino difundindo a imagem de esposo-modelo, a contrastar com a do feroz Bill Clinton. Segundo as empresas de sondagens, a foto em que beija apaixonadamente a mulher em público, como Romeu no reencontro com Julieta, pode proporcionar-lhe milhões de votos. Assim vai a grande política no coração do império norte-americano.

• A. Melo de Carvalho



Com uma frequência que não deixa de espantar, ouvem-se referências à inadequação da Carta Olímpica e do próprio Movimento Olímpico ao momento histórico presente e, o que é mais grave, põe-se directamente em causa o valor dos seus princí-

Actualidade da Carta Olímpica

pios fundamentais. Inclusive, alguns daqueles que muito falam na defesa do Espírito Desportivo afirmam insistentemente que estes princípios estão caducos.

A Carta Olímpica constitui o próprio fundamento do Espírito Olímpico. A ser correcto o que se diz, é este que é posto directamente em causa. Em termos desportivos estamos perante uma questão incontornável, com carácter decisivo quanto à definição dos princípios orientadores da prática. É, por isso, questão que merece uma atenção cuidada.

A primeira constatação que se deve fazer refere-se ao desconhecimento generalizado da própria Carta. No nosso país esta situação assume foros de autêntico escândalo na medida em que o C.O.P. não fez nunca qualquer esforço visível para promover a sua difusão e o seu conhecimento generalizado. Naturalmente que, nestas condições, é fácil a uns quantos porem em causa algo que é generalizadamente desconhecido.

Ora, com a finalidade de esclarecer este assunto, vejamos o que a Carta refere quanto aos princípios fundamentais:

«A finalidade do Movimento Olímpico consiste em promover o desenvolvimento das qualidades físicas e morais que são a base do desporto, de promover a junção dos atletas do mundo para um grande festival quadrienal do desporto suscitando o respeito e a boa vontade internacional, e contribuindo desta forma para a construção de um Mundo melhor e mais pacífico.»

O Movimento Olímpico tem por finalidade:

- promover o desenvolvimento das qualidades físicas e morais que constituem a base do desporto;

- educar pelo desporto a juventude, no espírito da melhor compreensão mútua e de amizade, contribuindo assim para se construir um mundo melhor e mais pacífico;

- fazer conhecer universalmente os Princípios Olímpicos suscitando assim a boa vontade internacional;

- convocar os atletas do Mundo para o grande festival quadrienal do desporto que são os Jogos Olímpicos.

Como muito se conhece, estes últimos têm lugar todos os quatro anos. Reúnem em competição sincera, leal e imparcial os atletas escolhidos por todas as nações. Nenhuma discriminação é admitida em relação a qualquer país ou a uma pessoa por razões raciais religiosas ou políticas. A participação constitui o objectivo principal e a competição deve realizar-se em plena igualdade.

Eis o essencial da Carta Olímpica em relação ao tema que agora nos preocupa. Que há a dizer em relação a este texto? Será possível pôr em causa algum dos seus aspectos? Será que os princípios enunciados estão desadaptados ao Mundo actual e são incapazes de fornecer uma orientação segura ao Movimento Olímpico para que ele desempenhe adequadamente as funções que devem ser as suas?

A resposta só pode ser negativa quando se considera que o Movimento Olímpico, entendido através da doutrina expressa na Carta, constitui uma das forças de defesa do desporto como actividade cultural e como factor de progresso. Mas é precisamente por isso que o conhecimento da Carta e a sua doutrina são cuidadosamente escamoteadas e até postas em causa.

Interesses contraditórios

Os interesses contraditórios que se manifestam em torno do desporto comandam, naturalmente, a atitude que cada um assume. Os interesses que desejam apoderar-se do desporto como novo mercado e como um «produto» mediático a utilizar em seu proveito lançam, no presente, uma grande campanha demonstrando que o desporto nada tem que ver com a educação, e que se trata de uma actividade exclusivamente recreativa (para os espectadores) e de carácter profissional para aqueles que integram a grande feira do espectáculo desportivo.

As posições extremam-se em duas direcções:

- a daqueles que consideram o desporto em si mesmo como instrumento de progresso individual e factor de aproximação dos povos;

- a dos outros que encaram o desporto como um simples instrumento ao Serviço do lucro, ou como uma forma de manipulação política, ambos exteriores aos próprios interesses do desporto quando concebido como actividade cultural e formativa.

A «mensagem» de Coubertin continua a dar origem a uma dupla leitura, como aconteceu desde sempre. A verdade é que o desporto representa, na sociedade moderna, um importante papel. O Olimpismo não é mais do que uma forma visível do fenómeno em toda a sua plenitude. É natural, por isso, que, em plena crise, ele seja objecto de pressões e movimentos contraditórios.

Como é possível pôr em causa os valores que foram definidos atrás? Em termos claros, ninguém se atreve a fazê-lo, ainda que a concepção de que o desporto nada tem a ver com a educação, a cultura e a paz, vá avançando paulatinamente. Argumenta-se que estes são os valores hipócritas e vazios de sentido, porque, na prática, não são respeitados.

Mas não são respeitados por quem? Precisamente por aqueles que têm pelo desporto um interesse que nada tem desinteressado. Por aqueles para quem a visão economicista da dinâmica social e a obtenção do máximo lucro material constituem o próprio substracto de existência do indivíduo e das sociedades. Por aqueles que, afinal detêm o controlo quase total do sistema de informação e de manipulação à escala do Planeta.

Quem tem argumentado contra o interesse do amadorismo, considerando-o como valor totalmente ultrapassado? Precisamente aqueles que, no passado recente (mais ou menos 20 anos), o defendiam como forma de impedir o acesso das classes sociais mais desfavorecidas ao desporto (em especial a certas modalidades) e praticavam o amadorismo «encapotado» («marron», para os franceses que é designação bem mais significativa), submetendo muitos

atletas a um processo de vida muitas vezes denunciado como de autêntica servidão e quase sempre acompanhado de práticas viciadas (*dopping* muito mais generalizados do que aquilo que se pensa) e viciosas (corrupção, branqueamentos, etc.).

Quem argumenta no presente contra os outros valores da Carta Olímpica? Precisamente aqueles que nos clubes, no Movimento Olímpico, se dedicam a utilizar o desporto em seu próprio proveito.

Naturalmente que o Movimento lançado há um século atrás pelo barão Pierre de Coubertin, quer na sua estrutura quer no seu conteúdo, não pode manter-se imutável ao longo dos anos. A vida muda e com ela é o próprio Olimpismo que deve mudar se se deseja que ele sobreviva. Mas o facto de se constatar que essa mudança é inevitável não significa que se tenha de aceitar a visão estreita de um processo que elimina o seu «espírito», degrada o valor socialmente interventivo que o desporto potencialmente transporta, e conspurca, conscientemente ou não, muitos daqueles que o integram. De facto, o Olimpismo tem de mudar mais um sentido de intransigente recusa das manobras que os *mass media* exercem sobre ele, da sua utilização política manipuladora, do desnaturamento do valor humanizador das formas que se assume. A mudança deve ter, por isso, um sentido bem diferente daquele que é hoje apregoado em nome de um «pragmatismo realista» que não é mais do que uma hipocrisia despudorada e se traduz por alterações de forma que deixam intocados os problemas da crise estrutural que ele atravessa no presente.

Neste sentido, as adaptações e as reformas são indispensáveis, na medida que o Olimpismo constitui, ainda hoje, o único corpo doutrinário historicamente determinado capaz de constituir uma referência permanente para todo o Movimento Desportivo. Liquidar a influência nefasta de certos interesses, arrumar nas gavetas do passado as concepções retrógradas e anti-humanistas que envolvem o desporto actual, constitui um programa que, por si só, tende a reforçar a função específica do Movimento Olímpico.

• Miguel Urbano Rodrigues

Uma crítica à crítica do «pensamento único»

Uma das consequências da hegemonia ideológica que as forças da direita exercem actualmente no mundo - facilitada pelo seu controlo quase absoluto do sistema mediático - é a confusão estabelecida no debate teórico.

Contrariamente ao que aconteceu no século passado, a esquerda não dispõe de um conhecimento profundo do mundo contemporâneo que lhe permita compreender os seus mecanismos sociais e económicos e actuar em função deles. Falta-nos um diagnóstico seguro como o que Marx elaborou a partir da sua análise do capitalismo decimonónico que determinava a evolução da sociedade industrial.

Marx afirmou que a ideologia que marca o conjunto de uma sociedade é sempre a da classe dominante. Esse velho ensinamento continua actual. Na viragem do milénio a ideologia que prevalece é a de uma corrente de pensamento económico que se autodefine como neoclássica-neoliberal-ortodoxa, que serve de suporte teórico à globalização capitalista e lhe determina em grande parte o rumo.

Os neoclássicos-neoliberais na sua teorização não tomam conhecimento das

luz da teoria, um horizonte inultrapassável. O norte-americano Francis Fukuyama, um hegeliano fora de tempo, sintetizou a aspiração e a fórmula num livro-slogan que correu pelo mundo: «O Fim da História».

É transparente que em economia política não pode haver um pensamento único. A simples leitura dos clássicos do liberalismo, a principiar por Adam Smith, e das obras de Marx e Lenine torna transparente uma evidência: a economia é um terreno no qual a confrontação dos referentes teóricos é prioritária e indispensável no trabalho do investigador. O conflito entre posições inconciliáveis constitui mesmo o motor propulsor que permite à teoria económica desenvolver-se e encontrar sentido e lógica na contradição. A acumulação do conhecimento económico somente se fez, desde a Babilónia e a Grécia, a partir de paradigmas mutuamente excluentes. Hoje o fosso maior entre os economistas continua a ser aquele que separa os defensores e os adversários do capitalismo, ou, para ser mais preciso, entre os que se abstêm de criticar a ordem social gerada pelo sistema e aqueles que consideram o sistema inviável na longa duração da história pela injustiça social que gera, aprofunda e multiplica.

Remy Herrera, um jovem e talentoso economista francês, investigador no CNRS e professor da Sorbonne, recorda-nos num ensaio escrito para a revista «Marx Aujourd'hui» que «Ignacio Ramonet fustigava em meados dos anos 90 a tradução em termos ideológicos, aspirando à universalidade dos interesses de um conjunto de forças e, em especial as do capitalismo internacional (...) que sufoca «o raciocínio rebelde» e instaura «um regime globalitário».

Obviamente a expressão «pensamento único» ultrapassa a ambição de quem a criou, pois em economia política não existe e não pode existir, como lembramos acima, tal pensamento.

Entretanto, paradoxalmente, a fórmula, ultrapassando o objectivo do criador, foi aceite também como tema do discurso daqueles que ela pretendia condenar. Personalidades-chave da *intelligentsia* tecnocrática do sistema de poder imperial não a rejeitaram. Cito como exemplos Alan Greenspan, o presidente da Reserva federal dos EUA, Stiglitz, o ex-chefe dos economistas do Banco Mundial, e o próprio George Soros, o superespeculador que derrubou a libra esterlina. Todos eles

aperfeiçoamento das suas formas) e a permanência da hegemonia dos EUA (para além de uma reorganização das suas forças). Porque as condenações do pensamento único foram sempre as de um antineoliberalismo e nunca as de um anticapitalismo.»

E Herrera, descendo ao fundamental, acrescenta:

«Ao censurar na sua análise qualquer referência teórica à exploração e às classes, à apropriação social dos meios de produção, à construção de uma sociedade realmente democrática, à luta social contra o imperialismo... (estarão elas hoje «superadas»?) não se está a esvaziar simultaneamente - pergunto - o debate de toda a possibilidade de elaborar propostas de transformação radical da ordem económica mundial neoliberal?»

O que está em causa

«Le Monde Diplomatique» é, no desolador panorama oferecido pela imprensa internacional, um jornal importante que tem cumprido um papel muito positivo no combate ao imperialismo e na denúncia dos seus crimes. Não é esse jornal progressista que está em causa. É de justiça também reconhecer que a crítica de Ramonet ao neoliberalismo globalizante e à ameaça que representa para a humanidade reflecte também uma posição progressista, de esquerda.

Mas Remy Herrera acaba de prestar um serviço ao debate de ideias - tão necessário - na esquerda, ao alertar-nos para o facto de que a crítica de Ramonet ao neoliberalismo não é, nunca foi, acompanhada de uma rejeição clara, sem ambiguidades, do capitalismo.

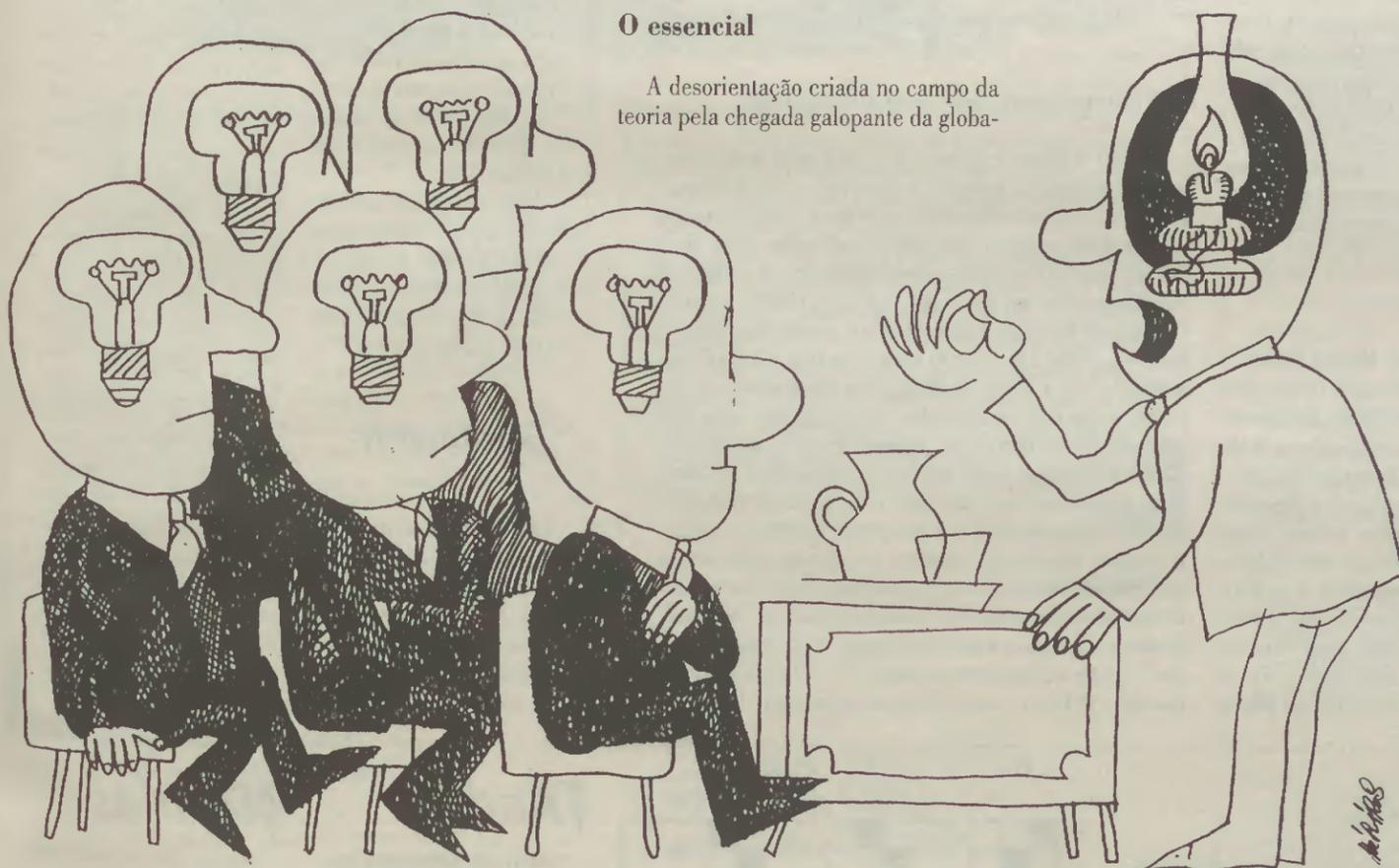
Tanto o director de «Le Monde Diplomatique» como alguns elementos do corpo de redactores (penso nomeadamente em Serge Halimi e Bernard Cassen) reflectem nos seus trabalhos uma visão da sociedade norte-americana contemporânea que se distancia enormemente da que se encontra, por exemplo, nas análises dos intelectuais marxistas da «Monthly Review». Dir-se-ia que acreditam na possibilidade de uma reforma, de alto a baixo, do capitalismo que o humanizasse. Mitos como o do governo mundial (e o governo dos parlamentos mundiais) e o da nova aurora, expressos após Seattle em editoriais de Ignacio Ramonet são expressão de uma concepção idealista, na acepção filosófica da palavra, e não materialista da história.

Pessoalmente, identifico no artigo de Remy Herrera uma contribuição importante e oportuna ao debate ideológico no âmbito da esquerda responsável. Em Cuba foi divulgada uma síntese do seu ensaio que suscitou muito interesse sobretudo entre os economistas.

Entre outros méritos - e são muitos - o seu ensaio tem o de lembrar que «o pensamento único» não deve ser compreendido senão como o pensamento único do capitalismo, ou seja, aquele a que Marx e Engels chamavam «a ideologia dominante da classe dominante».

O essencial

A desorientação criada no campo da teoria pela chegada galopante da globa-



desigualdades que o sistema aprofunda dramaticamente à escala mundial. Na prática a exclusão social é eliminada do seu campo de visão e logicamente do seu projecto de economia-mundo.

A estratégia por eles concebida assenta os pilares na edificação compensatória de um paradigma fictício, cimentado em harmonias imaginárias, crescimento garantido e equilíbrios óptimos.

Estamos perante um paradigma imensamente ambicioso com pretensões científicas e aspirações à universalidade. Uma constante nele é a apologia de um capitalismo novo, visto e apresentado como o único concebível à luz da teoria. Esse sistema, suprema conquista da inteligência, seria o único aceitável à

lização neoliberal explica de certa maneira o êxito de livros menores - como o «Horror Económico», de Viviane Forrester - que a condenam por desumanizante e sobretudo a rapidez com que se difundiram expressões que procuram sintetizar numa fórmula a pretensão ao hegemonismo teórico do neoliberalismo-neoclássico-ortodoxo.

Encontramos o exemplo mais interessante desses esforços na frase-denúncia criada pelo director do jornal «Le Monde Diplomatique». A expressão «pensamento único», ideada para traduzir a tentativa de imposição à humanidade de um pensamento universal de contornos economicistas, difundiu-se pelo planeta com rapidez impressionante.

se referiram já ao «pensamento único», para o criticar. Greenspan está preocupado com a «exuberante irracionalidade dos mercados»; Stiglitz exigiu «a regulamentação dos fluxos financeiros»; e Soros, com algum desalento, diz esperar «que ainda seja possível salvar o capitalismo do neoliberalismo».

Remy Herrera chama a atenção para um aspecto fulcral da crítica ao pensamento único, tal como apareceu nos artigos de Ramonet.

«Se o pensamento único neoliberal - sublinha - se fundiu tão rapidamente com o dos seus «adversários» foi porque os seus ataques deixam intacto o essencial: a perpetuação do sistema mundial capitalista (para além do

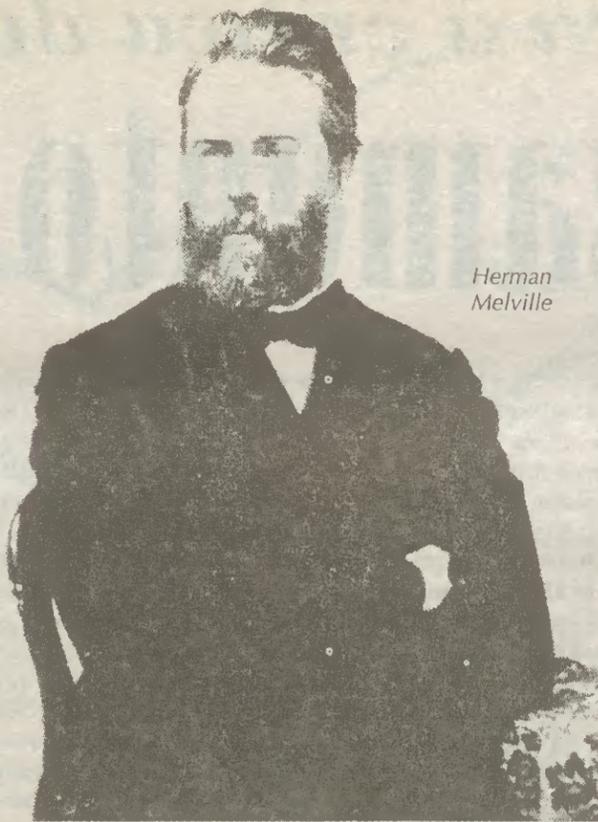
Teatro

• Rogério Feitor

Comece-se por referenciar a peça: trata-se de «Os Navios dos Negros», encenada por Jorge Silva Melo e baseada em «Benito Cereno» de Herman Melville, o mesmo que criou Moby Dick.

Herman Melville (1819-1891), apesar de ter nascido no seio de uma família rica e poderosa, cedo começou a trabalhar nos navios. Toda essa experiência aproveitou o grande autor para escrever aquela que é considerada a sua obra-prima – Moby Dick. Escreveu também vários contos, de onde Jorge Silva Melo viria a extrair Benito Cereno para a realização da sua peça.

Benito Cereno é o nome do comandante de um navio misterioso que ancora no porto de Santa Maria, algures na costa do Chile. Um outro navio já lá ancorado, cujo capitão é Amasa Delano, sobe ao



Herman Melville

O Teatro como processo intelectual

convés para avistá-lo e resolve proceder a uma visita de rotina. O que encontra é um navio semidestruído, cujos escravos, estranhamente, caminham ao lado dos marinheiros brancos. Por fim, descobre-se o enredo: os escravos, revoltosos, tomaram o navio, matando quase todos os marinheiros brancos, deixando apenas alguns vivos para que os pudessem levar ao seu lugar de origem – África. No fim a revolta é derrotada, mas um sério aviso fica no ar.

A Jorge Silva Melo apenas interessa, nesta representação, as palavras, as belas palavras de Herman Melville. Apesar do magnífico trabalho de cenografia e figurinos, são, realmente, as palavras que persistem no ar, são as palavras que invadem as sombras tomando-as luz, ou que as destroem, elas são bi-unívocas.

Apesar dos 17 intervenientes da peça, apesar desta ter sido representada n'A CAPITAL, Bairro Alto, conhecida por ser um espaço exíguo, nunca nos apercebemos da dimensão do cenário, pois as palavras o transcendem. Cruzam-no, ultrapassam-no e tornam-no, provavelmente, maior que era – ou mais pequeno, as palavras dominam nesta peça tão actual, tão bela e tão intelectualmente pertinente que nos faz despertar, conscientemente, para a realidade.

O encenador

Jorge Silva Melo fundou, com Luís Miguel Cintra, o Teatro da Cornucópia em 1973, instituição (que agora realmente o é) em que participou até 1979. Dezasseis anos depois, e após uma longa travessia criativa e criadora, volta a fundar uma companhia, Os Artistas Unidos, sociedade que funciona como uma espécie de cooperativa de actores, da qual é director artístico, ou seja, pega em textos e dá-os a ler aos actores antes que estes o decidam a encenar ou não. A sua última experiência teatral, se não estou em erro, tinha sido Torquato Tasso, representada na Gulbenkian, devido à não cedência de nenhum espaço por parte do estado. Esta guerra com o estado veio a tornar-se bastante frutífera já que, um pouco

alimentado pela sua sede de vingança, resolve alugar o espaço bastante deteriorado d'A Capital, no bairro alto e aí começar a produzir uma série de espectáculos culturais (reduzi-los ao teatro seria uma injustiça) que primam pela quantidade, qualidade e diversidade. N'O Navio dos Negros, sua última encenação, mais uma vez revela-se como um criador de eleição, privilegiando a palavra como entidade criadora no teatro, utilizando jovens actores para a sua encenação (destaque-se Paulo Claro, com o seu hipnótico poder de narração, que nos deixa presos ao sentido poético teatral), alimentando as suas esperanças em fazer bom teatro, cultivando uma imagem de Deus compreensivo que a todos deixa criar, relação simbiótica que alimentará o espectador. E O navio dos Negros parece, a este momento, ser a súpula de toda a sua obra.

O Teatro como Processo Intelectual

Como já disse, a palavra é a força vital desta obra. Nela se encontra a magia e a poesia desta peça. Mas, e como é de expressão teatral que estamos a tratar, como não dar conta da imagem, da fabulosa imagem que é um negro com um machado ensangentado a falar directamente com o público para nos dizer que nos quer matar, como se tivéssemos sido nós a matar os seus irmãos. Ou um imigrante de leste a mostrar os seus músculos e a dizer-nos que é ele, ele o imigrante ilegal, que nos constrói as piscinas, os prédios, as estradas, as barragens. Toda esta interpelação acusatória ao público levanta uma questão pertinente: bastará a nós, público geral, permanecer como espectadores eternos para que nos possamos recusar o epíteto de culpados? A resposta, como mostrada na peça, é um claro não. Há que absorver as palavras, assimilar as imagens, os sons, a luz ou as sombras, digeri-las através de um processo intelectual trabalhoso para que possamos de novo enfrentar a imagem do negro ou do imigrante de leste e dizer activamente: estamos do teu lado e podemos prová-lo. O Teatro como processo intelectual.

Pontos Cardeais

Estruturas I

Basílio Horta está indistintamente magoado com Paulo Portas e, em abono da verdade, parecer carradas de razão: ser guindado, pelo líder, à candidatura presidencial «para ir até ao fim» e depois ser de um momento para o outro «despejado» pelo mesmo líder, não é coisa fácil de engolir. Daí que Basílio tenha abandonado o silêncio inicial a que se remetera e já diga frases do género: «Nem eu sou uma pessoa descartável nem o dr. Paulo Portas costuma descartar os amigos. Pelo menos não é essa, ainda, a ideia que eu tenho dele.»

O sublinhado do «ainda» é nosso, mas o peso condicional deste adverbio é todo de Basílio Horta.

Mas o mais significativo está noutros desabafos de Basílio. «Se fosse hoje», disse ele ao *Diário de Notícias*, «teria ponderado melhor antes de concorrer à Presidência da República», assinalando que, em parte, a retirada da sua candidatura se deveu à «débil» logística do partido a nível nacional, rematando com o seguinte testemunho pessoal: «O CDS tem uma impressionante falta de estruturas, como tive ocasião de verificar, nos últimos sete meses, em inúmeras deslocações que efectuei de norte a sul do país.»

Pois é. Isto de um líder conduzir um partido pela arreata pode dar nisto: quando se olha para além da arreata não há nada para conduzir...

Estruturas II

E já que estamos a falar de estruturas do CDS-PP, ressalve-se que a estrutura deste partido em Arouca estará tudo menos «débil». Na verdade, estará mesmo bastante enérgica, a avaliar pelo

que por lá aconteceu no passado fim-de-semana. Contam os jornais que, no acto eleitoral realizado na sede do partido para a eleição da comissão política do CDS-PP de Arouca o anterior presidente, Albano Melo Brandão, foi reeleito para um quarto mandato consecutivo mas, desta vez, à custa de um olho negro, um lábio rachado e escoriações na cara e no corpo apanhados numa cena de pancadaria em que se envolveu com outros correligionários (e, ao que consta, também seus familiares), numa rixa que nem a urna de voto respeitou: a dita cuja acabou atirada da janela para o meio da rua!

Portanto, «débil» é coisa que esta estrutura do CDS-PP, manifestamente, não é.

Quanto a ser «democrata» e «cristã», como proclama o líder Portas, quem tiver algo a dizer que atire a primeira... urna de voto.

Accionistas

Vai por aí um sururu à volta dos investimentos na bolsa feitos por governantes, alguns deles com ministérios tão sensíveis nesta matéria como o de ministro das Finanças ou o de ministro da Economia, cargos directamente ligados a negócios de bolsa por via da onda de privatizações em que alegremente o Governo de António Guterres vai bolinando. Que é perfeitamente legítimo, dizem uns. Que não tem nada de ilegal, dizem outros. Que é «uma questão da consciência de cada um», diz ambigualmente o próprio António Guterres.

Pois é. Seria então bom que todos estes governantes, que tanto se empenham a «servir o país» como a servir-se do «capitalismo popular», tomassem, se não consciência, pelo menos nota da célebre frase latina: «A mulher de César não basta ser séria, é preciso parecê-lo»...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Título dos antigos reis do Egipto; nascido; bolo chato e circular de farinha de arroz e azeite de coco, usado na Ásia. 2 – Prep. designativa de falta, excepção; sofreguidão (fig.); acervo. 3 – Partícula afirmativa do dialecto provençal; película que envolve a espiga do milho; cada um dos pequenos orifícios da derme. 4 – Tudo aquilo que envolve ou cobre alguma coisa; caminhava; chamuscar. 5 – Ermidão; irradiar. 6 – Apetite sexual dos animais em determinados períodos; alimento do gado; bétete. 7 – Elem. de formação de palavras, de origem grega, que exprime a ideia de novo; pequeno crustáceo decápode; elemento de formação de palavras, de origem grega, que exprime a ideia de terra. 8 – Outra coisa; malograr; óxido de cálcio. 9 – Disfarçar (fig.); cada uma das varas a que se atrela o cavalo nos veículos. 10 – Faustoso; aqueles; círculo. 11 – Paixão; cintilar; antes de Cristo (abrev.). 12 – Ajustar; caule; espaço de 24 horas. 13 – Calamidade; fileira; ardiloso.

VERTICAIS: 1 – Orangatango; náfego; antes do meio-dia (abrev.). 2 – Candeeiro de suspensão que se pode baixar ou descer por meio de uma corda ou corrente; pequeno pão de farinha ordinária. 3 – Aqueles; carne de porco ensacada em tripa de intestino grosso; semelhante. 4 – Censura; colocar. 5 – Aia; estar à espreita. 6 – Terceira nota da escala musical; expulsar; a tua pessoa. 7 – Vender a crédito; o chefe. 8 – As nossas pessoas; limalha; renque. 9 – Suavizar; joelho (prov.). 10 – Prep. designa diferentes relações, como posse, matéria lugar, etc.; rasa grande; sétima nota da escala musical. 11 – Próximo; suf. nom., de origem grega, que exprime a ideia de filiação, descendência. 12 – Sozinhos; barra de ferro sobre a qual giram as rodas de diversos veículos. 13 – Grande artéria que nasce no ventrículo esquerdo do coração; espécie de lagosta; palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas. 14 – Parte anterior do navio; doença que faz cair parcialmente o cabelo. 15 – Contr. da prep. a com o art. def. o; plebeu; charão.

SOLUÇÃO: 1 – Parat; nado; apa; 2 – Sma; fomes; soro; 3 – Oc; canis; poro; 4 – Capa; far; crestar; 5 – Orada; ritar; 6 – Cio; pasto; pá; 7 – Neq; camatão; 8 – A; gora; cal; 9 – Op; para; os; roda; 10 – C; ab; 11 – Am; 12 – Ad; 13 – M; 14 – C; 15 – A; 16 – M; 17 – N; 18 – M; 19 – N; 20 – M; 21 – N; 22 – M; 23 – N; 24 – M; 25 – N; 26 – M; 27 – N; 28 – M; 29 – N; 30 – M; 31 – N; 32 – M; 33 – N; 34 – M; 35 – N; 36 – M; 37 – N; 38 – M; 39 – N; 40 – M; 41 – N; 42 – M; 43 – N; 44 – M; 45 – N; 46 – M; 47 – N; 48 – M; 49 – N; 50 – M; 51 – N; 52 – M; 53 – N; 54 – M; 55 – N; 56 – M; 57 – N; 58 – M; 59 – N; 60 – M; 61 – N; 62 – M; 63 – N; 64 – M; 65 – N; 66 – M; 67 – N; 68 – M; 69 – N; 70 – M; 71 – N; 72 – M; 73 – N; 74 – M; 75 – N; 76 – M; 77 – N; 78 – M; 79 – N; 80 – M; 81 – N; 82 – M; 83 – N; 84 – M; 85 – N; 86 – M; 87 – N; 88 – M; 89 – N; 90 – M; 91 – N; 92 – M; 93 – N; 94 – M; 95 – N; 96 – M; 97 – N; 98 – M; 99 – N; 100 – M; 101 – N; 102 – M; 103 – N; 104 – M; 105 – N; 106 – M; 107 – N; 108 – M; 109 – N; 110 – M; 111 – N; 112 – M; 113 – N; 114 – M; 115 – N; 116 – M; 117 – N; 118 – M; 119 – N; 120 – M; 121 – N; 122 – M; 123 – N; 124 – M; 125 – N; 126 – M; 127 – N; 128 – M; 129 – N; 130 – M; 131 – N; 132 – M; 133 – N; 134 – M; 135 – N; 136 – M; 137 – N; 138 – M; 139 – N; 140 – M; 141 – N; 142 – M; 143 – N; 144 – M; 145 – N; 146 – M; 147 – N; 148 – M; 149 – N; 150 – M; 151 – N; 152 – M; 153 – N; 154 – M; 155 – N; 156 – M; 157 – N; 158 – M; 159 – N; 160 – M; 161 – N; 162 – M; 163 – N; 164 – M; 165 – N; 166 – M; 167 – N; 168 – M; 169 – N; 170 – M; 171 – N; 172 – M; 173 – N; 174 – M; 175 – N; 176 – M; 177 – N; 178 – M; 179 – N; 180 – M; 181 – N; 182 – M; 183 – N; 184 – M; 185 – N; 186 – M; 187 – N; 188 – M; 189 – N; 190 – M; 191 – N; 192 – M; 193 – N; 194 – M; 195 – N; 196 – M; 197 – N; 198 – M; 199 – N; 200 – M; 201 – N; 202 – M; 203 – N; 204 – M; 205 – N; 206 – M; 207 – N; 208 – M; 209 – N; 210 – M; 211 – N; 212 – M; 213 – N; 214 – M; 215 – N; 216 – M; 217 – N; 218 – M; 219 – N; 220 – M; 221 – N; 222 – M; 223 – N; 224 – M; 225 – N; 226 – M; 227 – N; 228 – M; 229 – N; 230 – M; 231 – N; 232 – M; 233 – N; 234 – M; 235 – N; 236 – M; 237 – N; 238 – M; 239 – N; 240 – M; 241 – N; 242 – M; 243 – N; 244 – M; 245 – N; 246 – M; 247 – N; 248 – M; 249 – N; 250 – M; 251 – N; 252 – M; 253 – N; 254 – M; 255 – N; 256 – M; 257 – N; 258 – M; 259 – N; 260 – M; 261 – N; 262 – M; 263 – N; 264 – M; 265 – N; 266 – M; 267 – N; 268 – M; 269 – N; 270 – M; 271 – N; 272 – M; 273 – N; 274 – M; 275 – N; 276 – M; 277 – N; 278 – M; 279 – N; 280 – M; 281 – N; 282 – M; 283 – N; 284 – M; 285 – N; 286 – M; 287 – N; 288 – M; 289 – N; 290 – M; 291 – N; 292 – M; 293 – N; 294 – M; 295 – N; 296 – M; 297 – N; 298 – M; 299 – N; 300 – M; 301 – N; 302 – M; 303 – N; 304 – M; 305 – N; 306 – M; 307 – N; 308 – M; 309 – N; 310 – M; 311 – N; 312 – M; 313 – N; 314 – M; 315 – N; 316 – M; 317 – N; 318 – M; 319 – N; 320 – M; 321 – N; 322 – M; 323 – N; 324 – M; 325 – N; 326 – M; 327 – N; 328 – M; 329 – N; 330 – M; 331 – N; 332 – M; 333 – N; 334 – M; 335 – N; 336 – M; 337 – N; 338 – M; 339 – N; 340 – M; 341 – N; 342 – M; 343 – N; 344 – M; 345 – N; 346 – M; 347 – N; 348 – M; 349 – N; 350 – M; 351 – N; 352 – M; 353 – N; 354 – M; 355 – N; 356 – M; 357 – N; 358 – M; 359 – N; 360 – M; 361 – N; 362 – M; 363 – N; 364 – M; 365 – N; 366 – M; 367 – N; 368 – M; 369 – N; 370 – M; 371 – N; 372 – M; 373 – N; 374 – M; 375 – N; 376 – M; 377 – N; 378 – M; 379 – N; 380 – M; 381 – N; 382 – M; 383 – N; 384 – M; 385 – N; 386 – M; 387 – N; 388 – M; 389 – N; 390 – M; 391 – N; 392 – M; 393 – N; 394 – M; 395 – N; 396 – M; 397 – N; 398 – M; 399 – N; 400 – M; 401 – N; 402 – M; 403 – N; 404 – M; 405 – N; 406 – M; 407 – N; 408 – M; 409 – N; 410 – M; 411 – N; 412 – M; 413 – N; 414 – M; 415 – N; 416 – M; 417 – N; 418 – M; 419 – N; 420 – M; 421 – N; 422 – M; 423 – N; 424 – M; 425 – N; 426 – M; 427 – N; 428 – M; 429 – N; 430 – M; 431 – N; 432 – M; 433 – N; 434 – M; 435 – N; 436 – M; 437 – N; 438 – M; 439 – N; 440 – M; 441 – N; 442 – M; 443 – N; 444 – M; 445 – N; 446 – M; 447 – N; 448 – M; 449 – N; 450 – M; 451 – N; 452 – M; 453 – N; 454 – M; 455 – N; 456 – M; 457 – N; 458 – M; 459 – N; 460 – M; 461 – N; 462 – M; 463 – N; 464 – M; 465 – N; 466 – M; 467 – N; 468 – M; 469 – N; 470 – M; 471 – N; 472 – M; 473 – N; 474 – M; 475 – N; 476 – M; 477 – N; 478 – M; 479 – N; 480 – M; 481 – N; 482 – M; 483 – N; 484 – M; 485 – N; 486 – M; 487 – N; 488 – M; 489 – N; 490 – M; 491 – N; 492 – M; 493 – N; 494 – M; 495 – N; 496 – M; 497 – N; 498 – M; 499 – N; 500 – M; 501 – N; 502 – M; 503 – N; 504 – M; 505 – N; 506 – M; 507 – N; 508 – M; 509 – N; 510 – M; 511 – N; 512 – M; 513 – N; 514 – M; 515 – N; 516 – M; 517 – N; 518 – M; 519 – N; 520 – M; 521 – N; 522 – M; 523 – N; 524 – M; 525 – N; 526 – M; 527 – N; 528 – M; 529 – N; 530 – M; 531 – N; 532 – M; 533 – N; 534 – M; 535 – N; 536 – M; 537 – N; 538 – M; 539 – N; 540 – M; 541 – N; 542 – M; 543 – N; 544 – M; 545 – N; 546 – M; 547 – N; 548 – M; 549 – N; 550 – M; 551 – N; 552 – M; 553 – N; 554 – M; 555 – N; 556 – M; 557 – N; 558 – M; 559 – N; 560 – M; 561 – N; 562 – M; 563 – N; 564 – M; 565 – N; 566 – M; 567 – N; 568 – M; 569 – N; 570 – M; 571 – N; 572 – M; 573 – N; 574 – M; 575 – N; 576 – M; 577 – N; 578 – M; 579 – N; 580 – M; 581 – N; 582 – M; 583 – N; 584 – M; 585 – N; 586 – M; 587 – N; 588 – M; 589 – N; 590 – M; 591 – N; 592 – M; 593 – N; 594 – M; 595 – N; 596 – M; 597 – N; 598 – M; 599 – N; 600 – M; 601 – N; 602 – M; 603 – N; 604 – M; 605 – N; 606 – M; 607 – N; 608 – M; 609 – N; 610 – M; 611 – N; 612 – M; 613 – N; 614 – M; 615 – N; 616 – M; 617 – N; 618 – M; 619 – N; 620 – M; 621 – N; 622 – M; 623 – N; 624 – M; 625 – N; 626 – M; 627 – N; 628 – M; 629 – N; 630 – M; 631 – N; 632 – M; 633 – N; 634 – M; 635 – N; 636 – M; 637 – N; 638 – M; 639 – N; 640 – M; 641 – N; 642 – M; 643 – N; 644 – M; 645 – N; 646 – M; 647 – N; 648 – M; 649 – N; 650 – M; 651 – N; 652 – M; 653 – N; 654 – M; 655 – N; 656 – M; 657 – N; 658 – M; 659 – N; 660 – M; 661 – N; 662 – M; 663 – N; 664 – M; 665 – N; 666 – M; 667 – N; 668 – M; 669 – N; 670 – M; 671 – N; 672 – M; 673 – N; 674 – M; 675 – N; 676 – M; 677 – N; 678 – M; 679 – N; 680 – M; 681 – N; 682 – M; 683 – N; 684 – M; 685 – N; 686 – M; 687 – N; 688 – M; 689 – N; 690 – M; 691 – N; 692 – M; 693 – N; 694 – M; 695 – N; 696 – M; 697 – N; 698 – M; 699 – N; 700 – M; 701 – N; 702 – M; 703 – N; 704 – M; 705 – N; 706 – M; 707 – N; 708 – M; 709 – N; 710 – M; 711 – N; 712 – M; 713 – N; 714 – M; 715 – N; 716 – M; 717 – N; 718 – M; 719 – N; 720 – M; 721 – N; 722 – M; 723 – N; 724 – M; 725 – N; 726 – M; 727 – N; 728 – M; 729 – N; 730 – M; 731 – N; 732 – M; 733 – N; 734 – M; 735 – N; 736 – M; 737 – N; 738 – M; 739 – N; 740 – M; 741 – N; 742 – M; 743 – N; 744 – M; 745 – N; 746 – M; 747 – N; 748 – M; 749 – N; 750 – M; 751 – N; 752 – M; 753 – N; 754 – M; 755 – N; 756 – M; 757 – N; 758 – M; 759 – N; 760 – M; 761 – N; 762 – M; 763 – N; 764 – M; 765 – N; 766 – M; 767 – N; 768 – M; 769 – N; 770 – M; 771 – N; 772 – M; 773 – N; 774 – M; 775 – N; 776 – M; 777 – N; 778 – M; 779 – N; 780 – M; 781 – N; 782 – M; 783 – N; 784 – M; 785 – N; 786 – M; 787 – N; 788 – M; 789 – N; 790 – M; 791 – N; 792 – M; 793 – N; 794 – M; 795 – N; 796 – M; 797 – N; 798 – M; 799 – N; 800 – M; 801 – N; 802 – M; 803 – N; 804 – M; 805 – N; 806 – M; 807 – N; 808 – M; 809 – N; 810 – M; 811 – N; 812 – M; 813 – N; 814 – M; 815 – N; 816 – M; 817 – N; 818 – M; 819 – N; 820 – M; 821 – N; 822 – M; 823 – N; 824 – M; 825 – N; 826 – M; 827 – N; 828 – M; 829 – N; 830 – M; 831 – N; 832 – M; 833 – N; 834 – M; 835 – N; 836 – M; 837 – N; 838 – M; 839 – N; 840 – M; 841 – N; 842 – M; 843 – N; 844 – M; 845 – N; 846 – M; 847 – N; 848 – M; 849 – N; 850 – M; 851 – N; 852 – M; 853 – N; 854 – M; 855 – N; 856 – M; 857 – N; 858 – M; 859 – N; 860 – M; 861 – N; 862 – M; 863 – N; 864 – M; 865 – N; 866 – M; 867 – N; 868 – M; 869 – N; 870 – M; 871 – N; 872 – M; 873 – N; 874 – M; 875 – N; 876 – M; 877 – N; 878 – M; 879 – N; 880 – M; 881 – N; 882 – M; 883 – N; 884 – M; 885 – N; 886 – M; 887 – N; 888 – M; 889 – N; 890 – M; 891 – N; 892 – M; 893 – N; 894 – M; 895 – N; 896 – M; 897 – N; 898 – M; 899 – N; 900 – M; 901 – N; 902 – M; 903 – N; 904 – M; 905 – N; 906 – M; 907 – N; 908 – M; 909 – N; 910 – M; 911 – N; 912 – M; 913 – N; 914 – M; 915 – N; 916 – M; 917 – N; 918 – M; 919 – N; 920 – M; 921 – N; 922 – M; 923 – N; 924 – M; 925 – N; 926 – M; 927 – N; 928 – M; 929 – N; 930 – M; 931 – N; 932 – M; 933 – N; 934 – M; 935 – N; 936 – M; 937 – N; 938 – M; 939 – N; 940 – M; 941 – N; 942 – M; 943 – N; 944 – M; 945 – N; 946 – M; 947 – N; 948 – M; 949 – N; 950 – M; 951 – N; 952 – M; 953 – N; 954 – M; 955 – N; 956 – M; 957 – N; 958 – M; 959 – N; 960 – M; 961 – N; 962 – M; 963 – N; 964 – M; 965 – N; 966 – M; 967 – N; 968 – M; 969 – N; 970 – M; 971 – N; 972 – M; 973 – N; 974 – M; 975 – N; 976 – M; 977 – N; 978 – M; 979 – N; 980 – M; 981 – N; 982 – M; 983 – N; 984 – M; 985 – N; 986 – M; 987 – N; 988 – M; 989 – N; 990 – M; 991 – N; 992 – M; 993 – N; 994 – M; 995 – N; 996 – M; 997 – N; 998 – M; 999 – N; 1000 – M; 1001 – N; 1002 – M; 1003 – N; 1004 – M; 1005 – N; 1006 – M; 1007 – N; 1008 – M; 1009 – N; 1010 – M; 1011 – N; 1012 – M; 1013 – N; 1014 – M; 1015 – N; 1016 – M; 1017 – N; 1018 – M; 1019 – N; 1020 – M; 1021 – N; 1022 – M; 1023 – N; 1024 – M; 1025 – N; 1026 – M; 1027 – N; 1028 – M; 1029 – N; 1030 – M; 1031 – N; 1032 – M; 1033 – N; 1034 – M; 1035 – N; 1036 – M; 1037 – N; 1038 – M; 1039 – N; 1040 – M; 1041 – N; 1042 – M; 1043 – N; 1044 – M; 1045 – N; 1046 – M; 1047 – N; 1048 – M; 1049 – N; 1050 – M; 1051 – N; 1052 – M; 1053 – N; 1054 – M; 1055 – N; 1056 – M; 1057 – N; 1058 – M; 1059 – N; 1060 – M; 1061 – N; 1062 – M; 1063 – N; 1064 – M; 1065 – N; 1066 – M; 1067 – N; 1068 – M; 1069 – N; 1070 – M; 1071 – N; 1072 – M; 1073 – N; 1074 – M; 1075 – N; 1076 – M; 1077 – N; 1078 – M; 1079 – N; 1080 – M; 1081 – N; 1082 – M; 1083 – N; 1084 – M; 1085 – N; 1086 – M; 1087 – N; 1088 – M; 1089 – N; 1090 – M; 1091 – N; 1092 – M; 1093 – N; 1094 – M; 1095 – N; 1096 – M; 1097 – N; 1098 – M; 1099 – N; 1100 – M; 1101 – N; 1102 – M; 1103 – N; 1104 – M; 1105 – N; 1106 – M; 1107 – N; 1108 – M; 1109 – N; 1110 – M; 1111 – N; 1112 – M; 1113 – N; 1114 – M; 1115 – N; 1116 – M; 1117 – N; 1118 – M; 1119 – N; 1120 – M; 1121 – N; 1122 – M; 1123 – N; 1124 – M; 1125 – N; 1126 – M; 1127 – N; 1128 – M; 1129 – N; 1130 – M; 1131 – N; 1132 – M; 1133 – N; 1134 – M; 1135 – N; 1136 – M; 1137 – N; 1138 – M; 1139 – N; 1140 – M; 1141 – N; 1142 – M; 1143 – N; 1144 – M; 1145 – N; 1146 – M; 1147 – N; 1148 – M; 1149 – N; 1150 – M; 1151 – N; 1152 – M; 1153 – N; 1154 – M; 1155 – N; 1156 – M; 1157 – N; 1158 – M; 1159 – N; 1160 – M; 1161 – N; 1162 – M; 1163 – N; 1164 – M; 1165 – N; 1166 – M; 1167 – N; 1168 – M; 1169 – N; 1170 – M; 1171 – N; 1172 – M; 1173 – N; 1174 – M; 1175 – N; 1176 – M; 1177 – N; 1178 – M; 1179 – N; 1180 – M; 1181 – N; 1182 – M; 1183 – N;

Religião *Golpe de mão* no Leste europeu (1)

• Jorge Messias

Parece ter chegado o momento de se fazer uma necessária reflexão sobre as causas e consequências do desmoronamento dos sistemas de poder socialista no Leste europeu. Trata-se, como se sabe, de uma análise complexa que implica uma exigência prévia: a recusa de que uma só causa tenha produzido um só efeito. Então, para que a abordagem desta passagem da história recente da humanidade se transforme em conhecimento, torna-se necessário dar um primeiro passo que consiste na acumulação da informação fornecida pelos factos que tiveram lugar nas mais diversas áreas - da economia à ideologia, da cultura à educação ou da comunicação social à religião. Depois, importa criticarmos esses dados. Finalmente, concluirmos. Como este espaço do «Avante!» é habitualmente dedicado às problemáticas levantadas pela relação igreja/sociedade, pareceu-nos adequado intervirnos, a título pessoal, na polémica questão levantada pelo contributo decisivo dado pelo Vaticano e organizações dependentes nos processos de degradação



e derrube final dos Estados socialistas do Centro e Leste da Europa. Sem pretender-se legitimizar a conclusão, precipitada e anti-histórica, de que os sistemas socialistas foram desmantelados exclusivamente por acção das religiões ou que, pelo contrário, baquearam devido, apenas, a erros próprios consciente ou inconscientemente cometidos. Tentaremos privilegiar os factos, desabafos e confissões de altos dignitários católicos e de outras confissões ou as posições dos responsáveis socialistas de então. Não poucas vezes, as notícias do passado, mesmo que recente, contribuem para iluminar o presente.

Em 22 de Junho de 1992 publicava o diário «Público» uma entrevista com o padre italiano Gianmaria Polidoro. O sacerdote franciscano, ainda que pudesse passar desperce-

bido da opinião pública comum, era personagem destacada da diplomacia vaticana. Figura de proa da *Comunidade de Santo Egidio* - cujo estado-maior esteve recentemente em Lisboa, tal como assinalámos - Polidoro trabalhara longo tempo com os cardeais Casaroli e Silvestrini, os grandes arquitectos da *política do Leste* adoptada por Paulo VI e por João Paulo II. Tinha colaborado na organização da «Cimeira pela Paz» realizada em Assis, em 1986, já com a presença de Mikhail Gorbatchov. Durante perto de 10 anos garantira as relações diplomáticas e pessoais entre o líder soviético, Bush e Ronald Reagan. Por ocasião da entrevista - e uma vez cumprida a sua missão na antiga URSS - Polidoro desempenhou o alto cargo de Delegado da Ordem de São Francisco na Albânia, com os resultados que presenciámos para a paz no Kosovo.

«Público - Voou, muitas vezes, entre Washington e Moscovo, para promover o encontro entre os presidentes dos dois países. Que guarda dessa experiência?»

Gianmaria Polidoro - É uma experiência da Providência de Deus, diria eu. Tudo sucedeu contra a capacidade humana de previsão. Fomos apresentados - eu e os meus colegas do Centro Internacional para a Paz (Comunidade de Santo Egidio) - ao presidente dos EUA,

Ronald Reagan, sem prévio aviso mas seguros da metodologia que levávamos. Depois de eu ter falado no Santuário Nacional da Imaculada Conceição, em Washington, as portas abriram-se imediatamente, através de amigos...

P. - E em Moscovo, como foi?

G.P. - Fomos recebidos como hóspedes oficiais do Presidente da então União Soviética, o que não esperávamos. Depois, tivemos a possibilidade de falar a responsáveis do mundo civil e do mundo religioso. Começámos a perceber como a URSS já não era capaz de gerir o confronto com o Ocidente. Mas nós não tínhamos lá ido para ver essas coisas mas para dizer que os encontros que se estavam a programar deveriam acontecer a nível do contacto humano, antes ainda do contacto político.»

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Quadras à solta

1

Homem todo veste a pele
de tudo onde a vida insiste
vale tanto que, sem ele,
nem o próprio Deus existe.

2

Quem ama quer a quem ama
ver feliz e contentar.
Não há melhor que uma cama
às vezes, para o provar.

3

Menino é um sino a rebate
que late e que bate a pino
e ou ganhamos o combate
ou perdemos o menino.

4

Ou há futuro, ou não há
convento para o noviço.
Se há, a luta é para já
se não, pra quê falar disso?

5

Se trocasses de ideal
nada a opor, tudo bem.
Mas trocasse um tal por qual
e esse tal que nome tem?

6

O trabalho que se paga
a dinheiro, tanto a tão,
aí tens aquela praga
da humana condição.

7

Dia no dia que foge.
Versos meus, palavras minhas,
ide, não me apetece hoje
brincar à cinco pedrinhas.

8

Estar a tempo, é estar atento.
Tento a tento marcar a giz.
Este é o tempo em que tento
estar atento, ser feliz.

9

Boas palavras? Bons modos?
Se quiseres ser amável
larga os adjectivos todos
e diz só que sou prestável.

10

Voas, cada vez mais alto
o além sempre mais pertinho
só te falta dar um salto
pra falar com o teu vizinho.

11

Sê rico, mas do amanhã.
No oiro que hoje se tece
deixa que a luz da manhã
te acompanhe, se anoitece.

12

Há classes? Pois há. Quem diz
que de nenhuma dá fé
com certeza que não é
por João, Mestre de Aviz.

13

A vida, tal como está,
está mais que visto não presta.
O melhor é ver onde há
lugar melhor para a festa.

14

Laço inquebrável da História
na memória que nós temos
para acordar a memória
da História que ainda seremos.

Cartoon

• Monginho

GUTERRES ANUNCIA
A NOVA MENSAGEM
DO PS ... "PORTUGAL
PELA POSITIVA!"...

O HOMEM ESTA' MUITO
OPTIMISTA!??...
OPTIMISTA = OPTIMUS...
OPTIMUS = BELMIRO... POIS
ESTA-SE MESMO A VER
O LADO "POSITIVO" DELE!



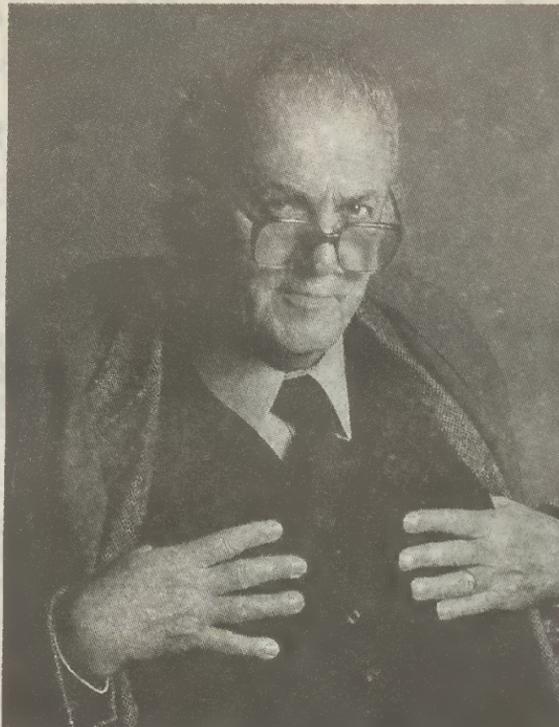
Monginho.

ATVer

Crimes Invisíveis

(Sexta-feira, 3, à 01.30, na RTP1)

Não conhecemos este filme recente de Wim Wenders (foi rodado em 1997 nos EUA), mas o seu autor é sobejamente conhecido para prestarmos atenção ao que vai passar no pequeno ecrã. Isto mesmo que sabemos que este realizador alemão, adorador da filmografia americana e «discípulo» de Samuel Fuller não recolhe o aplauso de todos (quem recolhe?) e que o seu discurso cinematográfico se revela algo difícil, carregado de metáforas e despido dos adornos comuns ao espectáculo. De qualquer modo aqui vai esta recomendação de um filme de Wenders, ao que nos dizem contando uma



Fellini. Mais um filme do seu universo fantasmático



Schwarzenegger, o actor sempre igual



Um filme sob a repressão de Videla

história em torno da «teoria da conspiração» e sobre... a sociedade vigiada por um Estado do tipo «Big Brother». Não podia estar mais na moda...

Prisão de Cowboys

(Sexta-feira, 3, às 02.00, na SIC)

Não é nosso costume escolhermos aqui um filme a partir da atenção focada sobre um intérprete. Mas aqui vai. Trata-se de uma estreia na televisão e mais uma vez não conhecemos esta obra de Rod Holcomb realizada em 1995, mas sim alguns dos seus intérpretes principais - John Voight e Ben Gazzara -, respectivamente um cowboy e o director da penitenciária onde aquele se encontra preso. Compromisso entre dois géneros célebres e abundantes na cinematografia americana - o western e a prisão - este filme apresenta-se como «um drama cheio de acção». Oxalá.

A Verdade da Mentira

(Domingo, 5, às 17.20, na SIC)

Ao contrário, este filme não o «escolhemos» pelo «elenco», onde pontifica o musculado Arnold Schwarzenegger, o supercanastrão que é sempre o mesmo nos papéis que desempenha, seja o de um boxeur, o de um comando ou... o de um robot. O facto de a realização desta película se ficar a dever a James Cameron é que influenciou a «escolha», posto que este autor é exímio contador de histórias de acção. Tempo, pois, de distração, num domingo à tarde, a apreciar uma aventura protagonizada por um Arnold que surge aqui armado em polícia ultra-secreto que vai mais uma vez salvar o mundo do desvario nuclear.

Julieta dos Espíritos

(Segunda-feira, 6, à 01.10 na RTP1)

Revisitemos Fellini e puxemos agora um bocado para o sério. Este Julieta dos Espíri-



Crimes Invisíveis para ver

tos, protagonizado por Giulietta Massina, mulher do realizador e uma das actrizes mais abundantemente filmadas por Fellini, não será, como afirmam alguns, mais uma «obra-prima do mestre». Mas é certamente um dos filmes que contém em si alguns dos ingredientes que ficaram a marcar a obra do autor, e um dos mais célebres também, onde Fellini, construtor de ilusões e de fantasmas, invade o mundo da «psicanálise» e o transporta ilusoriamente para o ecrã.

Os Filhos de Fierro

(Terça-feira, 7, às 23.00, na RTP2)

Realizado entre 1972 e 1977, Os Filhos de Fierro, da autoria de Fernando Solanas, é «classificado» pela RTP no género de «ensaio político». A ver vamos se se trata de uma classificação coerente a atribuir a um filme que se assume como obra de arte que, como todas, representa e reflecte a realidade, seja como for a abordagem feita. É certo que este filme extenso (2 horas de projecção), dividido em nove cantos, trata de um drama histórico bem concreto, narrando a vida dos partidários de Peron após o exílio deste - os anos de clandestinidade, de prisão, resistência e luta. É certo ainda que o filme está de tal modo ligado à realidade e à história que os seus intérpretes, para além da equipa técnica, não são sequer nomeados no genérico. Por razões de segurança óbvias, já que em 1976 tomava o poder na Argentina a sangrenta junta militar de Videla.

Dr. Jeckill e Mr. Hide

(Quarta-feira, 8, às 00.30, na SIC)

E, para rematar, uma ligeiríssima comédia, realizada sobre um clássico menos ligeiro. Dr. Jeckill e Mr. Hyde conta a história sombria do médico e do monstro em variação de humor. Um descendente do célebre médico descobre a fórmula utilizada pelo bisavô. Não se transforma, porém, em Mr. Hyde porque isto das fórmulas fantásticas está sempre a surpreender quem as utiliza e quem assiste às metamorfoses. A história, portanto, não se repete e o aprendiz de feiticeiro transforma-se numa beldade... feminina. Realização de David Price e interpretado por Sean Young.

Quinta, 2

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
09.45 Praça da Alegria
12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Marcas da Paixão
15.30 Guia Dia a Dia
17.00 Roseira Brava
18.00 Tarde Juvenil
19.00 Quebra Cabeças
19.40 Regiões
20.00 Teletornal
21.10 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.45 Cruzamentos
22.30 Grande Repórter («Caravana do Fim do Mundo»)
24.00 24 Horas
00.25 Força de Operações Especiais
01.30 «O Arremesso» (de Billy Bob Thornton, EUA/1987, com Billy Bob Thornton, Dwight Yoakam, J. T. Walsh, John Ritter, Robert Duvall. Drama)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
14.00 Avenida Brasil
15.00 Zapping
16.00 Euronews
17.30 Brigada Submarina
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Roswell
20.30 Viver no Campo
21.00 Animais e Plantas da Europa
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Duas Vozes
24.00 «A Carrinha» (de Stephen Frears, R.Unido/1996, com Colm Meaney, Donald O'Kelly, Ger Ryan. Comédia)
01.40 Gente da Cidade
02.10 A Raia dos Medos

▼ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor



À SIC já nem as telenovelas bastam

15.00 Ponto de Encontro
15.45 Fátima Lopes
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Febre do Dinheiro
21.30 Laços de Família/Aquarela do Brasil
23.00 Cuidado com as Aparências
00.00 Sai de Baixo
01.00 «Dinheiro de Jogo» (de Sidney J. Furie, EUA/1997, com Peter Weller, Dennis Hopper, Peter Coyote. Acção)
03.00 No Fim do Mundo
04.00 Último Jornal

▼ TVI

08.30 Animação
11.30 Dinheiro à Vista
12.30 «Big Brother» (TVI Jornal às 13h)
16.05 Batatoon
19.00 Dinheiro à Vista
19.30 «Big Brother» (Jornal às 20h)
21.35 Jardins Proibidos
22.45 As Pupilas do Sr. Doutor
23.35 A Bola é Nossa
01.05 Última Edição
01.55 Seinfeld

▼ TVI

08.30 Animação
11.30 Dinheiro à Vista
12.30 «Big Brother» (TVI Jornal às 13h)
16.05 Batatoon
19.00 Dinheiro à Vista
19.30 «Big Brother» (Jornal às 20h)
21.35 Jardins Proibidos
22.45 «Senhoras de Hollywood» (de Fred Gallo, EUA/1994, com Crystal Chappell, Karen Kopins, Michael Nouri/Bess Armstrong. «Thriller»)
00.45 Última Edição
01.35 Seinfeld

Sexta, 3

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
09.45 Praça da Alegria
12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Marcas da Paixão
15.30 Guia Dia a Dia
17.00 Roseira Brava
18.00 Tarde Juvenil
19.00 Quebra Cabeças
19.30 Regiões
20.00 Teletornal
21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.35 Milionários à Força
22.15 Histórias da Noite
24.00 24 Horas
00.30 Big Bang
01.30 «Crimes Invisíveis» (de Wim Wenders, EUA/1997, com Bill Pullman, Andy MacDowell, Gabriel Byrne. Ver Destaque)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.25 Horizontes da Memória
13.10 Serviços de Informação
14.00 Avenida Brasil
15.00 Duas Vozes
16.00 Euronews



Aos trunfos TVI (o big brother e dois concursos de dinheiro)...

...responde a RTP com as «piadas» do costume

17.30 Brigada Submarina
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos
19.30 Rosewell
20.30 Viver no Campo
21.00 Animais e Plantas da Europa
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 A Outra Face da Lua
00.30 «Comboio de Sombras» (de José Luis Guerin, Esp./1997, com Juliette Gautier, Ivon Orvain. Ensaio)
02.00 A Raia dos Medos

▼ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.45 Fátima Lopes
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Febre do Dinheiro
21.30 Laços de Família / Aquarela do Brasil
22.30 Sexappeal
23.30 Jogo Limpo
02.00 «Prisão de Cowboys» (de Rob Holcomb, EUA/1995, com Jon Voight, Kyle Chandler, Ben Gazzara. Ver Destaque)
04.00 Último Jornal

▼ TVI

08.30 Animação
11.40 Top Rock
13.00 TVI Jornal
13.30 Contra-Ataque
14.30 4ª. A Fundo
14.45 Caras Lindas
16.00 «As Aventuras do Meu Cão» (de Michael J.F. Scott, Can./1945, com Alan Arkin. Drama)
18.00 «O Pequeno Rei» (de Michale Tuclner, EUA/1998, com Stefanie Power, Perry King, Joan Fontaine. Drama)
20.00 Jornal Nacional
20.50 Jardins Proibidos
22.10 Bora Lá Marina
22.50 Lux
23.50 «Dança de Morte» (de Mark Haber, EUA/1999, Drama)
01.45 «Cinco Criminosos» (de Mike Scott, EUA/1995, com Adam Stroke, Maria Pitillo. «Thriller»)

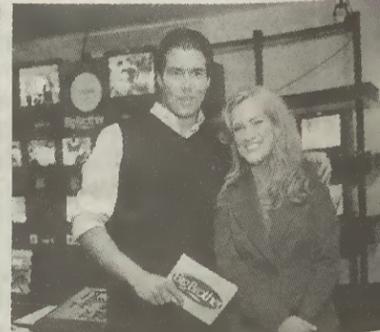
Sábado, 4

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Jet 7
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
16.15 A Revolta dos Marados 3: A Nova Geração (de Roland mesa, EUA/1992, com Robert Carradine, ted McGingley. Telefilme. Comédia)
18.00 Ajuste de Contas
20.00 Teletornal
21.00 Santa Casa
23.15 Lei Marcial
00.15 Máquinas
00.45 24 Horas
01.00 «Violadores - A Invasão Continua» (de Abel Ferrara, EUA/1993, com Terry Kinney, Meg Tilly. Fantástico)
02.50 «Wilde» (de Brian Gilbert, R.Unido/1997, com Stephen Fry, Jude Law, Jennifer Ehle, Vanessa Redgrave. Drama. Biográfico)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.00 Longa Metragem (filme não designado)



21.00 Segredo dos Homens
21.30 Jornal África
22.00 Horizontes da memória
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Brit Com («Sim, Sr. Ministro»; «Perfect World»; «Bruiser»)
01.30 «Desejos Inconscientes» (de Bigas Luna, Esp./1992, com Stefania Sandrelli, Anna Galiena, Juan Diego. Drama)
03.10 Prazeres

▼ SIC

07.30 Zip Zap
11.30 Uma Aventura
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Inimigo Público N.º 1: O Pai» (de Steve Miner, EUA/1994, com Gérard Depardieu, Lauren Hutton, Dalton James. Comédia)
16.00 «Os Três Ninjas na Mega Montanha» (de Sean McNamara, 1998. Acção)
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Cravo e a Rosa
22.30 Herman Sie
00.40 «Um Beijo ao Morrer» (de James Dearden, EUA/1991, com Matt Dillon, Sean Young, Diane Ladd. «Thriller»)
02.00 Último Jornal

▼ TVI

08.30 Animação
11.40 Top Rock
13.00 TVI Jornal
13.30 Contra-Ataque
14.30 4ª. A Fundo
14.45 Caras Lindas
16.00 «As Aventuras do Meu Cão» (de Michael J.F. Scott, Can./1945, com Alan Arkin. Drama)
18.00 «O Pequeno Rei» (de Michale Tuclner, EUA/1998, com Stefanie Power, Perry King, Joan Fontaine. Drama)
20.00 Jornal Nacional
20.50 Jardins Proibidos
22.10 Bora Lá Marina
22.50 Lux
23.50 «Dança de Morte» (de Mark Haber, EUA/1999, Drama)
01.45 «Cinco Criminosos» (de Mike Scott, EUA/1995, com Adam Stroke, Maria Pitillo. «Thriller»)



A «estratégia das repetições» na RTP permite agora rever «Resistência», uma série documental sobre a resistência ao fascismo em Portugal

Domingo, 5

▼RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.50 Casa da Saudade
16.50 Ajuste de Contas
18.50 Futebol: Marítimo-Benfica
21.00 Telejornal
22.10 Domingo Desportivo
23.30 João Nicolau Breynner
01.00 24 Horas
01.15 Liga dos Campeões: Magazine
02.00 «O Terceiro Milagre» (de Agnieszka Holland, EUA/1999, com Ed Harris, Anne Heche. *Drama*)

▼RTP2

07.00 Euronews
09.30 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Faenas
12.00 A Outra Face da Lua
13.30 Andamentos
14.00 Desporto
18.30 As Origens do Homem
19.30 Aristocratas
20.30 Onda Curta («La Madre», de Ruggero Di Paola, Itália/1997, e «The Visit», de Orloa Walsh, Irlanda/1992. *Curtas Metragens*)
21.00 Bombordo
21.30 Artes e Letras
22.30 Jornal 2
23.00 Travessa do Cotovelo
00.15 Artes e Letras (Filme não designado)

▼SIC

07.30 Zip Zap
11.30 Uma Aventura
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show
17.20 «A Verdade da Mentira» (de James Cameron, EUA/1994, com Arnold Schwarzenegger, Jamie Lee Curtis, James Earl Jones. *Ver Destaque*)
20.00 Jornal da Noite
21.45 Mundo VIP
22.30 O Cravo e a Rosa
23.30 «O Homem que Brilha» (de John Gray, EUA/1996, com Steven Seagal, Keeney Ivory Wayans. *Ação*)
01.30 Último Jornal
02.00 «O Mercenário» (de Avi Nesher, 1996. *Ação*)
04.30 A Imortal

▼TVI

08.30 Animação
10.45 Espaço Religioso
11.15 Missa
13.00 TVI Jornal
13.30 Aquanautas
14.00 «A Vítima de Violação» (de John Gray, EUA/1990, com Annabeth Gish, Kevin Dillon. *Drama*)
16.00 «Um Sedutor em Apuros» (de Roger Donaldson, EUA/1990, com Robin Williams, Tim Robbins, Pamela Reed.)
18.00 Roberto Leal
20.00 Jornal Nacional
20.50 «Big Brother»
22.00 «Big Brother» (directo)
22.05 Jardins Proibidos
22.40 «O 3º Gémeo» (de Tom McLoughlin, EUA/1997, com Larry Hagman, Kelly McGillis. *Drama*)

Segunda, 6

▼RTP1

07.00 Programação Infantil-Juvenil
09.45 Praça da Alegria
12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Marcas da Paixão
15.30 Guia Dia a Dia
17.00 Roseira Brava
18.00 Tarde Juvenil
19.00 Quebra Cabeças
19.40 Regiões (Local)
20.00 Telejornal
21.00 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.35 Agora É que São Eles
23.30 Jogo Falado
00.45 24 Horas
01.10 «Julietta dos Espíritos» (de Federico Fellini, It./Fr./1965, com Giulietta Masina, Mario Pisu, Sandra Milo. *Ver Destaque*)

▼RTP2

07.00 Hora Viva
10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
12.30 Horizontes da Memória
13.10 Serviços de Informação
14.00 Universidade Aberta
15.00 Parlamento
16.00 Euronews
17.30 Brigada Submarina
18.30 Informação Religiosa
19.00 Rotações
19.30 Encontros Subaquáticos
20.30 Viver no Campo
21.00 Biografias
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Os Sopranos
24.00 Artes de Palco
01.30 Andamentos
02.00 Resistência

▼SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.45 Fátima Lopes
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Febre do Dinheiro
21.30 Laços de Família
22.30 Roda dos Milhões
00.40 Sai de Baixo
01.20 Último Jornal
01.40 «A Última Reportagem» (EUA/1985, com Kurt Russel, Mariel Hemingway, Richard Jordan. *Thriller*)

▼TVI

08.30 Animação
11.30 Dinheiro à Vista
12.30 «Big Brother» (TVI Jornal às 13h)
16.05 Batatoon
19.00 Dinheiro à Vista
19.30 «Big Brother» (Jornal às 20h)
21.35 Jardins Proibidos
22.45 Ficheiros Secretos VII
23.45 Causa Justa
00.45 Última Edição
01.35 Seinfeld
02.15 Profiler

Jogos da Liga na RTP1



Terça, 7

▼RTP1

07.00 Programação Infantil-Juvenil
09.45 Praça da Alegria
12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Marcas da Paixão
15.30 Guia Dia a Dia
17.00 Roseira Brava
18.00 Tarde Juvenil
19.00 Futebol: Sporting-Bayern Leverkusen
21.15 Telejornal
22.50 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
23.15 O Conde D'Abranhos
00.20 Liga dos Campeões
01.00 24 Horas
01.25 Serviço de Urgência
02.25 «Revoltada» (de Mark Sandrich, EUA/1936, com Katharine Hepburn, Herbert Marshall. *Drama*)

▼RTP2

07.00 Hora Viva
10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
12.45 Horizontes da Memória
13.10 Serviços de Informação
14.00 Avenida Brasil
15.00 O Lugar da História
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.30 Brigada Submarina
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 Encontros Subaquáticos
20.30 Viver no Campo
21.00 Biografias
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 «Os Filhos de Ferro» (de Fernando Solanas, Fr./Alem./1972-77. *Ver Destaque*)
01.50 Touching Evil
02.20 Rotações
02.50 Resistência

▼SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.45 Fátima Lopes
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Febre do Dinheiro
21.30 Laços de Família
23.30 Sai de Baixo
00.10 Último Jornal
02.00 «Ace Ventura em África» (de Steve Oedereck, EUA/1995, com Jim Carey, Ian McNeice. *Comédia*)
04.30 Toda a Verdade

▼TVI

08.30 Animação
11.30 Dinheiro à Vista
12.30 «Big Brother» (TVI Jornal às 13h)
16.05 Batatoon
19.00 Dinheiro à Vista
19.30 «Big Brother» (Jornal às 20h)
21.35 Jardins Proibidos
22.45 Ficheiros Secretos VII
23.45 Causa Justa
00.45 Última Edição
01.35 Seinfeld
02.25 Seinfeld

Quarta, 8

▼RTP1

07.00 Programação Infantil-Juvenil
09.45 Praça da Alegria
12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões (Nacional)
14.20 Marcas da Paixão
15.15 Guia Dia a Dia
16.45 Roseira Brava
18.00 Tarde Juvenil
19.35 Futebol (jogo da Liga dos Campeões)
21.35 Telejornal
22.40 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
23.45 24 Horas
00.10 Força de Operações Especiais
01.10 «A Alegre Divorciada» (de Mark Sandrich, EUA/1934, com Fred Astaire, Ginger Rogers. *Musical*)

▼RTP2

07.00 Hora Viva
10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
12.45 Horizontes da Memória
13.10 Serviços de Informação
14.00 Os Descobrimentos Portugueses
15.00 Artes e Letras
16.30 Informação Gestual
17.30 Brigada Submarina
18.30 Informação Religiosa
19.00 2001
19.30 Encontros Subaquáticos
20.30 Viver no Campo
21.00 Biografias
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Zapping
24.00 Sinais do Tempo
01.00 Segredos dos Homens
01.30 2001
02.00 Resistência

▼SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.45 Fátima Lopes
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Febre do Dinheiro
21.30 Laços de Família / Aquarela do Brasil
23.30 Sai de Baixo
00.20 Último Jornal
00.30 «Dr. Jeckill e Mr. Hide» (de David Price, EUA/1995, com Sean Young, Tim Daly. *Ver Destaque*)
03.30 No Fim do Mundo

▼TVI

08.30 Animação
11.30 Dinheiro à Vista
12.30 «Big Brother» (TVI Jornal às 13h)
16.05 Batatoon
19.00 Dinheiro à Vista
19.30 «Big Brother» (Jornal às 20h)
21.35 Jardins Proibidos
21.35 Tie Tac Milionário
00.30 Última Edição
01.20 Seinfeld
02.00 «A Silhueta» (de Eric Till, EUA/1994, com Jobeth Williams, Corbin Bensen, Stephanie Zimbalista. *Thriller*)

Nota:

A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto
Correia da Fonseca

Olhar de hoje lição de ontem

O romance «A Bicicleta Azul», de Régine Desforges, é também, embora não só, mais uma estória da Resistência francesa. Editado entre nós pela *Inquérito* (depois integrada na *Europa-América* já muitos anos depois de 45 e dos anos em que descobrimos o «Cabra-cega» de Vailland, a poesia de

conjuntura. Nem os clientes da firma Pétain & Laval, nem os milicianos franceses, nem a generalidade do enorme bando que traiu não apenas o povo francês como o melhor da tradição cultural da França e da Europa passaram a merecer-me a menor simpatia. Mas, decerto não de súbito mas na linha de uma maturação que o tempo e a vivência posteriores

BEKANNTMACHUNG

Am 6., 10. und 11. September 1941 sind in Paris auf deutsche Wehrmachtangehörige Anschläge verübt worden.
Zur Sühne für diese feigen Taten sind gemäss meiner Anordnung vom 22. August 1941 folgende Geiseln erschossen worden:

- 1.) MATHERON, Lucien, René
geb. 8. Oktober 1920
- 2.) JOLY, René, Louis
geb. 12. Januar 1900
- 3.) CLEMENT, Lucien, Léon
geb. 24. Juni 1912
- 4.) GOKELAERE, Albert, Valentin
geb. 1. April 1915
- 5.) BONNIN, André
geb. 12. Mai 1917
- 6.) LIBERMANN, David
geb. 11. Februar 1902
- 7.) MAGER-OPAL, Chii
geb. 20. August 1891
- 8.) BERNHEIM, Isidor
geb. 11. Februar 1899
- 9.) BECKERMANN, Henri
geb. 12. Juli 1920
- 10.) BLUM, Lucien
geb. 2. August 1879

Paris, den 16. September 1941

Der Militärbehördenleiter in Frankreich
von STULPNAGEL
General der Infanterie

AVIS

Les 6, 10 et 11 septembre 1941, des agressions ont été commises à Paris contre des membres de l'Armée allemande.
Par mesure de répression contre ces lâches attentats, les otages suivants ont été fusillés conformément à mon ordonnance du 22 août 1941:

- 1.) MATHERON, Lucien, René
né le 8 Octobre 1920
- 2.) JOLY, René, Louis
né le 12 Janvier 1900
- 3.) CLEMENT, Lucien, Léon
né le 24 Juin 1912
- 4.) GOKELAERE, Albert, Valentin
né le 1^{er} Avril 1915
- 5.) BONNIN, André
né le 12 Mai 1917
- 6.) LIBERMANN, David
né le 11 Février 1902
- 7.) MAGER-OPAL, Chii
né le 20 Août 1891
- 8.) BERNHEIM, Isidor
né le 1^{er} Février 1899
- 9.) BECKERMANN, Henri
né le 12 Juillet 1920
- 10.) BLUM, Lucien
né le 2 Août 1879

Paris, le 16 Septembre 1941

Der Militärbehördenleiter in Frankreich
von STULPNAGEL
General der Infanterie

Aragón, a melhor literatura francesa de resistência), já só me suscitou um interesse secundário e nunca pensei reecontrá-lo um dia em versão para a TV. Contudo, aconteceu, e pela mão da SIC. Foi no passado fim-de-semana, sob a forma de uma chamada mini-série que preencheu boa parte das tardes do sábado e do domingo.

Comecei a olhá-la com moderada motivação, talvez sobretudo pelo gosto tornado raro de ouvir a língua francesa na televisão portuguesa. Quando o argumento chegou ao tempo da Segunda Guerra, da ocupação, da Resistência, vieram imagens e situações que repetiam outras já muitas vezes vistas no cinema e até na televisão, embora seja certo que nunca me cansei delas, o que chego agora a recear que seja tido como mau sinal. Não me pareceu que a mini-série fosse de tão débil qualidade que se tornasse desagradável, longe disso, mas também não lhe encontrei nada que a situasse acima do comum, excepto naturalmente o tema e a origem. Achei muito bem, de resto, quase prometedor, que a SIC a transmitisse. Achei patusco que o fizesse logo a seguir ao «Big Show Sic», agora já de travo fastidioso, claramente fora de prazo. Tudo bem, enfim. Assim fui andando mini-série fora, sem me sentir deslumbrado mas também sem me envergonhar por estar a ter algum prazer, até que, em dado momento, muito menos por qualquer voltinha do enredo que por os olhos que olhavam, mais a cabeça que inevitavelmente já reflectindo, já não serem os que décadas atrás olhavam e pensavam estórias da Resistência, me surpreendi a fazer qualquer coisa que, com dose adequada de exagero, pode ser entendida como um reexame daquela situação histórica ou, mais exactamente, da avaliação de alguns participantes naquele processo trágico. Não se tratava, acentue-se desde já, de considerar que os franceses que colaboraram com os nazis ocupantes eram afinal gente óptima de mãos limpas, vítimas apenas dos ventos propagandísticos soprados de Moscovo e não mais que defensores da civilização ocidental, como tanto repetiu a versão nazi fascista da

me foram permitindo, encontrei-me com o entendimento possível de algumas situações. Eu explico, se não se importam.

O pragmatismo equivocado

A questão é que julguei aperceber-me melhor do clima político e ideológico em que estava a França de 40, após a *débacle*. Nos anos imediatamente anteriores houvera algumas vitórias da esquerda e do caminho para o socialismo que naquele momento pareciam irremediavelmente destruídas e, em simetria, uma intensa e raivosa propaganda anticomunista que se mostrava então definitivamente vitoriosa. Os que teimavam em opor-se ao poder da direita, extrema ou pelo menos extremada, faziam figura de gentinha obsoleta, apegada a ilusões ultrapassadas, cega à realidade, fundamentalistas que recusavam o presente em nome de um passado enganoso e até suicidários naquelas circunstâncias terríveis e escaldantes. No plano do interesse nacional da França e dos franceses, não só não teriam futuro como comprometiam o imediato. Por isso, terá havido alguns, porventura muitos, a optarem sem má-fé pelo que lhes parecia um exame realista da situação, pela necessidade de aceitar o sentido das evoluções recentes e de operar no interior delas. Repito: não estou inclinado à absolvição dos crimes infames do colaboracionismo, das repressões assassinas, das denúncias e outras traições. Mas no decurso do visionamento de «A Bicicleta Azul», e já um pouco desgarrado da estória que a mini-série contava, fui derivando para a reflexão de que na França daqueles primeiros anos 40 terá havido quem só procurava fimar-se nos terrenos do que lhe parecia positivo, concreto, factual, inegável, e por isso rejeitava o que se lhe afigurava serem obstinações que já não faziam sentido porque os tempos eram outros. Para seu mal, a História que imediatamente se seguiu veio provar que se enganavam, e por vezes fê-lo cruelmente. Mas terá ficado uma lição. Que, como todas as lições, convém visitar de vez em quando.

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Combates

Um estudo feito pela Universidade do Minho anunciou, esta semana, que a exploração do trabalho infantil no Norte do País continuava na mesma, mas com uma diferença: agora as crianças trabalham menos nas fábricas e mais em casa, onde os próprios familiares lhes levam as empreitadas de roupas e calçado para elas manufacturarem ao abrigo das fiscalizações, para sossego das consciências piedosas e, sobretudo, dos industriais que as exploram.

O trabalho infantil é «a conspiração do passado contra o futuro das crianças», respondeu entretanto no Canal-2 o secretário de Estado do Trabalho e Formação Profissional, Paulo Pedroso, quando questionado sobre o assunto. Não conheço o Sr. secretário de Estado, mas sei reconhecer uma boa frase. Esta tem que se lhe diga e a mim disse-me algumas coisas. A mais óbvia foi a de que a exploração do trabalho infantil está, manifestamente, «contra o futuro das crianças».

A mais produtiva foi definir o fenómeno como «conspiração do passado».

Pelo que — sempre na esteira de frase tão bem construída — me imaginei acompanhado pelo Sr. secretário de Estado no entendimento de que «o passado» que assim conspira contra o futuro das crianças não pode ser outro senão o passado de miséria e injustiça sociais que aí continua, bem vivo e actuante, a dominar o quotidiano do país, conforme o estudo da Universidade do Minho confirmou.

Mas não. Dita a frase, o Sr. secretário de Estado trilhou por outras leituras.

A mais inesperada foi identificar algo de «positivo» nesta alteração de expediente.

É que, assim, as crianças já não trabalham oito horas num «contexto industrial», só laborando algumas horas à noite ou nos «intervalos» e até ficando com tempo para irem à escola!

Por esta ordem de ideias (e dando de barato que a «carga horária» das crianças se «aliviou», como supõe Paulo Pedroso), podemos concluir que os famintos de África ou da Ásia passam a morrer mais felizes quando lhes chega alguma ajuda humanitária que lhes prolongue a agonia, enquanto os países doadores podem dormir mais descansados porque fizeram algo de «positivo»...

Mas o sr. secretário de Estado — aliás muito competente na exposição da política oficial do Governo nesta matéria — não deixou de manifestar consciência social e espírito reformador. E explicou que o fenómeno da exploração da mão-de-obra infantil se combate com legislação que obrigue os empresários a dar e a exigir formação profissional aos jovens que recrutam, com abonos e rendimentos mínimos às famílias carenciadas, mais intervenção escolar, etc., etc.

São passos também «positivos».

Mas nem uma palavra, quanto mais um passo, sobre os beneficiários desta exploração — os industriais de todos os matizes e vãos de escada —, nem uma palavra sobre a impunidade com que esta gente actua nas relações de trabalho ou se apodera de mais-valias de proveniência nunca averiguada, nem uma palavra sobre a brutal desregulamentação sociolaboral que, a montante do trabalho infantil, avoluma o caudal de miséria nas famílias ao ponto de as pôr a atirar os filhos aos predadores.

E as crianças são apenas as últimas vítimas desta enxurrada.

Combater a enxurrada, Sr. secretário de Estado, é que responde verdadeiramente ao problema. Mas esse combate é uma «utopia», como se diz no partido do seu Governo.

Pelo que o melhor é dar umas esmolas e jogar na Bolsa.

António Abreu, em Rio Frio, aborda a profunda crise da agricultura portuguesa

Preservar o tecido social agrícola

Para António Abreu foi uma surpresa, mas o Rancho Folclórico da Herdade de Rio Frio, onde participou num almoço-convívio no passado domingo, não só fez questão de o receber com a demonstração das suas danças como o obrigou a prestar contas dos seus dotes na matéria.

Mais uma roda, e outros foram apanhados no rodopio, designadamente Carlos de Sousa e Adília Candeias, respectivamente Presidente e vereadora do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Palmela, ou António Filipe, deputado do PCP e mandatário nacional da candidatura comunista. A iniciativa teve como base a

confraternização entre os «fazedores» da Festa do Avante!, e assim se juntaram cerca de 200 camaradas e amigos de Palmela que participaram nas jornadas de trabalho ou nos diversificados serviços que competiram durante os três dias da Festa àquela organização concelhia. Mas não foi indiferente ao convidado o local onde se encontrava e muito menos o número significativo de homens e mulheres ligados à agricultura que encheram o pavilhão do Grupo Desportivo da Herdade de Rio Frio, pelo que António Abreu dedicou grande parte da sua intervenção à abordagem daquela temática.

Rendimento a baixar

Na sua intervenção, o candidato do PCP considerou

que ninguém pode ficar indiferente perante o empobrecimento crescente dos agricultores e o défice cada vez maior da balança alimentar portuguesa.

De facto, entre 1995 e 1998, o rendimento líquido dos agricultores portugueses baixou 25%, ao mesmo tempo que aumentou a importação de produtos agro-alimentares que, juntamente com as bebidas, em 1997, ascenderam a 763 milhões de contos, mais 98% do que em 1990. Também os desequilíbrios sociais se agravam, estiman-

do-se que 3 a 5% das explorações agrícolas do Continente absorvam «90% dos apoios comunitários e nacionais». O que, naturalmente, se traduz pela acentuação da desertificação do mundo rural.

Entretanto, o Governo não conseguiu nenhuma viragem nas orientações estratégicas da Política Agrícola Comum, continuando os sistemas produtivos mediterrâneos agro-florestais a não beneficiarem de qualquer impulso significativo. Uma política que justamente tem levado a crescentes lutas e protestos por parte dos agricultores, lesados pela ausência de apoios concretos à sua actividade.

Indiferença, nunca

António Abreu referiu concretamente as lutas dos produtores de tomate pela compensação dos prejuízos que lhes têm sido causados pelo vírus do tomateiro e dos orizi-

cultores da Comporta e do Carvalhal contra a retirada do preço de intervenção do arroz proposto pela Comissão Europeia e por preços de arrendamento de acordo com a tabela de qualificação dos solos ajustada à realidade dos mesmos.

Por fim, António Abreu apresentou as propostas do PCP com vista a resolver a profunda crise da agricultura e preservar o tecido social agrícola. E, afirmando não caber de facto ao Presidente da República determinar a política agrícola nacional ou participar nas negociações sobre a Política Agrícola Comum, considerou que, pela importância que as questões do desenvolvimento nacional assumem para o presente e o futuro de Portugal, o Presidente da República «não as pode ignorar e passar por elas como um espectador desinteressado».



Almoço-convívio com António Abreu

Reformados manifestam-se sábado em Lisboa

A Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) realiza no sábado, na baixa lisboeta, uma manifestação de protesto pela situação dos reformados e pensionistas portugueses.

Anunciada terça-feira passada, em conferência de imprensa, a manifestação tem início na Praça do Comércio e segue em direcção à Rua Augusta, em cujo cruzamento com a Rua de S. Nicolau esta-

rá montado um palco para manifestações culturais e políticas.

No âmbito da manifestação, o MURPI irá apresentar uma moção visa «exigir do Governo melhores reformas e pensões, nomeadamente a aproximação destas ao ordenado mínimo nacional».

Fernando Servo, dirigente do MURPI, lembrou que os líderes políticos têm sustentado que há condições para

aproximar as reformas e pensões ao ordenado mínimo nacional e que o próprio ministro Ferro Rodrigues «tem divulgado poupanças de cem milhões de contos à Segurança Social Portuguesa».

«Por isso, há condições para aumentar as reformas e pensões», afirmou o dirigente sindical.

O MURPI defende que os «reformados e pensionistas cujas reformas são inferiores

ao ordenado mínimo nacional devem usufruir de medicamentos gratuitos» já que «há em Portugal idosos que ficam a dever na farmácia porque o valor dos medicamentos que têm de comprar é, às vezes, superior às reformas e pensões que recebem».

Fernando Servo defendeu ainda que o Estado deve criar «centros de dia dignos desse nome com pessoal especializado para apoiar a população idosa», bem como infra-estruturas no âmbito dos centros de saúde «onde os idosos possam fazer a fisioterapia necessária a melhorar a sua qualidade de vida».

Amizade com Cuba

O deputado do PCP, Lino de Carvalho, foi eleito Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Cuba, que se propõe desenvolver o diálogo e a cooperação com as instituições parlamentares cubanas e contribuir para a aproximação entre os dois países.

Do Conselho Directivo do Grupo Parlamentar de Amizade fazem ainda parte Artur

Penedos, do Partido Socialista, Pedro Roseira, do PSD, e Anacoreta Correia, do CDS-PP, como vice-presidentes, bem como Isabel de Castro, dos «Verdes», e Luís Fazenda, do Bloco de Esquerda, como secretários.

Na Assembleia Nacional de Poder Popular de Cuba foi também criado um Grupo Parlamentar de amizade homólogo, presidido pelo deputado Lázaro Barredo Medina.



00307